

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO**

**FORMAÇÃO DE JOVENS EM AGROECOLOGIA**  
**COMO MEIO DE AMPLIAR CONHECIMENTOS**  
**E RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS**  
**RURAIS**

**VINÍCIUS HENRIQUE BRANDÃO**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**FORMAÇÃO DE JOVENS EM AGROECOLOGIA COMO MEIO DE**  
**AMPLIAR CONHECIMENTOS E RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS**  
**ESPAÇOS RURAIS**

**VINÍCIUS HENRIQUE BRANDÃO**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. Lamounier Erthal Villela**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

**SEROPÉDICA, RJ**

**2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H817f Henrique Brandão, Vinícius, 1990-  
FORMAÇÃO DE JOVENS EM  
AGROECOLOGIA COMO MEIO DE AMPLIAR  
CONHECIMENTOS E RE-TERRITORIZAÇÃO  
DOS  
ESPAÇOS RURAIS / Vinícius Henrique Brandão. -  
Volta Redonda, 2019.  
110 f.: il.

Orientador: Dr. Lamounier Erthal Villela.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019.

1. Agroecologia. 2. juventude rural. 3. permanência no  
campo. 4. dialogicidade. 5. políticas públicas. I. Erthal  
Villela, Dr. Lamounier, 1964-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E  
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

**VINÍCIUS HENRIQUE BRANDÃO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO (TESE) APROVADA EM: 27/06/2019

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
(Orientador)

---

Dr. Carlos Frederico Bom Kraemer,  
Universidade Federal Fluminense

---

MSc. Dina Andrade Lima Ramos,  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

*À minha mãe,  
A mulher mais forte que conheço neste mundo.  
Ao meu irmão,  
O melhor amigo e companheiro nesta vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus eterno que em sua infinita bondade e amor deu-me sabedoria e forças para chegar até onde estou. Se não fosse por meio d'Ele eu não chegaria nem no começo dessa caminhada.

À minha mãe, mulher forte e lutadora, que sempre se mostrou ao meu lado dando-me forças e motivando a caminhar. Por suas palavras de ensino, exortação e carinho. Por me ouvir durante horas falando sobre assuntos que não entendia muito bem referentes ao mestrado, mas estava sempre a me ouvir e animar a continuar falando.

Ao meu irmão, o melhor irmão do mundo, que com seu raciocínio e força de vencer sempre me mostra uma direção para seguir, por nossas conversas sentados à mesa, pelo baralho para distrair, pelas voltas de moto para relaxar, por toda presença.

À minha família, a grande família, que no dia em que disse que iria sair de casa para estudar e fazer o mestrado, se organizaram e me deram todo suporte para que essa mudança fosse completa, e em um dia eu estava com a casa toda arrumada.

À minha turma de mestrado onde fiz grandes amigos, conheci pessoas maravilhosas, lutadoras, sonhadoras e muito divertidas, todos os dias de aula eram dias de diversão e conhecimento, formamos em “Memestrado”.

Ao Professor Doutor Lamounier Erthal Villela, por toda sua orientação e paciência no decorrer do trabalho, por me motivar quando eu achava que nada iria dar certo e as coisas não iriam andar, por suas palavras firmes que me mostraram que a vida de pesquisador é pautada no compromisso consigo e na busca do desenvolvimento do próximo.

Ao Professor Doutor Márcio de Albuquerque Vianna por sua co-orientação, por nossas conversas no refeitório, as quais me guiaram ao meu objeto de pesquisa, por sua educação e tranquilidade em comunicar e passar novos conhecimentos.

A todos os amigos de vida e trabalho no PEPEDT, onde fui recebido calorosamente e descobri novas e ricas formas de trabalhar e buscar conhecimentos, trabalhando em equipe, criando redes de amizade e trabalho.

À família Ayres, residentes em São Gonçalo/ Paraty, que gentil e amorosamente me acolherou em sua residência nos primeiros meses de pesquisa para este trabalho, onde pude conhecer e crescer muito no cotidiano da família, sem o qual este trabalho não teria a mesma qualidade apresentada.

Aos meus amigos Yuri, Ágatha e Rodrigo, compartilhamos histórias, compartilhamos momentos, compartilhamos casa, compartilhamos nossos gatos. Sem vocês a minha estadia em Seropédica não seria tão produtiva e divertida, vocês se tornaram irmãos.

Muitos abraços e agradecimentos não cabem nesta página, pois pude em toda minha trajetória contar com muitas pessoas que silenciosamente me ajudaram, me deram inspiração a continuar e a buscar novos horizontes. Esta conquista deve ser compartilhada com todas essas pessoas.

Em especial agradeço à lembrança de meu amado pai, o cara mais legal, mais forte e mais inteligente que eu já conheci. Quando lhe dei o último abraço, ele sussurrou baixinho no meu ouvido: “você é meu herói”. Mas ele sempre soube que ele era meu herói, que eu sempre quis ser como ele, e por isso, ele me passou sua capa. Conseguimos SIDNEY!!!

Agradecimento especial a CAPES pelo apoio à pesquisa: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 (*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*)

Com vocês, queridos, divido a alegria desta experiência.

“Se alguém de vós necessita de sabedoria, peça-a a Deus - que a todos dá liberalmente, com simplicidade e sem recriminação - e ser-lhe-á dada.”

**Tiago 1:5**

## Resumo

O presente trabalho busca analisar a relação entre as informações /conhecimentos que são necessárias aos jovens no campo, produtor rural agroecológico, para sua permanência no meio rural com a possibilidade de geração de renda (viabilidade Econômica e bem estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental). Dado que a juventude brasileira advinda do meio rural continua a abandonar o campo e a agricultura, procurando alternativas nos grandes centros urbanos, onde acabam por ser , em grande, mão de obra em uma engrenagem de trabalho que, por muitas vezes, os despersonalizam e os desterritorializam. O caminho percorrido para abordagem desta dissertação se dá no campo do conhecimento acerca da Agroecologia como aporte de habilidades e competências necessárias para a territorialização e permanência do jovem no campo. Foram feitas entrevistas e observação participativa com uma amostra de jovens selecionados da região da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, que participaram do curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”.A principal indagação desta pesquisa é: qual é o tipo de conhecimento e quais são as informações necessárias para fornecer aporte de geração de renda e bem-estar ao jovem, fazendo-o optar por permanecer no campo, a fim de que não alimente o processo migratório para os centros urbanos. A pesquisa aponta para uma construção de conhecimentos a partir da agroecologia, do amplo diálogo, dialogicidade de informações, do acesso às políticas públicas e aparelhos do Estado, da construção de uma cultura rural desenvolvida, forte e orgulhosa de suas origens. Este processo de construção se desenrola em um constante exercício para a concepção do desenvolvimento de autonomia da juventude rural, edificando seus próprios significados, construindo e redescobrando seus valores, em trocas diárias de saberes para aprender e por consequência para ensinar, intervir, conhecer, sonhar, transformar.

**Palavras-chave:** Agroecologia, juventude rural, permanência no campo, dialogicidade, políticas públicas



## Abstract

The present work seeks to analyze the relationship between the information / knowledge that is necessary for young people in the rural agroecological field, for their permanence in the rural environment with the possibility of income generation (economic viability and well-being (Social Inclusion and Environmental Respect) Since the Brazilian youth from the countryside continue to abandon the countryside and agriculture, looking for alternatives in the big urban centers, where they are, in most cases, labor in a work gear that, for many times , which depersonalize them and deterritorialize them. The path taken to approach this dissertation is in the field of knowledge about Agroecology as the contribution of skills and competences necessary for the re-territorialization and permanence of the young person in the field. sample of young people selected from the region of Baía da Ilha Grande, in the state of Rio de Janeiro, who participated as participants in the course "Agroecological training for young citizens of Rio de Janeiro". The main question of this research is: what is the type of knowledge and what information is necessary to provide income and welfare to the young person, making him choose to remain in the field, so that he does not feed the process migration to urban centers. The research points to a construction of knowledge based on agroecology, broad dialogue, dialogue of information, access to public policies and state apparatus, the construction of a developed rural culture, strong and proud of its origins. This process of construction takes place in a constant exercise for the conception of the development of autonomy of the rural youth, building their own meanings, constructing and rediscovering their values, in daily exchanges of knowledge to learn and consequently to teach, intervene, to know, to dream, to transform.

**Keywords:** Agroecology, rural youth, permanence in the countryside, dialogicity, public policies

## **Lista de Figuras**

Figura 01: Guarda-chuva Agroecológico

Figura 02: 3 fases para estratificação de amostras intencionais

Figura 03: entrevistando atores sociais da localidade

Figura 04: Ministração de curso sobre identidade cultural no bairro de São Gonçalo em Paraty-RJ

Figura 05: Participação na 11ª Reunião Plenária do Colegiado Territorial da BIG

Figura06: Participação na reunião para de formação do Consórcio intermunicipal

Figura07: Participação na procissão do Divino Espírito Santo (cultura local)

Figura 08: Agroecologia e seus saberes

Figura 09: Chaplin e o homem parentético

Figura 10: Destaques das percepções sobre o jovem agricultor Familiar

Figura 11: Octaedro do Desenvolvimento Econômico Local de Albuquerque

Agroecologia

Figura 12: Formatos de Redes

Figura 13: Mapa do Território Baía de Ilha Grande

Figura 14 Percentual das atividades e empreendimentos licenciados na Baía da Ilha Grande, de acordo com Resolução INEA Nº 52/2012.

Figura 15: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

Figura 16: No condomínio, forte vigilância e área limitada por correntes

Figura 17: Distribuição dos tempos de formação

Figura 19: Tempo Escola 1 com aulas e conhecimentos acerca da teoria

Figura 20: Tempo Escola 2 com aulas práticas e ao ar-livre

Figura21: Logotipo desenvolvida junto a iniciativa local de duas jovens do projeto através de redes internacionais para o intercâmbio em Agroecologia entre Brasil/França

Figura 22: Debate do turismo rural na BIG com a participação dos jovens

Figura 23: Visita organizado por jovens a um sistema agroflorestal em Paraty

Figura 24: Iniciativa de uma jovem do projeto em dialogar com os atores sociais de sua localidade

Figura 25: Formatura dos jovens do curso de formação agroecológica

## **Lista de Quadros**

Quadro01: Métodos e resultados esperados

Quadro02: Quadro-resumo da coleta e dados

Quadro 03: Octaedro do Desenvolvimento Econômico Local

Quadro04: Principais Projetos no Território da Baía da Ilha Grande

Quadro05: Grupos de atividades econômicas e respectivos números de estabelecimentos agropecuários - Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

Quadro06: Estrutura Proposta Para os Tempos de Formação

Quadro07: Temáticas abordadas no curso

## **Lista de siglas**

BIG Baía da Ilha Grande

CASTE Casa da Agricultura, Sustentabilidade, Território e Educação Popular

NEDET Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

PEPEDT Programa de Ensino e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

PTDRRS Plano Territorial Desenvolvimento Regional Rural Sustentável

SEAD Secretaria de Estado da Administração

## Sumário

<b>1. CAPÍTULO 1: Introdução</b>	<b>14</b>
1.1 <i>Justificativa</i>	17
1.2 <i>Objeto de Pesquisa</i>	18
1.3 <i>Problemática</i>	19
1.4 <i>Suposições</i>	19
1.5 <i>Objetivos</i>	19
1.5.1 <i>Objetivo Geral</i>	19
1.5.2 <i>Objetivos intermediários</i>	20
<b>2. CAPÍTULO 2: Metodologia</b>	<b>21</b>
2.1 <i>Metodologia da Pesquisa</i>	21
2.2 <i>Caracterização da pesquisa</i>	21
2.3 <i>Classificação quanto aos objetivos da pesquisa</i>	22
<b>2.4 Classificações quanto à escolha do objeto de estudo</b>	<b>23</b>
2.4.1 <i>Por quotas</i>	23
2.4.2 <i>Seleção de Sujeitos</i>	23
2.5 <i>Classificação quanto à técnica de coleta de dados</i>	24
2.5.1 <i>Entrevista</i>	24
2.5.2 <i>Observação-participante</i>	25
2.5.3 <i>Pesquisa bibliográfica</i>	25
2.5.4 <i>Pesquisa documental</i>	26
2.5.5 <i>Pesquisa-ação</i>	26
2.6 <i>Recorte territorial</i>	28
2.7 <i>Recorte de amostragem e temporal</i>	28
2.8 <i>Métodos e Coletas de dados</i>	29
2.9 <i>Análise e Tratamento dos dados coletados</i>	31
<b>3. CAPÍTULO 3: Referencial Teórico</b>	<b>32</b>
3.1 <i>Agroecologia e Conhecimentos</i>	32
3.1.1 <i>Agroecologia: marco referencial</i>	32
3.1.2 <i>Agroecologia e a prática</i>	35
3.1.3 <i>Agroecologia: desafios</i>	36
3.1.4 <i>Agricultura Familiar</i>	36
3.1.6 <i>Tecnologia social e os empreendimentos solidários no território</i>	37
3.1.8 <i>O Homem Parentético – o homem do campo na busca pelo conhecimento e pela liberdade</i>	40
3.1.9 <i>O Jovem entre Parênteses: habilidades, conhecimentos e competências</i>	43
3.2 <i>Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável</i>	46
3.2.1 <i>Desenvolvimento Territorial</i>	46
3.2.2 <i>Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável</i>	48
3.2.3 <i>Democracia participativa</i>	49
	13

3.2.4	Gestão Social	50
3.2.5	Controle Social	52
3.2.6	Governança participativa	52
3.2.7	Redes	53
3.2.8	Estruturas econômicas e sociais	55
3.3	<i>Informação e Educação como condições de permanência do jovem no campo</i>	56
3.3.1	Educação e informação no campo na perspectiva de Paulo Freire	56
3.3.2	Informação e comunicação no campo	59
3.3.3	Teoria da Ação Comunicativa	61
3.3.4	Processos de (inter)comunicação	62
<b>4.</b>	<b>CAPÍTULO 4: Análise de Resultados</b>	<b>64</b>
4.1	<i>Aspectos socioeconômicos no Território Rural da Baía da Ilha Grande</i>	64
4.2	<i>Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio De Janeiro</i>	68
4.2.1	Estrutura dos Tempos de Formação	70
4.2.2	Temáticas	72
4.2.3	Projeto de Viabilidade Econômica Sustentável	74
4.2.4	Habilidades a serem desenvolvidas pelos jovens através do curso	74
4.3	<i>A Agroecologia e a Permanência do Jovem no Campo</i>	75
4.4	<i>Análise de Resultados pela Entrevista</i>	79
4.4.1	Contexto da Pesquisa	79
4.4.2	Procedimentos de Transcrição e Análise dos Dados	79
4.4.3	Agroecologia e Juventude Rural	80
4.4.4	Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável	82
4.4.5	Participação, Informação e Política	84
4.4.6	Permanência do Jovem Rural no Campo	89
<b>5.</b>	<b>CAPÍTULO 6: Considerações Finais</b>	<b>64</b>
<b>6.</b>	<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>99</b>

## 1. CAPÍTULO 1: Introdução

O presente trabalho busca analisar a relação entre as informações /conhecimentos que são necessárias aos jovens no campo, produtor rural agroecológico, para sua permanência no meio rural com a possibilidade de geração de renda (viabilidade Econômica) e bem estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental). Dado que a juventude brasileira advinda do meio rural continua a abandonar o campo e a agricultura, procurando alternativas nos grandes centros urbanos, onde acabam por ser, em grande, mão de obra em uma engrenagem de trabalho que, por muitas vezes, os despersonalizam e os desterritorializam (HAESBAERT, 2004).

Este processo de êxodo que vem ocorrendo acaba por nos remeter às cenas vividas em meados dos anos 1970, no qual grupos de contingentes de homens, mulheres e crianças passaram por um processo acelerado de expropriação<sup>1</sup> de suas terras e tiveram que se mudar para os núcleos urbanos, lugar onde tiveram que empregar sua força de trabalho e mão de obra. E o que temos como cenário na atualidade, e que vem se misturando aos motivos do passado, é o meio rural retratado como um cenário de atraso e abandono, no qual são apresentadas questões de inviabilidade econômica, material, estrutural e social para o jovem, pois a falta de iniciativas de políticas públicas, bem como a falta de políticas específicas voltadas para a produção e vida rural, exclui este indivíduo e destrói suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural.

E para se identificar que juventude rural é esta que será abordada neste trabalho não se seguirá pelo viés da juventude como fase de transição, subordinada à hierarquia social (CASTRO, op cit, 2009), mas de construção do significado plural de juventudes, isto é, com múltiplas identidades (de gênero, de classe social, de raça, de etnia, de sexualidade, de origens e de lugares onde vivem) na construção e transformação do presente como atores políticos e como sujeitos de direitos (NOVAES, 2007). Ressalta-se esta abordagem, pois há quem categorize a juventude numa questão etária, a qual podemos indicar ao menos três proposições atualmente no Brasil: 15 a 24 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), 15 a 29 anos (Estatuto da Juventude – lei nº 12.852/13) e de 16 a 32 anos (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e outros movimentos sociais do campo) (CASTRO e CARNEIRO, 2007; CASTRO, 2009). Porém, analisando o que aponta Castro (2009):

Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere para aqueles assim identificados a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isso tem implicações desde a dificuldade de conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisões. (CASTRO, 2009 p. 188)

Deve-se especificamente lançar luz, neste momento, à juventude rural, delimitando-a, para que assim se possa tentar perceber suas necessidades, seus anseios e suas dificuldades, a fim de perscrutar o melhor caminho para o seu desenvolvimento padeado ao de seu território. Pode-se notar que a juventude rural enfrenta a dificuldade de estabelecer para si a sua identidade social, onde sua imagem, então desfocada, agora reflete o desinteresse e a letargia às pautas do campo. A invisibilidade social a que estes

---

1 O significado literal do termo "expropriar" é "tirar legalmente a propriedade de alguém", ou seja, é o ato de desapossar. De acordo com Azevedo e Bialoskorcky Neto (1997), a expropriação tem um sentido mais amplo e, por isso, também significa perder benefícios, via meios legais ou não (pelo uso da força), que antes eram apropriados pelo detentor da posse da terra, independente da posse ser formalizada ou não.

jovens são acometidos silencia suas vozes e suas demandas, passando a serem “enxergados” apenas como os *meninos* sucessores das terras de seus pais. Ou seja, cria-se um limbo temporal no qual, ou se é criança ou se é adulto no campo, o jovem estaria se maturando para tornar-se um adulto em potencial. Questões ainda referentes ao sexo masculino e feminino ainda são sacramentadas no campo, onde ser um jovem homem por si, é complexo no que se refere à questão da idade, entretanto a complexidade em ser uma jovem mulher rural é ainda maior, uma vez que a mesma não é vista nem como sucessora para as terras do pai da família (SCOTT, 1995).

O debate sobre a permanência do jovem no campo, em certo aspecto, tem uma estreita relação com os atrativos que a cidade pode proporcionar (lazer, escolas, universidades, comércio e trabalho com remuneração regular), enquanto, por outra via a repulsa das atividades agrícolas e ao meio rural (atividade agrícola penosa, dura e difícil; baixos rendimentos, irregulares e aleatórios; trabalho sob sol quente ou em lugares ou posições desconfortáveis). E, para Brumer (2007), os indivíduos migram, avaliam e pesam tais fatores e, geralmente, enfatizam os fatores de repulsão na decisão de migrar “[...] na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (p. 37).

Entretanto, a opção por migrar ou não para os centros urbanos não se dá de forma simples baseando-se unicamente em uma busca por melhores condições. Por mais que este possa ser o motivo principal abordado na pesquisa, o jovem busca autoafirmação e reconhecimento.

Frente a este panorama, a juventude rural enfrenta a dificuldade de estabelecer para si uma identidade que não seja a de descaso e que reflita o desinteresse e a letargia às pautas do campo. A invisibilidade social a que estes jovens são acometidos silencia suas vozes e suas demandas, passando a serem “enxergados” apenas como o/as *menino/as* sucessores das terras de seus pais.

Visto o problema abordado, a saber, a evasão do jovem do campo, a dificuldade de formação de sua identidade pessoal e a falta de políticas públicas que lhe atendam (CARNEIRO, 2007), propõe-se a agroecologia<sup>2</sup> para a permanência e para o protagonismo da juventude no campo. Ao abordar agroecologia, é de suma importância ressaltar que esta não se trata apenas da forma de plantar e colher, mas a todo um macrouniverso que envolve o modo de viver, pensar e agir da mulher e do homem do campo. Onde junto à agroecologia, à educação no campo, fruto de lutas e conquistas alcançadas pelos movimentos sociais, ainda está presente no cenário nacional.

A saber, entende-se que a educação no campo não pode e não deve ser vista apenas como uma extensão ou uma modalidade de ensino, outrora, deve ser vista como uma base da política pública que garanta à população rural os mesmos direitos e acessos educacionais que são ofertados à população urbana. “Digo isto pois, ao lançarmos olhar no processo histórico educacional, esta modalidade sempre fora deixada para segundo

---

<sup>2</sup> A Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. (GUZMÁN E MOLINA, 1996)



plano” (FERNANDES. MOLINA, 2004, p. 61), não recebendo investimentos significativos pelas políticas ou pelos representantes governamentais, a fim de promover uma educação no campo condizente com a cultura e a identidade do povo rural, munindo-os de uma educação “rural” mercadológica e voltada aos interesses do agronegócio. Caldart (2010, p. 20) anota que a Educação do Campo veio para “[...] lembrar ao mundo, desde o clamor dos camponeses, que em primeiro lugar deve vir as pessoas e não a produção para o agronegócio”

Ao se abrir o guarda-chuva agroecológico, podemos perceber diversos outros aspectos e temas tão importantes quanto à própria agroecologia. O primeiro a ser abordado nesta introdução fora a supracitada Educação do Campo. A qual ocorrerá quando os ideais democráticos estiverem latentes no âmago da sociedade civil organizada.



Figura 01: Guarda-chuva Agroecológico  
Fonte: Elaborado pelo autor

Logo, a democracia necessita ser trabalhada e construída junto à população, sendo esta fase a democracia participativa. A participação popular de forma direta tende a ser vista e conceituada à maneira que de a sociedade buscar a soberania popular, encontrando a liberdade para o debate e a participação nas esferas e camadas do poder político e no que diz respeito à tomada de decisões, garantido a liberdade individual e o acesso de cada cidadão. (TOURAINÉ, 1996).

Ao se tratar de democracia e representação dentro de um viés agroecológico faz-se necessário voltarmos a atenção aos processos de comunicação, uma vez que a informação precisa ser dialogada e que os pares existentes neste processo necessitam se compreender. Aborda-se isto segundo a Teoria da Ação Comunicativa, o conceito de Habermas (1984, 1989, 2002, 2010), que se dá em duas possibilidades distintas: a primeira voltada para o sucesso e o alcance de metas e a segunda destinada para o conhecimento. A primeira diz respeito às relações hierarquizadas que se encontram no âmbito empresarial, capitalista, da organização da sociedade. Na segunda, nas relações

horizontais, de iguais, os cidadãos do mundo da vida. Entretanto, na mesma medida que se expõe da lógica do capital, a ação de comunicação com o foco no sucesso também pode ser vista em relações horizontais na rede, quando da execução de atividades coletivas para determinado fim. Esta última possibilidade será abordada como linha condutora deste trabalho, uma vez que as ações comunicativas voltadas ao ensino e ao conhecimento dos jovens estudadas neste trabalho, se dão de forma cooperativa, plurilateral e em prol de um bem comum voltado ao “nós”.

A partir das constatações iniciais nesta introdução e dos temas previamente levantados, a principal indagação desta pesquisa é: qual é o tipo de conhecimento e quais são as informações necessárias para fornecer aporte de geração de renda e bem-estar ao jovem, fazendo-o optar por permanecer no campo, a fim de que não alimente o processo migratório para os centros urbanos.

O caminho percorrido para abordagem da presente pesquisa se dá no campo do conhecimento acerca da Agroecologia como aporte de habilidades e competências necessárias para a permanência do jovem no campo. Foram feitas entrevistas e observação participativa com uma amostra de jovens selecionados da região da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, que realizaram como participantes o curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”<sup>3</sup>, que tem como proposta levar a regiões estratégicas do Estado ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca.

A pesquisa busca apontar para uma construção de conhecimentos a partir da agroecologia, do amplo diálogo, dialogicidade de informações, do acesso às políticas públicas e aparelhos do Estado, da construção de uma cultura rural desenvolvida, forte e orgulhosa de suas origens. Este processo de construção se desenrola em um constante exercício para a concepção do desenvolvimento de autonomia da juventude rural, edificando seus próprios significados, construindo e redescobrando seus valores, em trocas diárias de saberes para aprender e por consequência para ensinar, intervir, conhecer, sonhar, transformar.

## **1.1 Justificativa**

A expansão dos estudos a respeito de Agroecologia está relacionada diretamente acerca dos limites de um desenvolvimento pautado somente no crescimento por si (Rattner,1992). Retomando especial atenção sobre os problemas socioambientais que afetam diretamente à população do campo, como problemas quanto a expansão de um modelo de produção baseado em monocultura, concentração fundiária e uso intensivo de

---

<sup>3</sup>O curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, tem como proposta levar a regiões estratégicas do Estado, onde atuam esses grupos, ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca. A meta do curso é a formação 60 jovens formadores que após treinados e capacitados irão formar 900 jovens de base de suas regiões.

maquinários (LACEY, 2006, SHIVA, 2002). Apesar de a Agroecologia ser tomada como um novo paradigma científico, ela não é compreendida apenas e exclusivamente pelos cientistas em laboratórios e locais de trabalho. A Agroecologia integra a pauta de modelos de cultivos contra hegemônicos, ao transcender apenas um sistema de produção, convergindo em si conhecimento tradicional e as demandas sociais.

E esta concepção de um modelo agroecológico e que seja motivado pelo desenvolvimento territorial sustentável suporta uma nova categoria de governança, funções e capacidades de gestão. Com isto, pode-se sugerir um modelo de desenvolvimento que vá para além de uma singela execução de um projeto, onde exista um processo de capacitação que os indivíduos, no caso desta análise: os jovens, se reconheçam como seres pensantes e mobilizados.

A Agroecologia apresenta em seu escopo uma relação entre os conhecimentos tradicionais em consonância com conhecimentos científicos, entretanto ultrapassa o modelo cartesiano de produção de conhecimentos, indo além de uma visão simplista. Percebe-se neste modelo que o produtor, agricultor, o sujeito do campo e sua centralidade acerca dos saberes populares em sua produção são reafirmando-se que o pacote de conhecimentos vai além de uma racionalidade técnico-econômica agrícola, ele combina uma racionalidade e uma subjetividade (BRANDENBURG, 2002).

Logo, a Agroecologia, como campo de conhecimento e de práticas voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável, pode ofertar ao jovem a possibilidade de permanência no campo com qualidade de vida e possibilidades de empreender e conquistar novos horizontes para sua realidade. E, acerca disto o presente trabalho demonstra sua relevância ao abordar levantamentos com respeito a importância de um amplo canal de educação e informação para o jovem cidadão rural, a fim de que este canal seja eficaz e eficiente alcançando a toda juventude através da linguagem e meios de comunicação acessíveis a todos os interessados. Desta forma, a busca por melhorias e ampliação na forma de acesso ao conhecimento agroecológico, ansiando favorecer uma aproximação entre os agricultores e aos jovens agricultores ao poder público junto aos espaços públicos e de ações deliberativas.

## **1.2 Objeto de Pesquisa**

O objeto a ser estudado por esta dissertação refere-se às informações que estão contidas no escopo de conhecimentos sobre a Agroecologia, delimitando-se a quais informações dentro deste arcabouço são necessárias aos jovens agricultores, a fim de lhes gerar conhecimento e tecnologias, assegurando a sua permanência no campo e o desenvolvimento de suas atividades e a garantia de que estas atividades lhe proporcionem renda e, na mesma medida, bem-estar.

O presente trabalho pretende uma análise a partir do referido escopo junto aos jovens agricultores participantes do curso de Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro, com duração de 12 meses, de janeiro de 2018 a janeiro de 2019, oferecido pela UFRRJ, no Campus de Seropédica/RJ para analisar o nível e a qualidade de conhecimento adquirido no período da pesquisa.

### **1.3 Problemática**

O êxodo rural e o envelhecimento da população rural são questões que têm alcançado maior repercussão a partir dos anos 1960, do século passado. Em 2006, foi realizado o censo rural (IBGE,2006), que nos mostrou que as pessoas com mais 65 anos representavam 17,52% da população do campo.

Pode-se notar que, além do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, outro fator que contribui para o envelhecimento da população do campo é o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano em busca de melhores oportunidades de emprego e renda.

As distintas estruturas sociais andam em consonância com os processos, atividades e relações econômicas. Assim, as mudanças econômicas não deixam de influir nas estruturas sociais. Onde a manipulação dos acontecimentos naturais e sociais, bem como suas evoluções, são diretamente atingidos por consequências quando sofrem a interferência humana, o que acarretam mudanças de base econômica.

Com isto, busca-se entender como se dá o acesso às informações com qualidade e aos conhecimentos necessários para a permanência do jovem no campo. Quais informações (conhecimentos) são necessárias para fornecer aporte de geração de renda (viabilidade Econômica) e bem-estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental), a fim de que ele opte por permanecer no campo, evitando o êxodo rural?

### **1.4 Suposições**

O modelo de desenvolvimento praticado no espaço rural, a partir da modernização da agricultura, acabou por impulsionar uma prática educativa nas escolas do campo como reforço a uma visão de atraso e sem perspectivas para a população rural.

Acredita-se que o ensino focado em agroecologia com enfoque na educação do campo para os jovens agricultores do território rural da Baía da Ilha Grande, tem o potencial de produzir inovações. Estas surgidas a partir do diálogo entre saberes inerentes aos interesses e ao controle e saber dos agricultores. Esse aspecto levanta como hipótese de que os jovens agricultores estão a produzir novos conhecimentos, para além da sabedoria ancestral herdada de seus pais e avós. Essa inovação e tecnologia social advindas do campo são adaptadas, contextualizadas e dialogam com o território onde moram, garantindo sua permanência com qualidade de vida e desenvolvimento.

Logo, acredita-se que é pela agroecologia que os jovens rurais poderão ter acesso a uma melhor equidade social, ao desenvolvimento econômico e a preservação ambiental de seu território, criando e gerando mecanismos de permanência no campo e a produção e reciclagem para novos saberes.

### **1.5 Objetivos**

#### **1.5.1 Objetivo Geral**

Analisar qual o tipo de conhecimento e habilidades necessárias que podem fornecer aos jovens condições de atuar de forma autônoma e empreendedora no campo, tendo como base valores estabelecidos e fortalecidos na agricultura familiar e na agroecologia. Em outras palavras, entender, a partir dos conhecimentos adquiridos durante o curso de Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro, podem contribuir para aos jovens que participaram na ampliação de seus conhecimentos

na prática de suas atividades que devem ser triplamente vitoriosas (viável economicamente, ambientalmente correta e socialmente includente).

### **1.5.2 Objetivos intermediários**

- Analisar os aspectos socioeconômicos da Baía da Ilha Grande, onde se situam os jovens integrantes do projeto.
- Identificar a estrutura proposta pelo curso de formação dos jovens em agroecologia.
- Analisar como a agroecologia em seus princípios pode contribuir para a permanência do jovem no campo.
- Analisar as entrevistas e as atividades participativas do Curso de Formação.
- Avaliar as habilidades que são necessárias para os jovens agricultores permanecerem no campo.

## **2. CAPÍTULO 2: Metodologia**

### **2.1 Metodologia da Pesquisa**

Primeiramente, alguns atributos devem ser evidenciados como pré-requisitos aos quais o pesquisador almeja nas competências em desenvolver o atual trabalho. Para Gil (1999), um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social. São igualmente importantes: a humildade para ter atitude autocorretiva, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência.

Na atualidade, o sucesso em uma pesquisa está vinculado ao potencial do pesquisador em estabelecer redes dentro do universo de seu objeto de pesquisa, bem como a sua capacidade de captar recursos, fazer alianças que proporcionem a tecnologia e os equipamentos necessários para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Minayo (1993, p.23), observando com a lupa do viés filosófico, considera a pesquisa como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que definem um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Demo (1996, p.34) insere a pesquisa “como atividade cotidiana, considerando-a como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Frente à proposta elaborada por esta pesquisa, apresento a metodologia que será usada ao longo deste trabalho, buscando recursos e técnicas na elaboração de uma análise prudente acerca da agroecologia e seus conhecimentos, e como este conjunto de saberes podem interferir na vida dos jovens que os acessam.

### **2.2 Caracterização da pesquisa**

Objetivando gerar conhecimentos para aplicação prática na realidade dos jovens rurais, objetos desta pesquisa, e dirigida à solução de problemas específicos, bem como envolvendo em realidade e interesses da localidade, a natureza da pesquisa pode ser classificada como aplicada, uma vez que almeja a produção de conhecimentos focados na resolução de problemas (GIL, 1994).

Considerando-se que exista uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são os primeiros passos para se iniciar a análise dos dados levantados. Para que isso seja de fato efetivado, o modelo de abordagem se enquadra no método qualitativo, que segundo Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Ainda, segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu

contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Ainda de acordo com o autor supracitado, a pesquisa qualitativa deve ter por característica a busca por:

“[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.)” (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

Para Bogdan&Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo.

Dentro de uma pesquisa qualitativa, tem-se o ambiente natural como a fonte de coleta de dados, bem como o pesquisador, seu principal instrumento. Assim, pressupõe-se na pesquisa qualitativa o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente de sua pesquisa e a situação que está sendo investigada, via de regrapor meio do trabalho intensivo de campo.

Dados coletados na pesquisa qualitativa são predominantemente descritivos. Desta forma, o material captado é vasto em descrições de situações, de pessoas, fotografias, documentos, acontecimentos, desenhos, relatos etc., ou seja, tudo o que é coletado é relevante à pesquisa.

A preocupação com o processo é muito maior que com o produto – o conhecimento ou informação em si. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Assim, o foco de atenção do pesquisador se dá essencialmente ao “significado” que as pessoas referentes à pesquisa dão às coisas e ao seu modo de vida. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, examinam-se como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas.

Logo, a pesquisa qualitativa ou naturalista, para Bogdan&Biklen (2003), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes.

### **2.3 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa**

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, visando proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito e construindo hipóteses, pode-se classificá-la por uma abordagem exploratória/descritiva/explicativa.

Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Envolve

levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Vergara (2000, p. 47) afirma que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação".

Castro (1976) considera que a pesquisa descritiva apenas captura e mostra o cenário de uma situação, expressa em números e que a natureza da relação entre variáveis é feita na pesquisa explicativa.

“Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (CASTRO, 1976, p. 66).

Segundo Gil (1999), a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos.

## 2.4 Classificações quanto à escolha do objeto de estudo

### 2.4.1 Por quotas

Esse tipo de amostragem constitui um modelo especial de amostras intencionais. Uma vez que o pesquisador busca obter uma amostra ou um subgrupo que seja similar em determinados aspectos (GIL, 1999). Assim, para estratificação, abrange 3 fases:

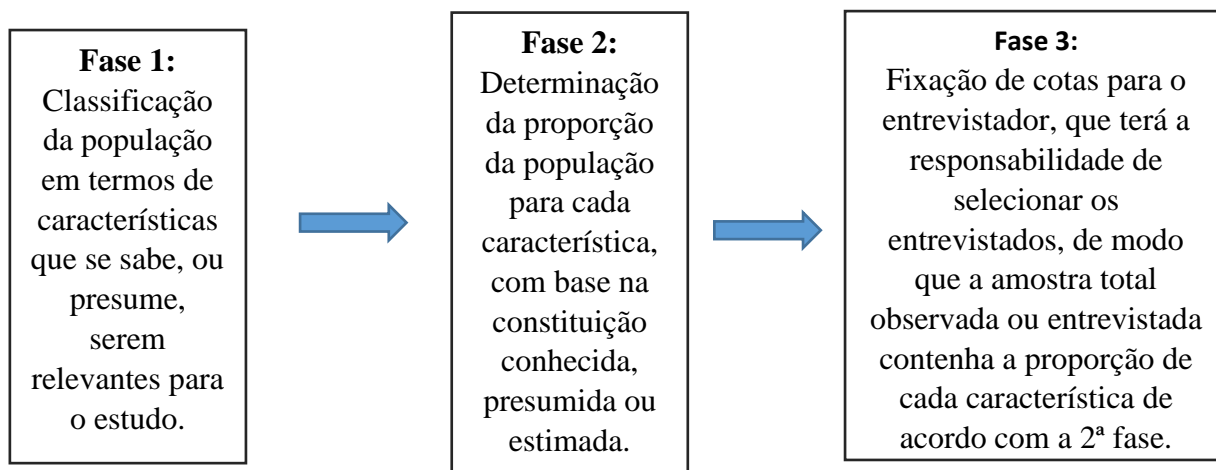


Figura 02: 3 fases para estratificação de amostras intencionais

Fonte: Elaborado pelo Autor

### 2.4.2 Seleção de Sujeitos

“Os sujeitos de uma pesquisa são aqueles que fornecerão os dados que o autor necessita para fazer a pesquisa”. (Vergara, 2005, p.53)

De maneira geral, as pesquisas de natureza qualitativa demandam a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas (DUARTE,2002). Para estes casos,



definir segundo quais os critérios serão utilizados para os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo fundamental, pois esta escolha pode e irá interferir diretamente na qualidade e assertividade das informações a partir das quais o pesquisador terá a possibilidade de estabelecer e construir uma análise, a fim de chegar à compreensão mais ampla do problema estabelecido.

A descrição e delimitação da população base, em outras palavras, dos sujeitos a serem entrevistados, bem como o seu grau de representatividade no grupo social o qual será estudado, constituem um problema a ser imediatamente confrontado, por se tratar sumariamente do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado. Os sujeitos da pesquisa são aqueles que fornecem os dados necessários para a realização deste estudo.

Os sujeitos selecionados para realização deste estudo compreendem 15 jovens selecionados de um total de 60 jovens alunos participantes do curso de Formação Agroecológica para Jovens do Rio de Janeiro. Moradores do Território Rural da Baía da Ilha Grande, estes jovens provenientes de assentamentos, tribo indígena, comunidade de pescadores e áreas voltadas à agricultura, apresentam o interesse em aprender e compreender a Agroecologia e incorporá-la em seu cotidiano. Delimitando então os sujeitos selecionados por sua localidade e interesse em Agroecologia, acredita-se que os resultados das entrevistas a serem realizadas foram corroborados com material satisfatório para elaboração da análise acerca do problema proposto.

## **2.5 Classificação quanto à técnica de coleta de dados**

### **2.5.1 Entrevista**

De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. A entrevista, como técnica de coleta de dados, é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas pensam, sabem, creem, esperam e desejam dentro de um universo pré-determinado de questões, e, ainda mais, é possível buscar as razões para cada resposta. O que torna a coleta de dados mais abrangente para os fins da pesquisa, uma vez que Agroecologia se refere a uma diversidade de conhecimentos, a entrevista permite sondar estes saberes ao longo das perguntas sendo realizadas.

O autor nos apresenta algumas vantagens na utilização da técnica de entrevista, bem como a maior abrangência, também a eficiência na obtenção dos dados, classificação e quantificação. Além disso, quando comparada com os questionários, a pesquisa não restringe aspectos culturais do entrevistado, possui maior número de respostas, oferece maior flexibilidade e possibilita que o entrevistador capte outros tipos de comunicação não verbal.

Assim, para o método de pesquisa não-estruturada não existe rigidez de roteiro. Pode-se explorar mais amplamente algumas questões, desenvolvendo o roteiro ao longo do processo de comunicação.



Figura 03: entrevistando atores sociais da localidade

Fonte: Elaborado pelo autor

### 2.5.2 Observação-participante

Para Cervo &Bervian:

“observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para esses autores, a observação é vital para o estudo da realidade e de suas leis. Sem ela, o estudo seria reduzido a “[...] à simples conjetura e simples adivinhação”.

Cervo &Bervian (2002, p. 27)

A observação é considerada uma importante técnica de coleta de dados, a fim de obter informações acerca de determinados aspectos da realidade. Desta maneira, ajudando o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade.

Vemos em Marconi &Lakatos (1996) que a observação participante, permite que o observador se envolva com o grupo, transformando-se em um dos seus membros. Ele passa a fazer parte do objeto de pesquisa. A observação na vida real é a observação da realidade, colhendo-se os dados à medida que vai acontecendo o fenômeno, de modo natural (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Este método foi selecionado para esta pesquisa por permitir maior aproximação entre o pesquisador e seu objetivo de estudo, podendo vivenciá-lo e perceber suas sutilezas dentro de um cotidiano.

### 2.5.3 Pesquisa bibliográfica

Como podemos ver em Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à temática. Ela tem como principal vantagem fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

Assim, todo trabalho científico deverá ter o aporte bibliográfico e embasamento na pesquisa, para que, desta forma, não se perca tempo com um problema outrora solucionado, e que neste viés, possa percorrer por vias de conclusões inovadoras. (LAKATOS & MARCONI 2001). Desta forma, grande parte do material consultado trata-se acerca dos princípios da agroecologia, as políticas acerca de informação e estudos acerca de juventude rural e suas vivências.

### **2.5.4 Pesquisa documental**

A pesquisa documental, segundo Gil (1999), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, entretanto a diferença basilar entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa.

Os documentos analisados se referem aos editais do Curso de Formação para Jovens Agricultores no estado do Rio de Janeiro, os documentos emitidos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e as cartilhas instrutivas encaminhadas pela SEAD.

### **2.5.5 Pesquisa-ação**

A pesquisa-ação se dá quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Thiollent (2007, p.16) define pesquisa-ação como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com a ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Thiollent (2007, p.16)

Ainda, na visão de Thiollent (2007), a pesquisa-ação necessita atender dois propósitos básicos: o prático e o do conhecimento. Entende-se o primeiro como a contribuição da pesquisa na solução do problema em questão e o segundo como o conhecimento gerado a partir da solução do problema.

A pesquisa se iniciou com visitas às comunidades de agricultores e pescadores caiçaras no bairro de São Gonçalo, no município de Paraty-RJ, onde entrevistas foram realizadas com atores sociais da localidade, com a finalidade de conhecer sua história local, as vivências dentro da comunidade e como se estabelece a relação com o poder público. Ao decorrer das visitas, no caráter de pesquisa-participante, houve participação na ministração de cursos sobre Políticas Públicas voltadas aos agricultores familiares, ao território e à identidade cultural. Foram registrados em fotos e vídeos a fim de estabelecer relatórios e documentários acerca de toda experiência presenciada.



Figura 04: Ministração de curso sobre identidade cultural no bairro de São Gonçalo em Paraty-RJ

Fonte: Elaborado pelo autor

E, junto à visitação e às vivências mencionadas acima, a pesquisa se dá dentro dos espaços de debates e construção política com participação do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, bem como dentro das ações e dos desdobramentos do colegiado, como reuniões de organização de planos e consórcios territoriais.



Figura 05: Participação na 11ª Reunião Plenária do Colegiado Territorial da BIG

Fonte: Elaborado pelo autor



Figura06: Participação na reunião para de formação do Consórcio intermunicipal

Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa-ação requer do pesquisador a imersão ao universo de seu objeto de estudo, buscando de forma participativa compreendê-lo, para assim melhor analisar. Neste viés, busca-se por meio da pesquisa-ação a participação direta e efetiva aos atos realizados pelo Colegiado junto aos jovens e ao curso de Formação dos Jovens em Agroecologia.



Figura07: Participação na procissão do Divino Espírito Santo (cultura local)

Fonte: Elaborado pelo autor

## 2.6 Recorte territorial

A presente pesquisa tem como recorte territorial o Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que compreende os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Seropédica, junto a Rio Claro e Paracambi, recém-integrados, presentes na região Sudeste do Estado do Rio de Janeiro. Os municípios apresentam uma área territorial total de 2.666,18 km<sup>2</sup> com uma população total de 430.777 habitantes, sendo que cerca de 9% são população rural com 39.184 habitantes (IBGE 2010), onde se destacam os municípios de Paraty e Seropédica com a maior concentração de população rural.

## 2.7 Recorte de amostragem e temporal

A proposta deste trabalho consiste em trabalhar junto aos jovens agricultores da região BIG, entre 15 a 29 anos de idade (idade proposta pela SEAD), que realizam, como participantes, o curso “FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA PARA JOVENS CIDADÃOS DO RIO DE JANEIRO”, que tem como proposta levar a regiões estratégicas do Estado, onde atuam esses grupos, ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca.

A meta do curso foi a formação 60 jovens formadores que, após treinados e capacitados, irão formar 900 jovens de base de suas regiões, conforme direcionamento geral do SEAD onde:

Na sua primeira fase de implantação serão capacitados (as) 4.500 jovens agricultores (as), com 240 horas de capacitação, incluindo 120 horas para o Tempo-Escola e 120 horas para o Tempo-Comunidade. Esses 4.500 jovens agricultores (as) capacitados (as) serão compreendidos neste Projeto de Formação como Jovens Agricultores (as) Familiares de Base. A estratégia para se chegar a este número de jovens capacitados será por meio da metodologia “Jovem a Jovem”. Ou seja, concomitantemente à capacitação dos Jovens de Base, serão qualificados 300 jovens, compreendidos neste Projeto de Formação como Jovens Formadores (as). A formação dos jovens formadores compreende 240 horas presenciais e mais 240 horas de dedicação à realização das formações e o acompanhamento dos jovens na base.

O curso Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro tem o prazo de execução de 12 meses, a saber, janeiro de 2018 a janeiro de 2019. Logo, por se tratar de uma pesquisa acerca de um objeto que se encontrava em execução, a pesquisa se estenderá também a observação de fatos anteriores à data descrita acima, buscando reunir dados, percepções e informações precedentes a execução do curso.

## 2.8 Métodos e Coletas de dados

Estabelecidos objetivos específicos, com base em Cervo, Bervian e Silva (2007), o quadro abaixo especifica quais são os métodos e resultados esperados a partir do estabelecimento dos objetivos.

Quadro01: Métodos e resultados esperados

	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Processo</b>	<b>Resultados esperados</b>
<b>1</b>	Analisar os aspectos socioeconômicos da Baía da Ilha Grande, onde se situam os jovens que serão entrevistados nesta dissertação	Análise de documentos e de bibliografias próprias. Pesquisa de campo e entrevista com os jovens	Estabelecer os aspectos socioeconômicos a fim de entender as estruturas presentes na localidade
<b>2</b>	Identificar a estrutura proposta pelo curso de formação dos jovens em agroecologia.	Pesquisa documental, telematizada, observação	Entender quais os conhecimentos e qual o modelo de ensino proposto pelo curso de formação aos jovens
<b>3</b>	Analisar como a agroecologia em seus princípios e as habilidades desenvolvidas no projeto podem contribuir para a fixação do jovem no campo.	Pesquisa bibliográfica, telematizada, pesquisa-ação, observação, entrevistas	Compreender os saberes necessários dentro da agroecologia e sob quais hipóteses o jovem se permanecerá no campo

4	Analisar as entrevistas e as atividades participativas do curso.	Entrevistas, Observação e Pesquisa-ação	Entender a dinâmica dos jovens durante o curso e a qual ponto se dá o envolvimento dos mesmos com a agroecologia
5	Avaliar se as habilidades adquiridas contribuem para os jovens agricultores permaneçam no campo.	Pesquisa bibliográfica, telematizada e entrevistas, Observação e Pesquisa-ação	Identificar os elementos práticos que podem garantir a permanência do jovem no campo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cervo, Bervian e Silva (2007).

Os dados coletados para o trabalho dividem-se da seguinte forma:

Quadro02: Quadro-resumo da coleta e dados

Meios de coleta	Critérios		
	Fonte	Período	Local de Destino
Bibliográfica	Livros, artigos, dissertações e teses	2015-2018	Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Considerações e Bibliografia
Documental	Edital de abertura e Manual do Curso de Formação para Jovens Agricultores do Estado do Rio de Janeiro	2018	Resultados, Considerações e Bibliografia.
Telematizada	Sítios eletrônicos: IBGE, Atlas Brasil, Portal Capes e Scielo	2015-2018	Recorte territorial, Referencial teórico e bibliografia
Pesquisa de campo	Observação participante e entrevistas semi-estruturadas, pesquisa-ação com participação às aulas do curso de formação, bem como visitação às localidades e participação junto aos jovens no Curso de	2018-2019	Resultados e Considerações

	Formação.		
--	-----------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ikeda Júnior, 2016.

## 2.9 Análise e Tratamento dos dados coletados

Para análise dos dados levantados no decorrer da pesquisa pautada na análise documental, nas entrevistas com os jovens agricultores e pela participação nas reuniões do Colegiado BIG, optou-se pela Triangulação na Análise de dados (MINAYO, 1993). No que tange à coleta de dados, a Triangulação permite ao pesquisador lançar mão de técnicas com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, para isso, por exemplo entrevista, aplicação de questionário, dentre outros.

Zappelini e Feuerschutte (2015 p. 246-247) conceituam triangulação “como o procedimento que combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado”.

Ao se optar por este método de análise, vale salientar a adoção de um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto analisado pela pesquisa sob diferentes perspectivas, possibilitando complementar com riqueza de interpretações acerca do tema, aumentando a consistência das considerações e conclusões.



### **3. CAPÍTULO 3: Referencial Teórico**

Foram-se definidos 3 grandes blocos de assuntos a serem tratados neste arcabouço teórico, a fim de que a pesquisa seja endossada pela teoria que lhe dá base. Estes 3 blocos são: 1- Agroecologia e conhecimentos; 2- Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável; 3- Informação e Educação.

Ainda dentro de cada bloco, serão abordados tópicos inerentes ao tema proposto para esta análise. Tais tópicos apontam para a proposta primordial desta dissertação, tratando-se de embasamentos bibliográficos organizados cuidadosamente para a construção da leitura desta obra.

#### **3.1 Agroecologia e Conhecimentos**

##### **3.1.1 Agroecologia: marco referencial**

A partir de uma perspectiva histórica, pode-se reconhecer a Agroecologia e suas origens tão antigas quanto às origens da própria agricultura. Por meio dos estudos e análises realizados nas chamadas agriculturas tradicionais, camponesas ou indígenas, nos revelam sistemas agrícolas desenvolvidos e complexos adequados às condições locais. Tratam-se de agroecossistemas estruturais e, operacionalmente, deveras similares às características dos ecossistemas naturais. Ou seja, revela estratégias adaptativas dos cultivos às variáveis ambientais em base a conhecimentos tradicionais gerados durante muitos ciclos produtivos, transmitidos entre gerações (HECHT, 1997).

Porém, dada “disseminação dos conhecimentos da química agrícola, a partir do século XIX” (ASSIS, 2006, p. 76), o modelo de agricultura tradicional teve sua lógica salteada, onde, de uma maneira mais geral, ela passa a desconsiderar a necessidade de seguir as regras ecológicas.

As regras ecológicas básicas de gestão da natureza passaram a ser vistas como desnecessárias à prática agrícola por se considerar que o caráter ambientalmente agressivo da então chamada agricultura moderna era um mal necessário, que podia ser moderado com algumas práticas conservacionistas. (p. 76)

A lógica industrial chega à agricultura com as práticas extensionistas de disseminação do pacote tecnológico conhecido por revolução verde, que consiste em maximizar a produtividade agrícola com o uso de insumos externos ao agroecossistema, criando encadeamentos econômicos no setor da agroindústria por meio do fomento ao mercado de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, engenharia de máquinas e de veículos agrícolas e bioengenharia genética (ABRAMOVAY, 1994).

Uma alternativa contrária ao modelo agrário e agrícola nacional, que amplamente é captado e dominado pelo capital baseando-se em monocultura e no latifúndio, está na construção de outro modelo, o qual permita a produção da agricultura camponesa, e de todos os povos advindos do campo, originários e tradicionais. Isto de forma agroecológica, pois, mantêm uma relação de equilíbrio com a natureza, produzindo cultura no campo, e cumprindo um papel importante na produção de alimentos saudáveis para toda a população. A saber, são alimentos produzidos sem veneno, respeitando os princípios fundamentais dos sistemas naturais, não degradando o solo, conservando as diversas formas de vida e, principalmente, em sintonia com o ecossistema (ALTIERI, 1992).

Logo, a Agroecologia, como campo de conhecimento científico, é um debate mais moderno. Na visão de Gliessman (2001), que pondera a Agroecologia como “a aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”, a Agronomia e a Ecologia mantiveram um relacionamento distante no século XX, com a Ecologia ocupando-se do estudo de sistemas naturais e a Agronomia tratando da aplicação de métodos de investigação científica à prática da agricultura.

Entretanto, Altieri, 2012, aponta em seus trabalhos os princípios da agroecologia e a importância do holismo nos agroecossistemas, “abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma, dinâmica e a função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas”. Assim, a agroecologia vem sendo consolidada como a uma importante estratégia de desenvolvimento local, especialmente, para o meio rural. Suas bases estão sedimentadas nas formas de produção e uso dos recursos naturais e, ainda, no desenvolvimento sustentável, na soberania alimentar, na autonomia e na justiça social.

Portanto, a perspectiva da agroecologia é interdisciplinar a partir da integração de saberes que permeiam as diferentes realidades e aqueles que configuram a construção de conhecimentos dos atores, uma vez que a diversidade de áreas de formação se entrelaça na perspectiva do saber agroecológico, este mesmo instituído a partir da compreensão das relações que se estabelecem entre as diferentes ciências e sua íntima relação com a prática cotidiana das populações.

A agroecologia se expressa também como uma ciência dos lugares. Seu conceito geral só ganha, assim, plena significação quando é objetivado em condições específicas a ao se aprimorar e se reconstruir permanentemente no confronto com a própria realidade. Ao se objetivar a fazer corpo com as condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências inovadoras, o conceito de Agroecologia se torna concreto e só nessa medida poderá ser reconhecido como funcional e apropriado pelos que manejam. Sem essa passagem do geral ao específico, o conceito permanece opaco como teoria transformadora, e se desvirtua como um conjunto normativo cristalizado e indistinto, sem vínculos com as práticas sociais concretas, enfim, uma ideia à procura de ilustrações da realidade (ALMEIDA, 2009, p. 76).

A solidificação do conceito de ecossistema retoma o interesse pela Ecologia de cultivo, onde, anexo a tal conceito “havia pela primeira vez uma estrutura básica geral para examinar a agricultura desde uma perspectiva ecológica, ainda que poucos pesquisadores a usassem desta forma” (GLIESSMAN, 2001). Então, na década de 70, “época que mais ecólogos passaram a ver os sistemas agrícolas como áreas legítimas de estudo e mais agrônomos viram o valor da perspectiva ecológica” (GLIESSMAN, 2001) que emergem publicações cunhando o termo Agroecologia e o desenho do conceito de agrossistemas (FRANCIS et al., 2003).

A partir destas publicações realizadas e estudos aprofundados sobre a Agroecologia e seu embasamento metodológico, Francis et al. (2003) apontam alguns exemplos de pesquisadores e suas iminentes contribuições: Edens et al. (1985) incluíram em uma publicação intitulada Agricultura Sustentável e Sistemas de Produção Integrados três seções destinadas à economia dos sistemas, impactos ambientais, ética e valores na agricultura; Altieri (1985) discutiu o manejo de pragas no contexto da estrutura da agricultura; Gliessman (1985) adicionou que “os componentes socioeconômicos, tecnológicos e ecológicos constantemente interagem criando um complexo mecanismo de retroalimentação, que, através do tempo, tem selecionado os sistemas de produção de alimentos que observamos hoje”; Conway (1985) articulou a importância de basear a análise de agro ecossistemas em estudos interdisciplinares. Nesta direção, ainda se torna

válido ressaltar as contribuições da Sociologia (Sevilla Guzmán, Woodgate, Redclift), da Economia Ecológica (Martinez-Alier, Xavier Simon), da Antropologia (Palenzuela, Escobar), da História (González de Molina) e de outras disciplinas. Neste viés, a imagem a seguir demonstra como todos estes saberes e suas possíveis derivações circundam ao redor da Agroecologia.

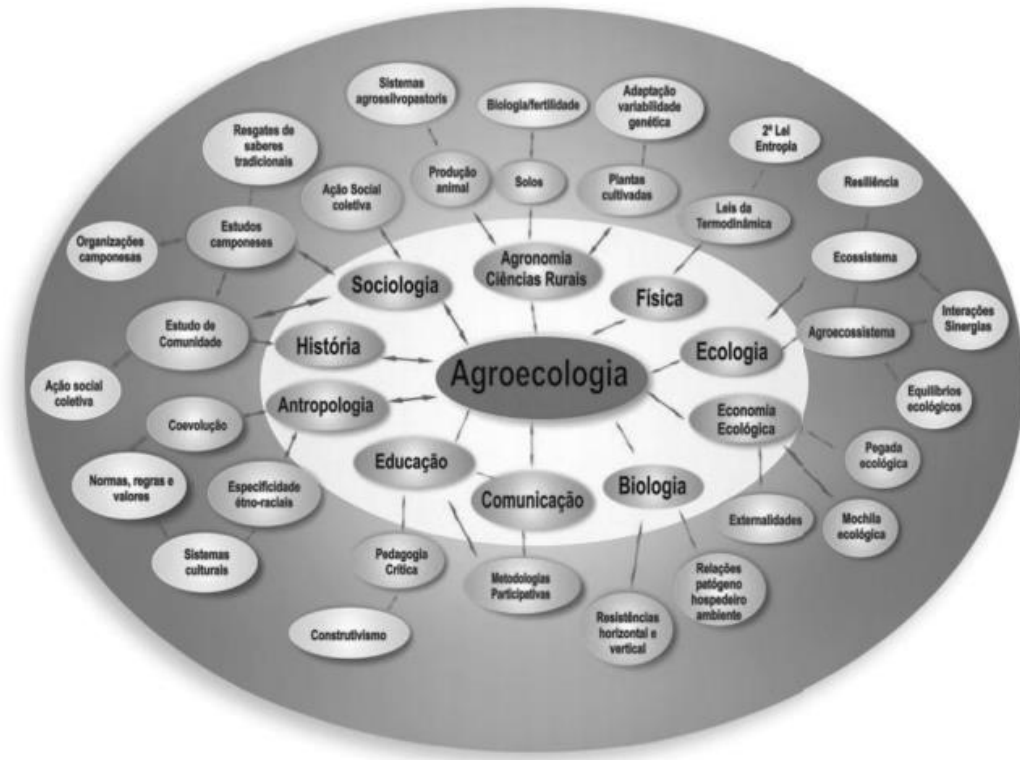


Figura 08: Agroecologia e seus saberes  
 Fonte: Caporal e Azevedo, 2011

A partir disto, pode-se ressaltar a Agroecologia como abordagem científica que leva em conta não apenas os aspectos da maximização do capital e da produção dentro da agricultura, mas permeia aspectos políticos, econômicos, socioculturais e ecológicos de sistema alimentar e de desenvolvimento territorial rural. E tem se fortalecido como o paradigma que se baseia em fontes científicas da agricultura por meio da integração interdisciplinar.

A Agroecologia se demonstra como um elo entre as Ciências Naturais e Sociais, enquanto a primeira como tomada de decisão de desenhos e estilos de Agricultura de Base Ecológico, enquanto para a segunda como a integração da dimensão humana e melhoria da compreensão da totalidade do sistema (FRANCIS et al., 2003). Logo, a agroecologia ressalta-se como uma importante ferramenta para a promoção das transformações sociais e ecológicas que se fazem necessárias para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento territorial rural.

### 3.1.2 Agroecologia e a prática

Primeiramente, faz-se de suma importância um enfoque global da agricultura e do desenvolvimento territorial rural, aonde a interação entre os seres humanos e a terra, ou a sociedade e a natureza, não venha sendo tratado apenas pelos vieses econômico e quantitativo, onde a manipulação químico-física da terra abra precedentes ao capital, mas, outrora como um processo complexo onde o pressuposto seja o entendimento do funcionamento de ecossistemas presentes, junto à preocupação com a justiça em sua repartição de produtos.

Dito isto, a agroecologia, junto ao seu arcabouço teórico, levanta o propósito de apresentar as alternativas a estes pressupostos produtivos, os quais foram “deixados de lado” durante o século 20, a saber: o ideal grandioso da maximização dos lucros e rendimentos no cultivo isolados, frente a preocupação com os efeitos e impactos ambientais e sociais das atividades agropecuárias.

Em detrimento à racionalidade instrumental, que apesar de ultrapassada para encarar certos problemas de bases mais complexas em certas áreas do conhecimento, porém mesmo assim dominar concepções convencionais sobre o desenvolvimento rural, a Agroecologia sustenta uma racionalidade ambiental.

As políticas agrárias têm cerceado práticas tradicionais de uso da terra contribuindo para a degradação através do pastoreio. A pecuária é sucessora do desmatamento, com fazendas de criação empurrando as fronteiras agropecuárias para dentro das áreas de florestas tropicais remanescentes. Consideráveis perdas de biomas e da biodiversidade, bem como a emissão de gases do efeito estufa estão associadas com o desmatamento. No Brasil, o incremento das exportações, do qual 37% são produtos oriundos da agropecuária (IBGE, 2017), e suas perspectivas de crescimento, apesar da importante geração de divisas e equilíbrio da balança comercial, têm sido acompanhados de impactos sobre os ecossistemas e populações rurais. A redução das áreas naturais dos Campos Sulinos, Mata Atlântica e Cerrados, e, mais recentemente, a entrada da fronteira agropecuária na Amazônia Legal são exemplos dos riscos inerentes e da necessidade de se estabelecer novas abordagens dessa realidade.

Riechmann (2002) ressalta que o objetivo da agricultura e pecuária não deve ser somente maximizar os rendimentos, mas otimizá-los de maneira sustentável: conseguir rendimentos ótimos compatíveis com a estabilidade dos agroecossistemas, com a qualidade do entorno em que se inserem estes, com a segurança alimentar de toda a população humana e com a inclusão social. O conceito-chave é “não tratar as técnicas e tecnologias agropecuárias, simplesmente, para produzir mais, mas para produzir melhor”.

De acordo com o autor supracitado, a Agroecologia, que trata da criação de agroecossistemas equilibrados, que produzam o suficiente sem danificar as fontes da fertilidade da terra, deve propiciar a orientação teórica para a reorientação dos desenhos de sistemas produtivos.

De forma mais prática, a agroecologia se empenha num esforço da construção de modelos de agricultura e de sociedade onde não haja custos socioculturais, ambientais e econômicos ocultos. Logo, a agroecologia se constrói como uma realidade de construção concreta para um novo conhecimento partindo da interação da biodiversidade ecológica e sociocultural, de saberes locais dos agricultores nativos e de técnicos envolvidos para o processo de desenvolvimento, onde este mesmo desenvolvimento se dá ante a forma dialógica de respeito à cultura e à visão de mundo dos agricultores e do conhecimento técnico (FREIRE, 1983).

### **3.1.3 Agroecologia: desafios**

O desafio emergente enfrentado pela agroecologia diz respeito a manter ou recuperar o equilíbrio da balança entre o estado do agroecossistema e seu equilíbrio atual, pendendo entre a cultura e o ambiente natural, encontrando estratégias que permitam vislumbrar tais aspectos desde uma perspectiva histórica até o presente momento.

De maneira prática e racional, a agroecologia não tem a pretensão de extinguir a intervenção humana e sua atuação nos ecossistemas, porém busca a compreensão ante a complexidade intrínseca a essa intervenção em cada agroecossistemas. Ressalta-se que a agroecologia outorga grande importância à agricultura familiar de modelo tradicional, camponesa, quilombola ou indígena, pois estas se apresentam como destaque para o desenvolvimento da racionalidade ecológica.

Uma vez que a Agroecologia propõe o manejo e o desenho de agroecossistemas sustentáveis e a construção de estratégias para o desenvolvimento rural sustentável englobando as dimensões ecológicas, sociais, culturais e econômicas, afirma-se que a Agroecologia é uma ciência que serve ao bem comum da sociedade como um todo, às gerações atuais e futuras, aos atores do mundo rural e urbano. (GUZMÁN E MOLINA, 1996)

Produção, comercialização e consumo de alimentos são atividades realizadas que carregam em seu escopo demasiado conteúdo ético-político, e isso não diz respeito somente aos agricultores, mas a todos cidadãos, sendo uma questão para toda a sociedade, com sérias implicações para as gerações futuras (RIECHMANN, 2002).

### **3.1.4 Agricultura Familiar**

Agroecologia, como o nome bem sugere, está primariamente ligada à agricultura, entretanto, não ao modelo hegemônico do agronegócio preconizado em larga escala pelos meios de comunicação. Trata-se de um modelo sustentável e de base familiar, onde, segundo Jean (1993), a agricultura familiar tem a capacidade de gerar uma curiosa capacidade de manter-se e reproduzir-se ao longo das gerações. Na visão do autor supracitado, a agricultura familiar é produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna. Esse fato deve-se à especificidade do processo de trabalho agrícola e à racionalidade particular da produção agrícola familiar.

O atual retrato do agricultor moderno apresenta num tripé identitário: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. E a partir desta tríplex identidade três rendas são geradas, respectivamente: a renda da terra, o lucro e o salário. Contudo, não é o agricultor moderno que acumula as três rendas, mas a sociedade que mantém relações com o agricultor moderno. A sociedade apenas lhe oferece um salário baixo diante da complexidade de seu trabalho. “Este personagem trinitário, que é o agricultor moderno, teve que doar a renda fundiária e o lucro capitalista à economia e à sociedade para sobreviver, buscando apenas um salário mínimo para subsistir” (JEAN, 1993, p. 5).

O agricultor moderno não contabiliza seu tempo de trabalho, atribuindo, apenas, um salário suficiente para se manter na atividade e, assim, fazendo concorrência com o empresário agrícola que precisa realizar a taxa média de lucro. Para Jean, a identidade e a relação que o agricultor familiar apresenta junto as rendas geradas contribuem para a inserção da agricultura familiar como um produto do próprio desenvolvimento da economia. A economia capitalista parece colaborar para a consolidação da propriedade agrícola familiar.

Segundo JEAN (1994), a persistência da agricultura familiar justifica-se pelos seguintes fatores:

a) Pela própria especificidade do trabalho agrícola, da agricultura e da racionalidade do produtor rural. A agricultura familiar mostrou-se melhor adaptada para responder às exigências e aos imperativos da sociedade moderna, a saber: produção de gêneros alimentícios com o mais baixo custo possível, segurança de abastecimento alimentar e garantia de estabilidade do poder político; e

b) Pelo papel do Estado, através da política agrícola. Os agricultores familiares mantêm relações contraditórias com o aparelho de gestão pública, utilizando-se dele, mas ao mesmo tempo desconfiando dele. O papel do Estado é absolutamente essencial para compreender a consolidação das unidades familiares na economia agrícola moderna. Jean, ainda, salienta como consequência da existência da propriedade rural familiar nas economias agrícolas, a capacidade de adotar inovações ou intensificar a produção e o modo de inserção numa economia de mercado. “A exploração agrícola familiar soube demonstrar uma extraordinária plasticidade nas diferentes conjunturas econômicas, técnicas e políticas” (JEAN, 1993, p. 26).

A capacidade de adaptação da agricultura familiar, segundo Jean, permitirá a ela estar presente no encontro marcado na era pós-moderna. Essa capacidade irá atuar a seu favor no processo de transição para a agricultura sustentável, em que se redescobrirá as demais funções essenciais da agricultura, como a ocupação do território, a manutenção dos equilíbrios ecológicos, a conservação das paisagens e a manutenção da fertilidade natural dos solos.

### **3.1.6 Tecnologia social e os empreendimentos solidários no território**

Tecnologia Social (TS) trata-se da criação e utilização de conhecimentos por populações duplamente desfavorecidas (por falta de acesso ao conhecimento científico moderno e por perda das condições mais favoráveis à reprodução de seu conhecimento tradicional), de modo a promover a sustentabilidade econômica e o fortalecimento cultural e político dessas comunidades (DAGNINO, 2012).

O modelo de educação, a proposta dos conhecimentos e saberes transmitidas pela Agroecologia, bem como seus mecanismos para a re-aplicabilidade e adaptação nos mais diversos cenários podem e são consideradas uma Tecnologia Social.

A elaboração da mesma emerge meio a problemática constitutiva da experiência moderna, desta maneira englobando laços de conhecimento, política e sociedade, ou seja, a maneira como uma comunidade percebe o mundo ao seu redor, desde a distribuição de poder à estratificação social. Trata-se de uma problemática surgida da percepção das contradições entre as desigualdades produzidas pela estrutura da sociedade de classes e o projeto moderno de uma organização política racional, de um modo de vida baseado nos valores seculares da igualdade e da liberdade universais e de uma disposição intelectual e moral para o exame crítico, racional, de toda tradição (GARCIA, 2014).

Com profundas raízes na tradição do pensamento marxista latino-americano e inserida nas vertentes contemporâneas dos estudos sociais de ciência e tecnologia, a reflexão de Renato Dagnino sobre a TS tem por principais interlocutores, em termos disciplinares, a teoria econômica mainstream e, internamente ao pensamento marxista, a ortodoxia economicista, perspectivas aparentemente antagônicas que de fato compartilham os mesmos supostos acerca da neutralidade e do determinismo técnicos

(DAGNINO, 2012). Desta forma, pelos caminhos da crítica das diretrizes que compõem a Tecnologia Convencional (TC), que impera socialmente, é que suas teses mais fortes são incorporadas acerca de um determinismo tecnológico, e, assim, o autor define características distintivas da noção alternativa de tecnologia social.

Dentro deste viés, o conceito de tecnologia social é afirmado no Brasil envolvendo estudos no campo das relações entre ciência, tecnologia e sociedade, bem como a mobilização de um conjunto de organizações sociais reunidas em torno da Rede de Tecnologia Social. No cerne destas discussões, estão as relações entre desenvolvimento tecnológico e desigualdades sociais, tendo como aspecto central a crítica à neutralidade da ciência e da tecnologia.

Os principais formuladores do conceito, em diálogo com diferentes instituições e movimentos sociais, têm como referência, sobretudo, a Teoria Crítica da Tecnologia, elaborada por Andrew Feenberg, (1991). Ainda de acordo com as principais abordagens sobre o conceito, é preciso democratizar a tecnologia com a introdução de novos valores e sujeitos na definição de projetos e trajetórias tecnológicas.

Estas reflexões têm como marco importante os estudos desenvolvidos por pensadores ligados à Escola de Frankfurt, a partir das primeiras décadas do século XX, evidenciando as formas como a ciência e a tecnologia são influenciadas por valores sociais, expressando correlações de forças e interesses de grupos dominantes, havendo uma forte coligação com o território no qual a mesma é desenvolvida e estando intimamente conectada ao saber fazer local.

Neste contexto, as contribuições de Herbert Marcuse, a partir dos anos 1960, possibilitaram a formulação de uma Teoria Crítica, cuja principal abordagem situa-se no plano de uma interpretação filosófica da tecnologia. Na sua concepção, a razão instrumental – caracterizada pelos domínios da vida social submetidos a objetivos predefinidos e predeterminados – poderia ser liberada para fins que alterassem os mecanismos de repressão da sociedade de classes (MARCUSE, 1967).

Influenciada fortemente pelas análises acerca dos potenciais vínculos emancipatórios entre desenvolvimento tecnológico e ampliação dos processos de democratização, tem-se início, no Brasil, uma mobilização em torno do conceito de Tecnologia Social.

O Brasil ainda se encontra entre os países mais desiguais do mundo, onde a exclusão social afeta mais da metade da população economicamente ativa, empurrando-os para informalidade. O setor formal segue sendo incapaz de absorver os que buscam emprego. (IPEA, 2014)

Ante a este panorama social, a população demanda ações direta e especificamente voltadas ao desenvolvimento social. Elas deverão transcender aquelas de tipo compensatório e, também, as relacionadas à mera qualificação dos excluídos para uma cada vez menos provável absorção pela economia formal. Desenvolvimento social supõe criar as condições para que algumas das atividades de produção de bens e serviços, usualmente realizadas por empresas e que crescentemente são “transferidas” de modo preconizado para o setor informal, possam ser levadas a cabo por Empreendimentos Solidários (DAGNINO, 2014).

Logo, o apoio aos Empreendimentos Solidários demanda modos de regulação da transferência de recursos e orientação do poder de compra do Estado para aquisição dos bens e serviços que eles podem produzir. Além do fato de que seria um ato de contrassenso por parte do Estado não estimular um setor da economia e uma parte de população no qual o governo vem alocando recursos crescentes através de seus programas compensatórios, o apoio citado implicaria outras vantagens evidentes. Os Empreendimentos Solidários, dado sua característica de orientar diretamente as receitas

provenientes de sua operação para a remuneração de trabalhadores, sem a necessidade de remunerar a propriedade do capital e por serem estes os excluídos da economia formal, tenderão a promover o desenvolvimento social de forma especialmente eficiente. É eficaz por estarem mais próximos da realidade e dos problemas enfrentados pela sociedade e que devem ser observados e enfrentados de maneira adequada. É também efetiva, por possibilitarem aos hoje excluídos as oportunidades de geração de trabalho e renda que permitirão o desenvolvimento social.

Como objetivo principal e explícito, a tecnologia social emerge em resposta a problemática do desenvolvimento comunitário, para que desta maneira gere inclusão social através da geração de renda e de alternativas tecnoprodutivas em cenários socioeconômicos caracterizados por situações de pobreza (THOMAS, 2009).

Por conta disto as discussões sobre tecnologia social giram em torno da necessidade de modificar o padrão tecnológico sobre qual está apoiada a sociedade contemporânea, e desta maneira apresentar outro viés de inovação, que não seja apenas apresentado por grandes corporações. Desta forma, a tecnologia e a inovação advindas das comunidades e saberes locais abrem o entendimento e alçam uma visão ampla acerca do tema, demonstrando que não é apenas em uma sala de universidade ou em um galpão de empresa que se pensa em inovação, mas também no cotidiano das pessoas.

Assim, concomitante a tecnologia social e ao desenvolvimento do território, pode-se analisar a inovação como um conjunto de técnicas e metodologias transformadas, desenvolvidas e/ou aplicadas junto à população, a qual interage durante este processo, uma vez que o mesmo representa uma alternativa de inclusão social e melhoria de suas condições de vida. Como alternativa para o desenvolvimento, a tecnologia social serve como uma mediadora entre as demandas sociais e suas possíveis soluções por meio da aplicação de conhecimento local, transformando-se em uma solução tecnológica a problemas sociais existentes (ITS, 2007)

Desta forma, ao se falar em problemas sociais, mais uma vez a tecnologia social se apresenta como uma eficaz proposta, isso por conta de apresentar características definidas, bem como a forma de criar, desenvolver, implementar e administrar o que vem sendo realizado, tudo isto voltado à transformação social e à da realidade, visando resolver tantos os problemas sociais quanto os ambientais. E isto gera uma dinâmica social econômica e inclusiva e de Desenvolvimento Sustentável (THOMAS, 2009).

Então, como ferramenta de transformação e desenvolvimento das diversas realidades brasileiras, a TS apresenta um principal conceito que é a reaplicabilidade da tecnologia. Isso ocorre quando a tecnologia social é reinventada e adaptada de acordo com a realidade local, levando em consideração o conhecimento e as referências locais, produzindo dessa forma novos resultados, mais relevantes e duradouros (FONSECA, 2010). Assim, a mesma tecnologia que é aplicada de uma forma em uma localidade pode ser transformada e adaptada para diferentes realidades, se adequando ao grau de aplicabilidade, seja em tamanho ou escala, se adequando as necessidades apresentadas, a região na qual será implementada, entre outros diversos fatores.

Para que haja a promoção do desenvolvimento participativo que seja capaz de proporcionar o bem-estar e oportunidades a todos os envolvidos e, junto a isso, atrelar a preservação do meio ambiente alguns valores devem estar sempre à frente das ações deliberadas, a saber: cooperação, confiança, participação, solidariedade e colaboração. Estes valores devem ser difundidos, a fim da ampliação e consolidação de iniciativas empreendedoras e inovadoras para que alcancem o coletivo.

As iniciativas difundidas e reaplicadas sob o conceito de Tecnologia Social destacam a atuação de movimentos sociais, organizações sociais e comunitárias, muitas vezes, com o apoio de instituições de ensino e pesquisa, no desenvolvimento de soluções



tecnológicas aplicadas a contextos socioeconômicos e ambientais de territórios específicos.

Tais iniciativas buscam incidir sobre a formulação e implantação de políticas públicas. Desta forma, é possível converter em estratégias de governo diretrizes tecnológicas que permitam ampliar a participação democrática e a distribuição da riqueza, por meio da adoção de modelos de produção sustentáveis.

A participação de organizações auto gestonárias, constituídas sob diversos formatos institucionais (cooperativas, fóruns, redes, associações, comitês e outras), que atualmente atuam no país na perspectiva do desenvolvimento territorial em diferentes contextos, pode representar estruturas de mediação que contribuam para que o conceito de democracia esteja no centro dos programas e políticas de desenvolvimento tecnológico.

As tecnologias sociais reaplicadas e desenvolvidas já enumeram uma extensa lista de ações e inovações por todo o território brasileiro, desde centros urbanos até comunidades rurais, todos se inserem nesta perspectiva. Experiências como a instalação de tele centros comunitários, cisternas de placas, barragens subterrâneas, mini usinas para beneficiamento de produtos, assessorias ao estabelecimento de formas coletivas de produção e comercialização e criação de software de educação à distância representam iniciativas que têm contribuído para o desenvolvimento de programas governamentais e o aperfeiçoamento de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar.

Logo, a disseminação de novas ideias, experiências e principalmente dos resultados obtidos podem contribuir para a fomentação e criação de novos métodos que transformem a comunidade na qual será implementada. Nesta mesma via, estes resultados podem sensibilizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a facilitação do uso de determinadas tecnologias.

### **3.1.8 O Homem Parentético – o homem do campo na busca pelo conhecimento e pela liberdade**

Em meados da década de 1980, problemáticas amplamente abordadas por Alberto Guerreiro Ramos, abordando temas relacionados à predominância do mercado sobre a pessoa humana, ainda se mostram na atualidade como relevantes e centrais aos debates acerca da sustentabilidade.

Na visão de Guerreiro Ramos: “os resultados atuais da modernização, tais como a insegurança psicológica, a degradação da qualidade de vida, a poluição, os desperdícios à exaustão dos limitados recursos do planeta mal disfarçam o caráter enganador das sociedades contemporâneas” (1989, p. 22). E, ainda segundo o autor, a organização da existência humana procede da força modeladora que emana do mercado, o qual, desta forma, transforma toda uma sociedade.

Em um período no qual a sustentabilidade estava às margens das preocupações sociais, Guerreiro Ramos se prestava a denunciar os efeitos da racionalidade predadora do mercado. O que se pode ver em evidência no prefácio de uma de suas obras intitulada: “A nova ciência das organizações”, onde denota seu incômodo com a ciência administrativa e com a ciência social, delatando que esta ciência “nada mais é do que uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado” (GUERREIRO RAMOS, 1989, XV).

Entretanto, Guerreiro não para apenas em suas evidenciações do que chamava de relações autofágicas sociais, ele aponta para uma possível solução das práticas organizacionais, onde formula uma teoria pautada num novo modelo de ser humano, bem

como um novo método de análise e compreensão social, onde propõe a substituição por uma nova ciência. Nova exatamente porque sua tradução é desconsiderada nos meios acadêmicos ditos modernos. Todavia, sua análise emerge com a proposta de um modelo para o futuro, que em suas palavras,

Esta é uma revolução silenciosa que, embora não faça manchetes na imprensa, constitui, na perspectiva deste livro, a história do futuro, isto é, a práxis de emergente modelo de relações entre os indivíduos, e entre estes e a natureza. Em outras palavras, este modelo restaura o que a sociedade centrada no mercado deformou ou, em parte, destruiu: os elementos permanentes da vida humana (GUERREIRO RAMOS, 1989, XVI)

Dado este contexto, o Homem Parentético provém dos estudos de Guerreiro Ramos, estudos estes realizados a partir do filósofo Husserl sobre a capacidade psicológica do indivíduo desvincular-se de realidades internas e externas, ou seja, de “suspender”, de colocar “entre parênteses” (daí o termo parentético) a si mesmo, o mundo e a relação deste com o mundo (AZEVEDO e ALBERNAZ, 2006), entendendo desta forma seu afastamento como necessário, ante a realidade no qual está inserido. Agindo e procedendo de maneira parentética, o homem teria consciência crítica e

ingressaria num “plano da existência autoconsciente”, autodeterminada, conquistando uma “modalidade superior da existência humana” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p.10-11). A atitude parentética, portanto, demarcaria o abandono do plano existencial natural e ingênuo, para selar uma nova fase na condição existencial do homem, uma fase em que ele teria “poder sobre si mesmo e sobre as circunstâncias” (GUERREIRO RAMOS, 1963, p.145), estando apto para promover o seu ajustamento ativo “à sociedade e ao universo” (ibid.) (AZEVEDO e ALBERNAZ, 2006, p. 6).

O homem que tem a capacidade de fazer *epoché*<sup>4</sup>, ou seja, se colocar entre parênteses em sua análise e a compreensão de si e do mundo, é o homem que age a redução sociológica e está apto a atuar a nova ciência proposta por Guerreiro Ramos. A atitude crítica, segundo o autor, é o que se faz necessário na busca pelo conhecimento e pela liberdade: “a atitude “crítica” suspende ou põe “entre parênteses” a crença no mundo comum, permitindo ao indivíduo atingir um nível de reflexão conceitual e, portanto, de liberdade” (GUERREIRO RAMOS, 2001, p.7).

Neste contexto organizacional e social vê-se emergindo a necessidade de um novo modelo de homem, o qual coloque “entre parênteses” as situações nas quais estão submetidos, assim, compreendendo-as melhor e podendo transformá-la por meio da atitude crítica. Esta atitude no contexto social poderá emergir a partir do modelo de homem parentético, baseado na racionalidade substantiva, proposto por Guerreiro Ramos. Dentre os modelos de homem das organizações apontados pelo autor (2001) – o homem operacional, o homem reativo, o homem parentético – é neste último modelo onde está o resgate daquilo que sempre existiu – a essência humana – mas, que esteve submerso às práticas mercadológicas atuadas de modo autofágico.

A diferença entre o Homem Operacional e o Homem Parentético pode ser resumida como a mesma explicação da diferença existente entre ser eficiente (operacional) e ser eficaz (parentético). O eficiente faz as coisas da forma mais perfeita

---

<sup>4</sup> Suspensão do juízo, também conhecida pelo termo grego *epoché* ou *epokhé* (εποχή), que significa 'colocar entre parênteses', é a atitude de não aceitar nem negar uma determinada proposição ou juízo. Opõe-se ao dogmatismo, em que se aceita uma proposição.

possível. Ele busca sempre a perfeição do que faz, não se preocupando se o que faz está certo ou errado. Já o eficaz primeiro busca fazer o melhor caminho, a melhor forma de fazer algo. Depois ele se preocupa com a "perfeição" do trabalho. Em resumo, eficiente faz algo procurando a perfeição, enquanto o eficaz faz o melhor da melhor forma. Exemplificando estas informações, vemos em Tempos Modernos (Modern Times, EUA 1936) de Charles Chaplin a imagem do homem operacional, o qual está dentro da fábrica e se limita às suas atividades e a realizá-las de maneira mecânica e repetitiva em todos os segmentos da empresa e, conseqüentemente em sua vida.



Figura 09: Chaplin e o homem parentético

Fonte: Tempos Modernos (Modern Times, EUA 1936)

O modelo de homem parentético de Guerreiro Ramos contempla as noções de realização pessoal do indivíduo e crescimento pessoal. Para o autor, a presença de tipos parentéticos nas sociedades evidenciaria em um acréscimo de qualidade de vida (política) e liberdade humana significativa. Além dessa característica do homem parentético (um ser de razão), outra merece destaque especial: o seu incansável empenho na atualização de suas potencialidades humanas. De forma sumária: a afirmação do *self*, a liberdade, a autorrealização e o exercício da racionalidade noética<sup>5</sup> se apresentavam como as principais características do homem parentético.

Segundo Durante e Teixeira (2008), a noção do homem parentético estaria centrada na urgência de encontrar um significado para a vida. Para Guerreiro Ramos (2001), trata-se de alguém que “se compromete eticamente com valores que o conduzem ao primado da razão (no sentido noético), em sua vida social e particular. Em consequência, sua relação com o trabalho e a organização é muito peculiar” (2001, p. 8).

Das características mais relevantes ao homem parentético de Guerreiro Ramos, o conhecimento é visto como principal mediador da socialização humana, capaz de requerer demandas e necessidades as quais os sistemas sociais precisariam responder e implicando na configuração dos desenhos organizacionais (AZEVEDO e ALBERNAZ, 2006). Ao buscar um significado para a própria vida, este indivíduo talvez encontre no meio do trabalho, da criatividade e da noção de si mesmo como um todo compreendido em sociedade, mas não limitado por ela – a compreensão e a prática de atuar a sustentabilidade.

---

<sup>5</sup> A noética (do grego *nous*: mente) é uma disciplina que estuda os fenômenos subjetivos da consciência, da mente, do espírito e da vida a partir do ponto de vista da ciência. Como conceito filosófico, em linhas gerais define a dimensão espiritual do homem.

### 3.1.9 O Jovem entre Parênteses: habilidades, conhecimentos e competências

O objetivasse entender quais as competências necessárias que podem fornecer condições para que o jovem rural atue de maneira empreendedora e autônoma no campo, baseando-se em seus valores e cultura a fim de fortalecer a agricultura familiar.

Pode-se perceber que o homem-parentético (GUERREIRO RAMOS, 2001) agora se torna o/a jovem-parentético. Criando e desenvolvendo habilidades de análise crítica, conhecimentos que o levam a suspensão de ideias para a análise de fatos e às competências que lhe cabem para a transformação e remodelamento social.

Levando em conta que as habilidades, competências e conhecimentos que serão abordados aqui, não representam um modelo fechado, o qual deve ser aplicado de maneira generalizada a todos os jovens. Isso pois, deve-se levar em conta as especificidades de cada território, a história de sua comunidade, entre outros fatores.

Algumas percepções levantadas afim de perceber fatores internos e externos acerca do cotidiano e da realidade da juventude rural foram reunidas no quadro abaixo. Para facilitar a visualização das informações, dividiu-se em três dimensões, a saber: ECO refere-se ao contato com a totalidade e com o ambiente como um todo; HETERO o olhar do indivíduo para o outro, tendo como premissa que toda aprendizagem é desenvolvimento e; AUTO a um processo individual e permanente de produção de sentido pessoal no cotidiano, pois desenvolver a si é um processo de construção coletiva para cada indivíduo.

#### PERCEPÇÕES SOBRE O JOVEM AGRICULTOR FAMILIAR

ECO	HETERO	AUTO
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desmantelamento do tecido social rural</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Dinâmicas de poder no interior do núcleo familiar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Busca por autonomia</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Baixos e instáveis rendimentos provenientes do trabalho agrícola</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Estrutura patriarcal</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Entrada na vida social plena</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Trabalho árduo e pesado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Processo lento e tardio de sucessão</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Busca de vocações individuais</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Demanda por acesso à internet e redes de comunicação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Desvalorização do feminino</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Baixa auto estima</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Aprendizado/Escolarização calcada</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Baixa/ ausência de Remuneração pelo trabalho</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ausência de estrutura material favorável</li></ul>		

Figura 8 Destaques das percepções sobre o jovem agricultor familiar. Fonte: Elaborado pela equipe GVces

Figura 10: Destaques das percepções sobre o jovem agricultor Familiar  
Fonte: GVces/ FGV-EAESP, 2016

Abordadas as dimensões de uma maneira simplificada de vida da juventude rural por meio da ilustração acima, é necessário apontar quais habilidades se esperam destes jovens. Habilidades que incluem uma visão integrada acerca da realidade, do contexto ao qual esta porção da juventude rural está inserida, uma visão conectada não apenas no local, mas interligada com o regional e com o global.

Falando-se em global e local, é importante mencionar o termo “glocalização<sup>6</sup>”, no qual a juventude desenvolve a habilidade de olhar além de sua localidade, passando a compreender que as ações locais podem e têm interferência em um macro-ambiente, assim, métodos e medidas desenvolvidas e aplicadas estão em conexão com outras localidades e regiões. Desta forma, desenvolver habilidades e competências para uma produção sustentável é incluir a sustentabilidade em sua produção agrícola familiar e pensar no futuro das gerações a seguir.

A juventude rural ao desenvolver habilidades que passam pela capacidade de se auto posicionar, isto por meio de um atento e cuidadoso olhar acerca da realidade que a cerca, levando em conta os fatores ambientais, sociais e culturais, toma para si, enquanto coletivo, o protagonismo e visibilidade de suas pautas e necessidades enquanto jovens agricultores.

O jovem agricultor rural, enquanto sujeito coletivo e enquanto indivíduo, necessita desenvolver-se em habilidades e na construção de novos conhecimentos. Desta maneira, as benesses virão não de forma individualizada, mas em forma de ganhos para toda a juventude envolvida neste processo.

O autoconhecimento implica em um sujeito consciente e conhecedor de suas origens, de sua história, e também que conhece seus valores, suas potencialidades e fraquezas. E sabedora de seus pontos fortes e fracos, a juventude poderá buscar novas oportunidades desenvolvendo um espírito empreendedor.

Empreendedorismo representa um fator de muita relevância a juventude rural, pois este está diretamente ligado ao protagonismo rural, pois dessa maneira ele estará à frente de seus negócios, mantendo o foco, criando oportunidades criativas e sempre pautado na sustentabilidade.

Junto ao empreendedorismo, os jovens devem desenvolver conhecimentos de diferenciação, a agregação de valor e a inserção em nichos de mercado, isso dado pois a pluriatividade é uma realidade nas atividades do campo, e saber explorar as potencialidades e particularidades de cada território, o modo de produção e os serviços complementares tais como artesanato, turismo e atividades de lazer, é um importante potencial que cabe ao jovem.

E por meio destas atividades, a autonomia financeira e a geração de riquezas serão iminentes.

A juventude rural desenvolvendo como competência a autonomia, desenvolverá novas maneiras de pensar e agir, assim, tendo em suas mãos o poder de tomada de decisões. Apesar de estar incluída, não se trata apenas da autonomia financeira, para além disso, contudo, ser autônomo “é ter a liberdade e a força pessoal e coletiva para intervir na realidade e nas escolhas de sua própria trajetória, considerando seus pensamentos,

---

<sup>6</sup> “É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-à-vis a rede global. Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado em âmbito global” (CASTELLS, 1999, p.470-471).

sentimentos e tudo aquilo que remete às necessidades das pessoas e relações que o circunda”. (FREIRE, 1996).

Ampliando a dimensão de habilidades, o planejamento das atividades econômicas e a gestão financeira de sua propriedade é algo no qual a juventude deve estar integrada. Pois isso lhe permite enxergar a propriedade não somente como um local de trabalho e moradia, mas como o seu referencial e o local de formação, o local onde o empreenderá e poderá gerar riquezas, bens e condições materiais para o desenvolvimento de sua família.

O conhecimento em novas práticas e tecnologias desenvolve para a juventude rural a habilidade de utilizá-las em prol do desenvolvimento econômico e social, isto atrelado à proteção dos ecossistemas locais, o que por si é uma habilidade inerente a macro dimensão. Como exemplo disto, os sistemas orgânico e agroflorestal e os de base agroecológica.

Obter conhecimentos e práticas frente às adversidades climáticas, pois dominando tais habilidades, uma gama de técnicas poderá ser implantada na localidade e em seu território. Técnicas de irrigação e de cultivo do solo, seja no âmbito da diversificação das fontes de renda familiar, em casos desastres e perda da produção. A juventude agrária se mostrará preparada frente adversidades e/ou inovações e se tornará força de renovação.

O conhecimento em trabalhar operando através de redes é uma importante ferramenta para toda juventude rural, pois há a necessidade de conectividade com o urbano, onde residem os compradores e consumidores dos produtos e serviços disponibilizados por sua produção. Não apenas com o meio urbano, as redes são importantes em todo o ambiente rural entre os produtores agrícolas e não-agrícolas, pois estabelecidas relações de confiança e de diálogo entre os mesmos, a organização popular, as informações políticas, novas técnicas de produção e diversas outras pautas estarão e uníssono dentro do território, e isto corrobora a gestão social e o desenvolvimento sustentável.

Uma vez estabelecidas as redes, os jovens produtores poderão estabelecer e diversificar escoamento de sua produção ampliando o potencial de negociação e estabelecendo valores. Novos conhecimentos serão anexados, como os de discernimento entre as possibilidades de fornecimento, as cadeias extensas e cadeias curtas, e o diálogo com atravessadores e intermediários e com consumidores.

E dentro destas redes de trabalho os jovens poderão tomar conhecimento, obter informação e articulação ao aceso de políticas públicas, pois ao se acessar as políticas específicas e editais abertos ao campo. Por meio disto, a juventude poderá potencializar sua produção e poderá, anexo a isto, angariar meios de desenvolvimento para seu território. Deste modo, intensificando a participação social e a governança local, construindo e estabelecendo uma agenda coletiva para a implementação e o aprimoramento de políticas públicas, e culminando no aumento da participação das famílias agricultores ampliando o diálogo com as prefeituras e outras instituições públicas.

E, por fim cabe a juventude rural desenvolver o papel de ser dinamizadora, se tornando ator social dentro do território rural, isto é, estabelecendo redes de socialização, organizações sociais e valorizando a cultura, a história e tradições de sua localidade, movimentando festividades locais, rememorando o folclore da localidade, enfim, fortalecendo o tecido social rural. Criando e permeando condições necessária para emergir de forma coesa, mais conscientes e se apropriando de todo seu potencial de criação e reflexão, realizando suas escolhas em conjunto e compreendendo as possibilidades e oportunidades para um real futuro no campo.

## **3.2 Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável**

### **3.2.1 Desenvolvimento Territorial**

O desenvolvimento abordado por esta dissertação não é o mesmo abordado no contexto pós-segunda guerra, onde a expansão da modernidade capitalista como resultado da ação política norte-americana apregoa sendo o modelo desenvolvimentista. Onde desenvolvimento e modernização foram significados como pares conceituais inseparáveis. E a modernização passou a expressar, de modo simplificado, progresso e desenvolvimento da tecnologia aplicada ao parque industrial, como resultado, principalmente, de crescimento econômico (GIDDENS, 1991). Mas, passamos a entender o desenvolvimento, assim como em Favareto (2007), como o contrário do progresso sobre crescimento econômico. O autor admite que o desenvolvimento passa a ser pensado a partir de bases multidimensionais, onde uma nova retórica se constitui a partir da crítica social e a partir de uma certa crise no poder explicativo das ideias tradicionais de desenvolvimento.

A concepção de desenvolvimento passa então pelas dimensões (econômica, social ou humana, ambiental e política ou participativa) da transformação estrutural da sociedade. Neste caminho, o termo remete às estruturas sociais e estruturas mentais partilhadas, coletividade. Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos sociais, ambientais e políticos, de forma a possibilitar a justiça e o bem-estar social, garantindo a participação dos cidadãos nas decisões que afetam a vida social (ALMEIDA, 1997; BOISER, 1999).

Temos então o termo desenvolvimento fortemente ligado ao território e à localidade (Jean, 2014), lançando luz ao debate tanto nas arenas políticas quanto dentro das academias ao Desenvolvimento Territorial.

Para falarmos acerca de território será utilizada a definição proposta por Raffestin (1993), onde o território é um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que se projetam no espaço, sendo construído historicamente. Entendendo-se que o território se torna objeto de análise sob diferentes perspectivas, sejam elas antropológicas ou geográficas. E, a mesma medida, tomaremos a análise também proposta por Sachs (1986) que afirma ser o território uma estratégia para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas por controle de área. Onde essa estratégia está intimamente ligada ao uso de terra pelas pessoas, com sua organização espacial e com o significado que o lugar tem para elas, onde podemos perceber as pessoas do território se movendo em direção a sua identidade no local e o significado da mesma.

Segue uma análise concisa acerca do território elaborada por Ricardo Abramovay:

Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial (ABRAMOVAY, 2000, p. 385).

Favareto (2007) traz neste mesmo sentido sua argumentação, abordando outro elemento importante para a compreensão da emergência da abordagem territorial: O Estado aparece como ator que cria as condições favoráveis aos investimentos territoriais

e os agentes privados são incorporados na análise. E, no tocante a esta observação, podemos ressaltar na leitura de Albuquerque (2004) uma série de recomendações práticas muito interessantes sobre a maneira de transformar a própria noção de desenvolvimento territorial em política pública.

Albuquerque expõe os “elementos básicos das iniciativas de desenvolvimento econômico local”, que é construído como um tipo de diamante, um octaedro, cujas faces contêm os elementos básicos das iniciativas de desenvolvimento econômico local.

Quadro 03: Octaedro do Desenvolvimento Econômico Local

Octaedro do Desenvolvimento Econômico Local	
1. Mobilização e participação dos atores locais	5. Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento
2. Atitude proativa do governo local	6. Fomento de microempresas, pequenas e médias empresas e formação de recursos humanos
3. Existência de equipes de liderança local	7. Coordenação de programas e instrumentos de fomento
4. Cooperação público-privada	8. Institucionalidade para o desenvolvimento econômico local

Fonte: Albuquerque, (2004:162)

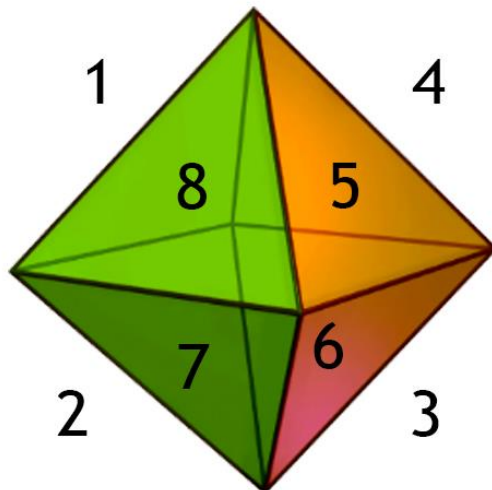


Figura 11: Octaedro do Desenvolvimento Econômico Local de Albuquerque

Fonte: Elaborado pelo Autor

Tendo em mente a noção de território ou da abordagem territorial junto ao desenvolvimento, devemos também é relacionar a outros fatores, que vão além das questões econômicas e técnico-produtivas. São estes os fatores relacionados às mudanças políticas e organizacionais na forma de gestão e atuação do Estado e das políticas públicas, assim como os modos de interação dos atores e das instituições da sociedade civil com o Estado. Neste proceder, a relação entre desenvolvimento e território culminam



em mudanças nas formas de interação do que poderia se chamar de esfera pública, que compreende o âmbito das relações entre Estado e sociedade civil (SCHNEIDER, 2009).

### 3.2.2 Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

A noção de desenvolvimento territorial abordada no tópico anterior se desdobra quando incluímos o debate da sustentabilidade, a qual define Gilberto Montibeller-Filho (2001):

“é desenvolvimento porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo; pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo o processo que leva a deculturação. É sustentável por que deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional.”

Desta forma, ao promover o bem-estar social a qualquer custo ambiental, deveria se atentar para a propriedade finita de diversos recursos naturais e o seu comprometimento de uso no futuro.

Logo, a partir dessa visão de desenvolvimento, surge mais o uso do termo desenvolvimento rural sustentável trazendo a noção de sustentabilidade também para as práticas agrícolas ou as realizadas nos espaços rurais. Onde agora o crescimento é delimitado não como o objetivo final, mas o intermediário, ou o processo para amenizar a pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003). É importante notar que esses projetos estavam centrados no alívio à pobreza rural e na preservação de recursos naturais

Abordamos assim um novo paradigma que se incorporava ao campo do desenvolvimento rural, onde o desafio proposto é o de combater a pobreza rural, com preservação ambiental e agora com a participação das comunidades no desenvolvimento de projetos. E para o desenvolvimento destas comunidades é que se assume o enfoque participativo, a gestão local e a descentralização de decisões para a promoção do desenvolvimento de instituições eficientes para o desenvolvimento rural.

Com vistas a esta participação, Putnam (1996) reforça em suas observações sobre a importância deste elemento. Falando do civismo no desenvolvimento de regiões ou de determinados territórios, ele aponta que “... as tradições cívicas podem influenciar fortemente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, bem como o desempenho institucional” (PUTNAM, 1996).

E, ao falar da chamada Terceira Itália, uma das regiões de seu estudo constata que:

“Uma das características distintas desses distritos industriais descentralizados, porém integrados, é a combinação aparentemente contraditória de concorrência e cooperação. As empresas competem acirradamente no campo da eficiência e da inovação em produtos, mas cooperam nos serviços administrativos, na aquisição de matérias-primas, no financiamento e na pesquisa” (PUTNAM 1996:169).

Ao analisar os quesitos territoriais desenvolvimentistas, faz-se de suma importância uma análise de Pecqueur (2004), o qual contribui com uma definição de desenvolvimento territorial como:

“Em primeira análise [...] o desenvolvimento territorial designa qualquer processo de mobilização de atores que conduz à elaboração de uma estratégia de adaptação aos constrangimentos externos, com base numa identificação coletiva a uma cultura e um território”.

Ao apontar as vantagens da abordagem para a construção do chamado desenvolvimento territorial, Abramovay (2007) revela ainda o grande peso sociológico na interpretação de cada espaço, e como ele pode se viabilizar como território de desenvolvimento.

Pelas características da abordagem, o desenvolvimento territorial rompe com as abordagens setoriais focadas da atividade agrícola e contempla a multidimensionalidade do desenvolvimento e a diversidade de atores.

Quando falamos em atores sociais, devemos mencionar que o desenvolvimento rural sustentável deve ser implementado prioritariamente em base local e regional, uma vez que é nessas instâncias que se pode contrapor alguma espécie de controle social legitimamente instituído, uma vez que a confiança depositada em atores da localidade será maior por parte dos agricultores. Ainda mais, é necessário que estas formas de controle social estejam articuladas entre si, de modo a garantir que essas bases locais preservem sua autonomia.

Há, portanto, a necessidade de uma ação de pensar e agir localmente, de forma articulada entre os diferentes atores sociais, pois, como afirma Moreno (1997), um problema ambiental somente pode ser gerido socialmente se os agentes da sociedade (comunidade científica, meios de comunicação, associações de ecologistas etc.) o perceberem, o formularem, o observarem, o definirem, em outras palavras, o comunicarem. Portanto, a conversão de um problema ambiental em social depende mais da capacidade de observação da sociedade do que da magnitude objetiva da ameaça ambiental.

Assim, por considerar que a ação local seja o principal espaço que surge na era da globalização, pode-se dizer: “agir local, pensar global” (FEATHER, 1980). Este processo não deve se dar de forma descoordenada, sob pena de permitir o estabelecimento da acumulação capitalista de aumento crescente de desigualdade e exclusão social.

### **3.2.3 Democracia participativa**

De acordo com os teóricos, a democracia participativa se configura como um *continuum* entre a forma direta e a representativa (BONAVIDES, 1991, p.129), tornando-se então em uma classificação de democracia semidireta conforme Bobbio (1987, p. 459). O objetivo é fazer com que, juntos, os cidadãos reivindiquem espaço e avancem em suas conquistas, cabendo ao Estado oferecer ferramentas que catalisem essas demandas, afastando-se da clássica relação vertical de poder onde o cidadão apenas participava da vida política no ato do voto, se abstendo de toda e qualquer discussão no que se refere política e poder, uma vez que este, outrora se apoiava apenas na força de seu voto.

José Moroni(2009) discute em sua obra acerca da complexidade e a multiplicidade dos sujeitos políticos na atualidade, afirmando que “[...] a democracia representativa, via partidos e processo eleitoral [...] não é suficiente para lidar com a complexidade da sociedade moderna” (2009, p. 109), o que torna de fato a necessidade da criação de mecanismos de participação, os quais levem em consideração a complexidade do mundo moderno e que, tais complexidades, possam influenciar as decisões políticas. Vemos em Antônio Lambertucci,

A participação social [...] amplia e fortalece a democracia, contribui para a cultura da paz, do diálogo e da coesão social e é a espinha dorsal do desenvolvimento social, da equidade e da justiça. Acreditamos que a democracia participativa se revela um excelente método para enfrentar e

resolver problemas fundamentais da sociedade brasileira (LAMBERTUCCI, 2009, p. 71).

Todavia, pode-se denominar a democracia participativa por vias direta de:

[...] um conjunto de experiências e mecanismos que tem como finalidade estimular a participação direta dos cidadãos na vida política através de canais de discussão e decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado (e a Democracia Representativa). Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública (SELL, 2006, p. 93).

Pode-se ressaltar que a democracia participativa se utiliza de mecanismos que proporcionam ao povo um engajamento maior nas questões políticas, tornando legítimas questões de relevância para a comunidade como um todo através de uma participação direta. A saber os mecanismos da participação: plebiscito, referendo, iniciativa popular, audiência pública, orçamento participativo, consultas ou por qualquer outra forma que manifeste a ação popular. Nesse modelo de maior participação democrática, as organizações da sociedade civil tornam-se interlocutores políticos legítimos e influentes, adquirem maior visibilidade sobretudo com o processo de democratização (AVRITZER, 1993; DAGNINO, 2002; REIS, 1995; COSTA, 1994, 1997) e, neste viés, pode-se afirmar que a democracia participativa só será realizada efetivamente quando os cidadãos abandonarem o individualismo metodológico e alçarem sua mentalidade a maior senso de coletividade.

Ampliando este espaço de participação, onde a população pode de maneira massiva e presencial participar da vida política e das decisões de sua localidade, o poder público, agora em contato direto com as demandas da população e com os canais de comunicação teoricamente encurtados, acaba por adquirir maior credibilidade ante as pessoas. Pois neste processo, a população se torna interlocutora política de sua comunidade, influenciando os espaços de discussão das políticas públicas, muitas vezes, tendo ação direta sobre problemas pontuais que as afetam na sua localidade. Teoricamente, pode-se constatar que os cidadãos estariam envolvidos de fato com a “coisa pública”, retomando ao cidadão a sensação de bem-estar, uma vez por fazer parte da tomada de decisões, outra por se sentir parte do poder que as discute e as escolhe.

Arendt (1994) afirma que o poder precisa do apoio e da organização popular para se manter. É do consentimento da opinião pública que vem a legitimidade do governo democrático. Na sua concepção, a democracia participativa pressupõe a coparticipação de cidadãos livres. Estes deixariam de ser governados por uma elite que deriva seu poder dos conselhos de assessorias intelectuais; o espaço de participação seria a própria esfera pública, compreendida como o espaço do bem comum, que interessa a todos os indivíduos, ainda que sob perspectivas diferentes (ARENDR, 2003).

### **3.2.4 Gestão Social**

Logo, ao abordar a concepção de democracia participativa, faz-se necessária um aporte que consolide tais conceitos, e que de igual maneira administre ambos. Para tal, ergue-se o conceito de Gestão Social, a qual indica e fortalece o novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos. Um modelo no qual o Estado revê sua suposta primazia na condução de processos de transformação

social e assume a complexidade de atores e de interesses em jogo como definidora dos próprios processos de definição e construção de bens públicos.

A definição de Gestão Social está intimamente conectada ao conceito de cidadania deliberativa, a qual por sua vez está ligada também ao conceito, acima mencionado, de democracia participativa. A cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade e a validade das decisões deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum (TENÓRIO, 2005). Todavia, a cidadania deliberativa é um processo de participação, não apenas no período de pleito eleitoral, mas de participação na vida política da localidade, o que se entende por uma gestão advinda da sociedade junto ao Estado dentro de uma democracia participativa. O que, por si, se entende não haver um fim em si mesmo, uma vez que a participação é um processo que não se finda, porém, torna-se algo a ser conquistado no cotidiano. Para tal, ressalto a análise de Pedro Demo acerca da participação:

“Participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade, ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios. Se o processo de participação for coerente e consistente, atingirá tais privilégios, pelo menos no sentido de que a distância entre tais figuras e os pobres deverá diminuir” (DEMO, 1993:21).

Vemos em Villela (2012) o termo cidadania deliberativa sendo subdividido em cinco categorias de análise com mais vinte e um critérios para uma melhor visualização dos termos, e assim, auxiliando na fundamentalização e nas tomadas de decisões de políticas públicas a partir dos processos dialógicos de Habermas (2003), o que condiciona uma ação político social a partir dos atores locais.

Para que se chegue ao âmago do conceito de Gestão Social, muitos estudos foram realizados e ainda estão sendo realizados com tal finalidade, mas é em Tenório que vemos o termo ser amplamente discutido e debatido no cenário das políticas públicas nacionais. Desta forma, o pesquisador ampliou sua percepção acerca da gestão social, e, em 1998, publicou na Revista de Administração Pública (RAP) o artigo “Gestão social: uma perspectiva conceitual”, possivelmente o primeiro texto nacional que tratava do assunto. Mas, ainda, nas palavras de Tenório:

[...] tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo. No PEGS, entretanto, o conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008c, p. 147-148).

Vale ainda ressaltar o conceito trazido por Gomes et al. (2008, p. 59), o qual destaca que

“[...] pensar em gestão social, é pensar além da gestão de políticas públicas, mas sim estabelecer as articulações entre ações de intervenção e de transformação do campo social, que é uma noção mais ampla, e que não se restringe à esfera público-governamental, como vemos a exemplos das ações de responsabilidade social e do crescimento do terceiro setor”

Ainda dentro do campo dos teóricos que debatem acerca do conceito e gestão social, ressalta-se mais uma abordagem, agora de Botrel, Araújo e Pereira (2010), no qual afirmam que a gestão social se desenvolve no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as organizações públicas não-estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos indivíduos, baseando-se na democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão.

### **3.2.5 Controle Social**

Para que se possa discutir acerca de controle social, faz-se necessária uma delimitação primeiramente sociológica em relação ao tema, a saber: “conjunto de meios de intervenção, quer positivos ou negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social, a fim de induzir os próprios membros a se conformarem à normas que a caracterizam...”. Ou seja, é um controle exercido pela sociedade sobre seus membros individualmente e, em decorrência, sobre si mesma (GARELLI, 1983:285).

Calvi (2007) analisa o controle social caracterizando-o como não unívoco. Existe o controle social ao qual vê-se pela ótica do capitalismo, que é o controle do capital exercido pelo Estado sobre a sociedade, para controlar as classes subalternas e suas organizações, mas, há que se reconhecerem os processos desencadeados nas décadas de 1970 e 80 pelo movimento social no Brasil, ao qual chama de controle social democrático “[...] entendido como a possibilidade da sociedade civil organizada participar da formulação e da fiscalização das políticas sociais, bem como acompanhar e fiscalizar as ações do Estado brasileiro em seus três níveis federados” (CALVI, 2008, p. 288).

O Controle Social analisado pela visão de Campos (2009) diz respeito a um conjunto de ações de natureza sócio-política e técnico-operativa, desenvolvido pela sociedade civil com vistas a exercer influências sobre as ações governamentais.

...é um processo complexo que envolve três dimensões distintas e indissociáveis: 1) a dimensão política, relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental e indicar prioridades; 2) a dimensão técnica diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e a apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários; 3) a dimensão ética trata da construção de novos valores e de novas referências, fundadas nos ideais de solidariedade, da soberania e da justiça social. (CAMPOS, 2009, p. 220).

### **3.2.6 Governança participativa**

O controle social está fortemente atrelado ao conceito de Governança. A governança adota princípios como a transparência e a accountability para propor práticas de controle e acompanhamento da administração, a fim de evitar os problemas da relação agente e principal. (BIZERRA, 2011).

Para Souza e Siqueira (2007), o termo governança pública trata-se de uma evolução do termo nova administração pública. A aplicação da governança no setor público está relacionada com a Nova Gestão Pública. A governança pública é o conjunto de princípios básicos e práticas que conduzem a administração pública ao alcance da eficiência, eficácia e efetividade nos seus resultados, através de um melhor gerenciamento

dos seus processos e de suas atividades, promovendo a prestação de contas responsável (accountability) e a transparência de suas ações (BIZERRA, 2011).

Para que de fato haja a governança, e o controle social seja inteiramente exercido, deve haver transparência dos atos públicos. Segundo Vishwanath e Kaufmann (1999) transparência engloba os seguintes atributos: acesso, abrangência, relevância, qualidade e confiabilidade. Ainda, ampliando mais suas características, temos informação completa, objetiva, confiável ao acesso, à compreensão e aos canais totalmente abertos de comunicação (ALÓ, 2009). Por meio da divulgação das ações governamentais, a população terá acesso à gestão das verbas públicas, contudo as informações necessitam ser confiáveis. Como afirma Welch e Hinnant (2003), confiabilidade das informações é uma medida adequada de construção de transparência.

### **3.2.7 Redes**

O estudo acerca da evolução histórica das sociedades nos aponta como o homem, desde os primórdios de sua história, sempre apresentou a tendência de viver em grupos e de manter entre si os mais diversificados tipos de comunicação e relacionamento, estabelecendo assim trocas e fluxos, quer seja para sobrevivência, quer seja para manutenção das relações.

Assim, vemos que em sua trajetória a humanidade passou a se desenvolver organizando-se em teias, estruturadas na lógica de cadeias e corredores, rotas e redes, constituindo sistema complexo de ramificações e sub ramificações, desmembrando-se em ramificações principais e secundárias, essas, por sua vez, constituíam-se em formas locais e periféricas, resultando densa e poderosa cadeia de redes.

Esta forma de organização em redes projeta-se até a atualidade, configurando-se na contemporaneidade como umas das mais principais características dos arranjos globais. Interconectadas e inter-relacionadas em múltiplos canais atingem os mais curiosos, diversificados e estranhos objetivos, conduzindo-se em direção do bem, nos exemplos dos movimentos sociais pacificadores e das organizações não governamentais humanitárias, ou decididamente propensos ao mal, como os casos das organizações terroristas e do crime organizado.

Neste viés de análise, na qual a sociedade se estrutura na atualidade, denominada por sociedade em rede por Manuel Castells (1999), é que se nota complexa organização, permeada por grandes inovações e virtualidades, tecnologias sensíveis e comunicações instantâneas. Trata-se de uma sociedade humana, podendo ser considerada sob certos aspectos profundamente heterogênea, de contornos difusos, politicamente não-estruturada e tampouco integrada. (Truyol y Serra, 1998)

Vemos em Oliveira uma definição acerca da realidade experimentada pela sociedade contemporânea, no que diz: “A realidade contemporânea da sociedade internacional, apresentando-se globalizante, constitui-se de complexa e vasta rede de interações, relações de diversos tipos – rede de redes - conectadas por interessante multiplicidade de diferentes atores” Oliveira (2011, p. 11).

No tocante aos atores da rede, Oliveira (2011 e 2016) estrutura a tipologia dos atores, a qual se apresenta em três distintas categorias: os atores tradicionais, compreendendo os Estados e seus desdobramentos; os novos atores, perfilando as organizações internacionais, organizações não governamentais e as empresas transnacionais e, por fim, os atores emergentes, entre eles, citando vários agentes, como: as redes de política global, coalizões e as redes transnacionais, crime organizado, organizações criminosas, terrorismo, narcotráfico, movimentos sociais globais, gênero, estruturando-se e se organizando, operando e se solidificando por meio de extensas e densas redes.

Uma característica muito marcante às redes é a ampla rapidez e fluidez da comunicação, e isso se dá por conta da Revolução da Tecnologia Informacional, surgida após a Segunda Guerra Mundial. Tal fenômeno pode ser apontado como um dos mais importantes das últimas duas décadas do século XX, o qual passou por várias evoluções, encontrando solidez e se configurando como um aspecto primordial para os presentes dias. Desta forma, com o uso a tecnologia da informação tudo se conecta por meio de múltiplos canais. Nesse sentido, as ideias percorrem pelas redes intra e inter computadorizadas, ligando empresas, cidades, Estados, instituições, organizações, movimentos e indivíduos.

No tocante à organização das redes, pode-se afirmar não haver exclusivamente uma única forma estruturada de organização que seja esta universal e dominante. As redes podem variar de tamanho, forma, coesão, domínio e propósito. Estas podem ser pequenas ou grandes, globais ou locais, redes domésticas, redes transcontinentais, centralizadas ou descentralizadas, com direções fixas e direcionadas de modo rígido e preciso, ou simplesmente sem direções, ainda congregando múltiplos objetivos ou apenas uma meta, configurando-se em viés aberto ou fechado quanto à forma de admitir ou não novos membros ou células, como anota Williams (2003, 91-94).

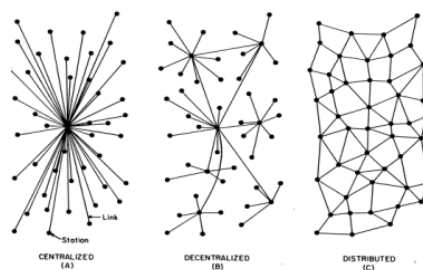


Figura12: Formatos de Redes  
 Fonte: Manuel Castells (1999)

O que se nota tratar de uma sociedade de contornos globais, centrada na tecnologia da informação com comunicação instantânea, constituída por um padrão sofisticado de complexas redes, redes de redes interligadas, versátil em seu modelo aberto e flexível, onde a informação é gerada, processada, armazenada, recuperada e transmitida instantaneamente, constituindo o seu ciclo de alimentação e realimentação cumulativo entre a contínua inovação e o seu uso. Assim, o mundo é remodelado aos moldes de uma Aldeia Virtual (OLIVEIRA, 2005, p. 269).

Para tanto, o desenvolvimento da Agroecologia, ao longo das últimas décadas, traduz-se empiricamente pela adoção de novas práticas, novas relações entre produtores e consumidores e uma rede de agricultores e produtores que entenderam fazer parte de um sistema, onde todos os nós desta rede são beneficiados quando o trabalho é mútuo. Desta forma, o tecido social, sua interação com os recursos naturais e sua conexão entre os atores sociais, nos mostra que:

a sustentabilidade dessa nova forma de fazer agricultura não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações, que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida (SCHMITT, 2009, p. 196-197).

### 3.2.8 Estruturas econômicas e sociais

Uma estrutura diz respeito a um conjunto de elementos inter-relacionados entre si, organizados e estáveis, onde a mudança em algum destes elementos produz modificações nos demais elementos. Entretanto, embora relativamente estáveis, não deixam de evoluir, quer sejam por mudanças graduais e contínuas quer sejam por mudanças abruptas. Desta forma, os espaços rurais agroecológicos integram estruturas tanto econômicas, quanto sociais.

Ao se analisar uma estrutura, devemos levar em conta que a mesma possui dois lados, um interno e outro externo. O lado interno constitui, juntamente com seus elementos e processos, o conteúdo, isso dado num período e num espaço determinado, já o lado externo da estrutura diz respeito a sua forma, que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas. Tomando isso por base, podemos distinguir duas espécies em variações de estruturas, uma de origem exógena e outra endógena, que consecutivamente dizem respeito a depender de causas exteriores ou interiores.

No que diz respeito à estrutura econômica, esta engloba elementos relativamente estáveis de um conjunto econômico, que se assenta na base de cada modo de produção e distribuição, isso dado num período e espaço determinados. Não se faz necessário que as estruturas econômicas formem um todo e, que cada unidade da mesma esteja integrada num único mercado ou a um poder central.

Ao se analisar uma estrutura econômica, faz-se mister fornecer uma explicação da realidade social, abordando características gerais, estáveis e determinantes de fenômenos que ocorrem dentro da realidade analisada. É indispensável que tal análise seja capaz de enunciar os processos de desenvolvimento que se verificam, libertos das circunstâncias particulares, superficiais ou fortuitas. Isso porque as diferentes estruturas estão, de certa forma, ligadas entre si, agindo constantemente umas sobre as outras, se influenciando, e permitindo a existência de um equilíbrio estrutural e compatibilidade.

As distintas estruturas sociais andam em consonância com os processos, atividades e relações econômicas. Assim, as mudanças econômicas não deixam de influir nas estruturas sociais. A manipulação dos acontecimentos naturais e sociais, bem como suas evoluções, são diretamente atingidos por consequências quando sofrem a interferência humana, o que acarretam mudanças de base econômica.

Para Marx (1982) o conjunto das relações de produção no seio das quais os agentes do processo de produção se encontram simultaneamente com a natureza e com eles próprios, e no seio dos quais eles produzem, constitui a sociedade considerada na sua estrutura econômica.

Quando estruturas são afirmadas por meio de normas bem definidas por instituições, por direito e/ou por teoria político-econômica, assumem a forma de regime, assim dizer, algo de concreto que representa o fenômeno de organização e de funcionamento, se misturando de forma mais íntima.

Neste viés, a estrutura econômica se entende por um sistema de proporções, relações e ligações inerentes a uma entidade econômica. A se tratar então de relações entre diversos setores da economia, especialmente conhecidos por primário, secundário e terciário. O setor primário inclui atividades por meio das quais os produtos são extraídos diretamente da natureza, como a extração de minérios e agricultura. O setor secundário abrange as atividades nos quais os produtos da natureza são processados ou transformados, como construção, indústria e transporte. O setor terciário utiliza os conhecimentos científicos, técnicos, administrativos e outros, e aplica-os essencialmente na prestação de serviços e na execução de transações comerciais e financeiras.



### **3.3 Informação e Educação como condições de permanência do jovem no campo**

#### **3.3.1 Educação e informação no campo na perspectiva de Paulo Freire**

Assim como a história, o contexto social não é algo pré-estabelecido ou determinado, tal como uma realidade já nos dada, mas é um constructo na qual os seres humanos, como sujeitos “sócio históricos”, se relacionam, interagem e convivem com condicionamentos da realidade é em si mesma produção e produto dos próprios seres humanos, “o mundo real não é, portanto, um mundo de objetos ‘reais’ fixados [...]; ao invés, é um mundo em que as coisas, relações e os significados são considerados como produtos do homem social” (KOSIK, 2002, p.23).

Desta forma, os sujeitos são condicionados e não determinados pelo seu contexto social, que não é predeterminado, mas produzido. E esta produção é realizada através da atividade humana, que se fazendo, constrói a História e nesse mesmo movimento cria a cultura, num processo de transformação do mundo da natureza em mundo da cultura.

a cultura é histórica no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura. Assim, a própria história humana não é outra coisa senão a trajetória do processo por meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura. (BRANDÃO, 1985, p. 22)

Logo, tanto a história quanto a cultura são produções dos seres humanos interagindo numa escala espaço-temporal, sendo este um movimento consciente e dialético, o qual transforma a natureza, existindo no conflito entre diversos interesses de distintos grupos sociais. Assim, este movimento gera processos educativos onde há o confronto entre propostas de reproduções de desigualdades e superação das mesmas. Onde as reações dos sujeitos a estes condicionamentos provocam aprendizado, culminando na procedência, o processo de educação.

Por ser uma prática e construção humana, a educação é subordinada pelos elementos culturais, políticos, econômicos e pedagógicos do contexto histórico no qual se concretiza. É um processo em que não há neutralidade.

As afirmações apresentadas acima têm como grande influência as ideias de Paulo Freire, o qual concebe o ser humano como um fruto de suas relações com a história, a cultura, a realidade social e a educação. Educação compreendida como uma ação cultural, podendo ser domesticadora a conservar determinadas estruturas sociais ou como a forjadora de possibilidades de libertação dos sujeitos na elaboração e construção de uma outra realidade de sociedade.

Por isto, a educação para a “domesticação” é um ato de transferência de “conhecimento”, enquanto a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade. (FREIRE, 2007, p. 105)

O educador brasileiro Paulo Freire foi um dos maiores estudiosos que possibilitou, por meio de seus estudos e pesquisas, a visão alternativa de uma educação de base popular, viabilizando um tipo de formação que tivesse real sentido para os educandos.

Sua proposta pedagógico-política defendia um modelo de educação que levasse em consideração como prática educativa o respeito ao saber das classes populares, criando uma relação dialógica democrática. Deste modo, Freire enxerga que os educandos são sujeitos que trazem consigo uma bagagem de experiências, informações culturais, saberes, suas histórias de vida e de luta, forma de interpretar a realidade, e a identidade cultural. Ressaltando estes como os requisitos básicos para uma aprendizagem autônoma,

independente e crítica do espaço que ocupa. Em Freire, a leitura de mundo dos educandos (seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida) é o ponto de partida no processo de ensino- aprendizagem. Neste viés, se faz necessária que a prática pedagógica que será adotada pelo educador no ambiente escolar remeta os educandos a uma reflexão crítica da realidade em que se situam.

“Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto” Freire (2003, p.85)

Frente a isto, Freire sugere um modelo de educação que leve o sujeito a sair de sua zona de conforto e conformismo que lhe são imputados pela escola convencional, através dos conteúdos descontextualizados e repetitivos de uma realidade a qual não lhe pertence. O educador propõe:

[...] uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. Freire (2007, p.101)

O processo de aprendizagem de maneira significativa e de base humanista para Freire, não acontece somente em um aspecto cognitivo, mas, nas práticas de relação com o mundo vivido. Transpassando o espaço escolar, sua prática educativa se desenvolve também nos espaços sociais, uma vez que para o educador o processo educativo é enxergado como um ato político.

Partindo desta constatação e percepção dialética da realidade, entre os processos cognitivos e empíricos, podem-se ressaltar diversos projetos educativos. Projetos que buscam a manutenção das relações presentes na sociedade, mantendo o *status quo* ou a sua transformação, por um projeto de ação cultural, que é por si pedagógica e política. A partir deste pressuposto, podem-se evidenciar formas diferentes de educação e alguns respectivos interesses envolvidos, sendo um processo multifacetado.

Uma das perspectivas que se ergue é a da educação no campo, a qual fora propositalmente tratada com menos importância no decorrer da história de nosso país. Seja pelo descaso legal, propostas educativas, financiamento, fraca formação docente, carência de políticas públicas, infraestrutura das escolas, escassez de material didático, bem como a negação da historicidade do campo, o meio rural ficou respaldado pela fraca ou nula educação escolar. Teve-se a educação sempre pautada na lógica sócio-política e econômica da cidade, a que privilegia aos modelos urbanos, enquanto representação de progresso, em detrimento do campo, entendido como representação do atraso.

O conceito de educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos [...]. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles (FERNANDES. MOLINA, 2004, p. 61).

Frente a estes desafios, o projeto de educação proposto por Freire pretende ir muito além do simples ato de codificar e decodificar letras ou frases descontextualizadas da realidade do alfabetizando, formatando o educando a se encaixar num mundo que não lhe corresponde e encaixando-o apenas como “*another brick in the wall*”. É uma proposta educativa que visa à libertação através do senso crítico e enfrentando os dilemas

enfrentados pela vida cotidiana. Nesse projeto de educação, Paulo Freire busca a transformação da consciência ingênua do alfabetizando em consciência crítica, criando o compromisso de formá-lo para usar a escrita e a leitura como instrumento social, uma vez que compreender ( ler e entender e interpretar) o que está escrito é deveras importante que “o comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e temas significativos à experiência comum dos alfabetizando, e não de palavra(s) e de temas apenas ligados à experiência do educador” (2009, p. 29).

Essa proposta de educação aponta para a valorização dos sujeitos e de suas culturas por ser uma proposta que transcende a questão da localização geográfica. É uma proposta de educação pensada do ponto de vista dos residentes no campo, enquanto processo universal de formação humana, na particularidade, mediante a realidade de sujeitos específicos, em tempo e espaço definidos, uma educação construída mediante a realidade objetiva e simbólica de seus agentes.

Neste ínterim, se faz de suma importância que o educador conheça a realidade social dos sujeitos, para que posteriormente venha a desenvolver práticas pedagógicas que tenham significado para eles. O educando das classes populares, como refere Freire, está inserido em uma realidade social, política, econômica e cultural, que deve ser valorizada pelo educador na organização do material pedagógico.

O fio condutor que guiará o processo de educação no campo é a cultura, e, conforme Freire, é preciso “reconhecer que os processos educativos, ou melhor, a educação básica tem de prestar atenção às matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo” (FREIRE, 2009, p.78). E para Freire, esta relação entre os processos educativos e culturais deve ser orgânica e que enfatize as necessidades do processo educativo enquanto ação cultural, vinculando-se à realidade dos moradores do campo. O supracitado autor já ressaltava que os mesmos “não devem ser considerados como ‘vasilhas’ nas quais se vá depositando o conhecimento dos especialistas, mas pelo contrário, sujeitos também do processo de capacitação” (FREIRE, 2007, p.36).

Libertando-se dessas amarras impostas ao sujeito do campo e ‘quebrando estas vasilhas’, as quais são conformadas pelos modelos convencionais de educação e pela indústria cultural, que o tratam apenas como possível consumidor, o educando do campo necessita da elaboração de um currículo em uma perspectiva crítica, favorecendo sua emancipação e voltando-se assim para “resgatar, sistematizar e ampliar saberes e práticas, formando sujeitos para inserção nos diferentes níveis sociais” (VIANA FILHO et al, 2006, p. 36). Isto é, um currículo que legitime sua cultura, e, por meio da dialogia, permita a compreensão das limitações do seu modo de pensar, mas sobretudo as possibilidades de transformação do meio no qual está inserido. Dessa forma, “[...] entende-se que a educação tem a função de ajudar a despertar em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade e de sua capacidade de exercer a cidadania” (PEREIRA, 2006, p. 95).

Logo, esta perspectiva de educação vinculada a conhecimentos e conteúdos empíricos acaba por implicar em uma visão de mundo na qual a relação homem-mundo e a produção de cultura são ideias centrais no processo. Em Freire, vemos o reconhecimento de que os sujeitos são seres de aprendizagens e de construção do conhecimento, como produção cultural, e, em sendo produção, traduz os interesses e valores de determinados grupos.

Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser reconhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 1999, p. 47)

Com isto, o conhecimento é uma das expressões da cultura e a construção do mesmo ocorre de forma circular, onde o educando assimila parte da realidade, em suas dimensões materiais e simbólicas, relacionando com o conhecimento sistematizado, que é fruto das reflexões sobre a própria realidade, para conhecê-la e atuar sobre a mesma. A esse processo Freire (2006) denomina de ciclo gnosiológico. Para além, o ato de conhecer é constituído por esse momento inicial de produção do conhecimento e outro de conhecer o conhecimento existente, e para que esse segundo momento seja privilegiado no processo de ensino/aprendizagem são necessárias aos sujeitos cognoscentes: “a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento exigente, a inquietação, a incerteza.” (FREIRE. SHOR, 2008).

O processo de *metanoia*<sup>7</sup> do sujeito do campo exige que rompa com a perspectiva fatalista da história (FREIRE, 1988), e para que ocorra tal fato, acredita-se que se faça necessário o desenvolvimento nos sujeitos da capacidade de realizar uma leitura crítica da realidade. Ler criticamente a realidade é um processo de questionar o que está posto e perceber-se como autor de uma determinada história e cultura. O processo educativo é um constante exercício para a construção e desenvolvimento da autonomia de professores e alunos, não obstante transmitindo saberes, mas dando significados, construindo e redescobrimo os mesmos, em trocas diárias de saberes para aprender e por consequência para ensinar, intervir, conhecer, sonhar e transformar.

### 3.3.2 Informação e comunicação no campo

A realidade vivenciada no cenário agrário é a que desfavorece o pequeno proprietário, oprimindo-o e tornando-o cada vez mais sem direitos, chegando ao ponto de uma “gentrificação rural”, onde o encarecimento dos meios de produção, o arrendamento de glebas ao redor das pequenas propriedades e mesmo a ação por meio de medidas violentas acabam por expulsá-lo de seu território.

Esta realidade não é vista e nem pautada pelos grandes meios de comunicação no Brasil. Contrário a isso, o discurso da mídia é construído conforme seus interesses privados: “A mídia tradicional tem o poder de aliciar corações e destruir mentes. O radical não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar”. (FREIRE, 1982, p.38).

Com o passar dos anos e o avançar das tecnologias de comunicação e seu alcance nas grandes massas, de uma maneira geral a partir dos anos 1990, as pessoas passam a ser educadas por e para os meios de comunicação, uma vez que já nascem e crescem dentro deste processo, vivenciando e pautando suas vidas pelas informações recebidas por meio dele.

Em meio às informações passadas pelo discurso da grande mídia, não cabem discussões, sobretudo do campo e da população rural brasileira. Como a mídia está representada e presente na sociedade e no cotidiano, tudo se reflete a partir dela, e em nossas ações, amansados, e ao mesmo tempo, manipulados criticamente. A saber, nota-se este reflexo da mídia na juventude brasileira, a qual em sua grande maioria não desenvolve pensamento crítico acerca da mídia, nem ao mesmo uma reflexão questionadora. “A mídia hoje mente constantemente, manipula, insulta e destrói o prestígio e a trajetória de quem

---

<sup>7</sup>Metanoia (do verbo grego antigo *μετανοεῖν*, translit. *metanoein*: *μετά*, *metá*, 'além', 'depois'; *νοῦς*, *nous*, 'pensamento', 'intelecto'), no seu sentido original, significa mudar o próprio pensamento.

cruzar seu caminho. Sua intolerância a qualquer poder legítimo e democrático que ousar tocar seus privilégios é absoluta”. (MORAES, 2013, P. 73).

O sujeito, indiferente de seu contexto cultural e social o qual se encontra inserido, é tratado da mesma forma pela indústria cultural, isto é, o possível consumidor. As Teorias Críticas já comprovaram que a mídia, não somente informa os sujeitos, mas também os transforma, impondo característicos modos de ser e de agir. Neste ínterim, se faz necessário ressaltar que o homem do campo tem acesso às mesmas informações que o homem da cidade obtém, porém, a cultura que o homem rural recebe é por diversas vezes uma cultura urbanocêntrica, a qual retrata a ruralidade correlacionando-a como ultrapassada e atrasada.

Denis de Moraes (2013) expressa qual é a missão real dos meios de comunicação desde sempre.

No geral, a missão dos meios de comunicação é a de domesticar as sociedades – ou, em outras palavras, a de “levá-las pelo bom caminho” -, mas os cidadãos estão percebendo que as benesses do poder midiático não passam de dissimulação e, assim, aceitando-o cada vez menos. (MORAES, 2013, P. 64).

Agora, por um outro viés, pensar a comunicação dentro da agroecologia poderia ser, para alguns, assuntos afastados entre si, no entanto, no desenvolvimento do processo de formação agroecológico, podemos reconhecer e evidenciar que contrário a isso à comunicação é um elemento transversal na construção deste caminho. Primeiro, ressalta-se a importância de se desenvolver um pensamento crítico gerando o entendimento de como a grande mídia elabora os discursos, as mensagens e formatam as lógicas que regem hoje a produção e o consumo. E em segundo lugar, para entender que a agroecologia, como uma alternativa de vida, inclui respeito e reconhecimento da natureza e dos outros seres vivos como iguais, a qual não pode acontecer se as práticas cotidianas de cada um dos sujeitos não são transformadoras, possibilitadoras e criadoras de uma nova visão de mundo possível.

Logo, deve-se pôr em evidência uma preocupação na luta pelo direito à expressão e à comunicação, que esteve presente de diferentes maneiras, desde a compreensão analítica e crítica dos fenômenos, até a participação na construção de mensagens. Segundo Marques de Melo (1986 p. 73)

“Garantir a educação para todos, de boa qualidade, que permita aos cidadãos compreender o mundo em que vivem e adquirir habilidades para o desempenho cívico/profissional, constitui o fundamento do direito à informação”. (MELO, 1986 p. 73)

Neste ponto cruzamos a informação e a comunicação, as quais apenas se concretizam não apenas no desenvolvimento da análise crítica das mensagens midiáticas, nem somente na capacidade técnica de produção, mas na junção e no desenvolvimento destas duas competências, técnica e analítica, de forma pluralizada e democrática, a saber, em todos os sujeitos, independentemente dos cursos e das suas formações.

A grande mídia tradicional, que desde sempre, subjugou a capacidade da população em analisar criticamente as informações veiculadas nos grandes meios de comunicação, hoje pode ser rebatida por sujeitos que publicam informações com grande alcance e velocidade nas redes sociais. E por mais que grande parte da população do campo, ainda que, não tenha acesso as redes sociais, cerca de 15% da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), acabam sendo atingidos indiretamente por essas informações veiculadas, através de novos indivíduos formadores

de opinião, que interagem e discutem novas frentes e novos horizontes comunicacionais independentes.

### 3.3.3 Teoria da Ação Comunicativa

Jürgen Habermas desenvolve seus estudos a fim de analisar os pensamentos históricos de seu tempo, século XX, buscando estabelecer a melhor forma para se elaborar uma teoria crítica da sociedade, e junto a isso, responder e explicar o que é sociedade.

Desta forma, Habermas observa ser necessária uma mudança paradigmática radical, para que se pudesse fundamentar a teoria da ação comunicativa, e, desta maneira, apreendê-la e analisá-la de maneira crítica, para enfim entendê-la. No prosseguimento de seus estudos, afirma o autor que se os sujeitos se comunicarem poderão encontrar um caminho por meio de relações intersubjetivas. E para se alcançar isso, o autor então passou a alertar: precisa-se de novos e adequados parâmetros para dar suporte à citada teoria da ação comunicação.

E tal interpretação implica, por um lado, uma mudança de paradigma junto à teoria da ação: mudar a ação teleológica e a ação comunicativa e, por outro, uma mudança de estratégia na tentativa de reconstruir o conceito moderno de racionalidade para que a descentralização da compreensão do mundo seja possível. (HABERMAS, 1987, p. 499).

Com o estudo da teoria da ação comunicativa, o autor busca um conceito para racionalidade no qual pudesse encontrar os fundamentos nos processos de comunicação intersubjetiva, visando atingir o objetivo, uma vez que a racionalidade moderna havia sofrido contundentes e profundas críticas por Weber, Adorno, Marcuse e outros mestres. Para tal, a concepção habermasiana necessitou abandonar a relação cognitiva entre sujeito e objeto, abraçando a interação de natureza intersubjetiva de sujeito e outros sujeitos e que afastava a visão egocêntrica do mundo.

Habermas faz então a distinta diferença entre o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo, desta forma, diferenciando e afastando definitivamente as acepções do pensamento moderno vigente no Iluminismo.

Por linhas gerais, a teoria da ação comunicativa não estava meramente ligada à comunicação unilateral, porém, entre dois ou mais indivíduos. Assim, Habermas esclarece o que constitui uma comunicação ligada à sociedade, onde cada sujeito compartilha por meio da linguagem no mundo social:

Para isso, o paradigma não constitui a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo, que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Nesse processo de entendimento, ao atuar comunicativamente, os sujeitos se movem por meio de uma linguagem natural, servindo-se de interpretações culturalmente transmitidas e fazendo referência simultaneamente a algo de um mundo objetivo, em seu o mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (1987, p. 499-500).

A saber, a ação comunicativa não se estabelece em um solitário ator isolado, porém, ocorre por meio das interações, minimamente entre dois sujeitos com capacidade para falar e agir, que mantêm relações interpessoais buscando o entendimento orientado, isso é, resolver suas questões e objetivos de maneira harmoniosa, coordenando suas ações via o entendimento por uma definição comum.

Pode-se estabelecer assim um consenso mediante a esta direção que o autor nos dá, o de que o agir comunicativo se dá de maneira a operar coletivamente e está conectado diretamente a objetivos comuns, não ligados a individualidade. Assim, acaba-se por gerar

oque Habermas chama de mundo da vida, o que dá origem a rede de ação comunicativa. “A linguagem é o meio do agir orientado pelo entendimento, por meio do qual o mundo da vida se reproduz, enquanto os próprios componentes do mundo da vida se entrelaçam entre si. O mundo da vida forma uma rede de ações comunicativas” (HABERMAS, 2003, p.85).

Habermas, ao conceber o mundo da vida, o divide em três distintos mundos, a saber: a) a cultura – vista como um acervo de conhecimentos, manancial onde os atores buscam o entendimento sobre o mundo; b) a sociedade – compreendida como ordens legítimas, por meio das quais os atores regulam suas relações no grupo social; c) a pessoa – entendida com competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, de compor a seu próprio pensamento (1987, p. 136 e s.).

Adentrando-se ao conceito de ação comunicativa, vemos em Ramos (1989) o entendimento de uma racionalidade que preconize a prática e a valorização da ação comunicativa. O autor supracitado a denomina de racionalidade substantiva, a qual busca a satisfação humana, indo de encontro à individualização do homem, buscando desta maneira a participação multidimensional. Tirando das mãos do mercado a centralidade decisória, tornando-a apenas mais um ente junto as outras instâncias de poder como a sociedade e o Estado, onde, nas palavras do autor, “os indivíduos, instituições e governos precisam livrar-se dos atalhos conceituais inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado” (RAMOS, 1989, p.181).

Agora, no tocante à teoria da ação comunicativa junto à racionalidade subjetiva, podemos traçar uma linha de interdialogicidade entre as instâncias de poder e os indivíduos da sociedade, onde por meio de canais abertos de comunicação, bem como a clareza na linguagem – que deve ser análoga a todos os envolvidos– estabelecendo desta forma uma racionalidade comunicativa, por meio da qual ações possam derivar desse ato dialógico. Por meio do qual, uma proposta de solidariedade social é gerada pela ação comunicativa, através das bases socioculturais que dá o sentido de valorização do mundo da vida mencionado por Habermas.

A reprodução cultural assegura a ligação das novas situações apresentadas (na dimensão semântica) às condições existentes no mundo [...] a integração social assegura a ligação das novas situações apresentadas (na dimensão do espaço social) às condições existentes do mundo [...] por meio de relações interpessoais reguladas legitimamente e confere continuidade à identidade de grupos. A Socialização dos membros assegura, finalmente, a ligação de novas situações apresentadas (na dimensão do tempo histórico) às condições existentes do mundo; garante às gerações sucessivas a aquisição de capacidade de ação generalizada e busca harmonizar as histórias de vida individuais e formas de vida coletivas [...] portanto, os esquemas de interpretação suscetíveis de consenso (ou “saber válido”), as relações interpessoais ordenadas legitimamente (ou “solidariedades”), assim como as capacidades de interação (ou “identidades pessoais”).

HABERMAS, 2000, p.476 e 477

### **3.3.4 Processos de (inter)comunicação**

Palermo (2013) atenta que as interações entre atores sociais ocorrem no mundo da vida, que são resultantes de ações comunicativas realizadas pelos indivíduos e que de tal procedendo colocam em cena novas situações, que há muito reforçam como renovam o mencionado mundo da vida, gerando novos entendimentos, possibilidades, mudanças e outros objetivos aos atores sociais.

Quanto à temática relativa à rede de ações comunicativas, Habermas propõe alguns pontos que julga serem fundamentais quanto ao meio de comunicação, como o caso da abertura exagerada de informações, onde tal instrumento propicia, além de sua vinculação ideológica e dependente com quem o financia. Percebe-se que, a primeiro instante da sua obra, os meios virtuais e elementos tecnológicos apontados por Castells não são mencionados em seus trabalhos. Em seus escritos, o autor do mundo da vida refere-se ao universo de filmes, rádios e da televisão, então enfatizando: “Os meios eletrônicos que representam a passagem da letra, imagem e para o som, ou seja, em primeiro lugar o filme e o rádio, mais tarde a televisão, apresentam-se como um aparelho que perpassa e domina completamente a linguagem comunicativa cotidiana” (2012, p. 700).

Contudo, Habermas amplia o universo de conhecimento à virtualidade, onde menciona a criação da rede e a disponibilização das suas mensagens em meios de comunicação em massa:

Os meios de comunicação de massa são desse tipo. À medida que criam a simultaneidade abstrata de uma rede – virtualmente presente – de conteúdos comunicativos distanciados no tempo e no espaço, disponibilizando mensagens para vários tipos de contexto, eles libertam o processo de comunicação do regionalismo de contextos limitados no espaço e no tempo, permitindo o surgimento de esferas públicas. (2012, p. 702).

Nesta linha de pensamento, o autor tece suas críticas referentes à cultura de massa, pois entende que as mesmas são criadas por meios de comunicação no quais ele observa a possível manipulação das informações repassadas. Logo, Habermas considera que os meios de comunicação em massa podem ser e são utilizados para realização de um controle social que é imposto aos indivíduos. (2012, p. 702).

Logo, ante a esse sistema de comunicação no qual é dado pelo dinheiro ou pelo mercado, “Quando o meio ‘dinheiro’ se institucionaliza juridicamente, o agir orientado pelo sucesso e controlado por cálculos egocêntricos do lucro se desliga do agir orientado pelo entendimento” (Idem, p. 254).

Sendo assim, faz-se de suma importância a observância acerca dos meios e dos modos de comunicação e a maneira como a mesma é tratada e passada adiante, a fim de que alcance o objetivo primordial para qual a mesma fora gerada, pois comunicar é tornar algo comum. Onde este algo a ser comunicado possa vir a ser uma mensagem, uma notícia, uma informação ou um significado qualquer. Assim, a comunicação é uma fonte que transporta esse algo de pessoa a pessoa. Importante evidenciar que a comunicação não significa somente enviar uma informação, porém, antes, torná-la comum entre os envolvidos neste processo.

Sem exceções, toda comunicação, seja ela eficaz ou não, o mesmo caminho. O que diferencia se esta alcança ou não a eficácia é a clareza e a qualidade nos detalhes dentro de todo o percurso da mensagem. Conforme vemos nos estudos de Lasswell, Shannon e Weaver, DeFleur, Osgood e Schramm, Dance e Tubbs para uma construção de um modelo ideal para o processo de comunicação devem existir o emissor, o receptor, a mensagem e o canal, os quais são elementos imprescindíveis e matriciais à composição de qualquer processo.



## 4. CAPÍTULO 4: Análise de Resultados

### 4.1 Aspectos socioeconômicos no Território Rural da Baía da Ilha Grande

O Território Rural da Baía da Ilha Grande compreende os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Seropédica, Rio Claro e Paracambi, recém integrado por apresentar proximidade geográfica e política dos demais municípios presentes na região Sudeste do Estado do Rio de Janeiro. Os municípios apresentam uma área territorial total de 2.663,18 km<sup>2</sup> com uma população total de 430.502 habitantes, sendo que cerca de 9% são população rural com 39.127 habitantes, onde se destacam os municípios de Paraty e Seropédica com a maior concentração da população rural.

Torna-se fator relevante que entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu uma redução da população rural quando se compara com a população urbana. A redução mais acentuada foi em Paraty, que reduziu tanto em valores absolutos quanto relativos. Em 2000, cerca de 50% da população era rural e, em 2010, essa população reduziu para próximos de 26% (Censo Demográfico 2000 e 2010).

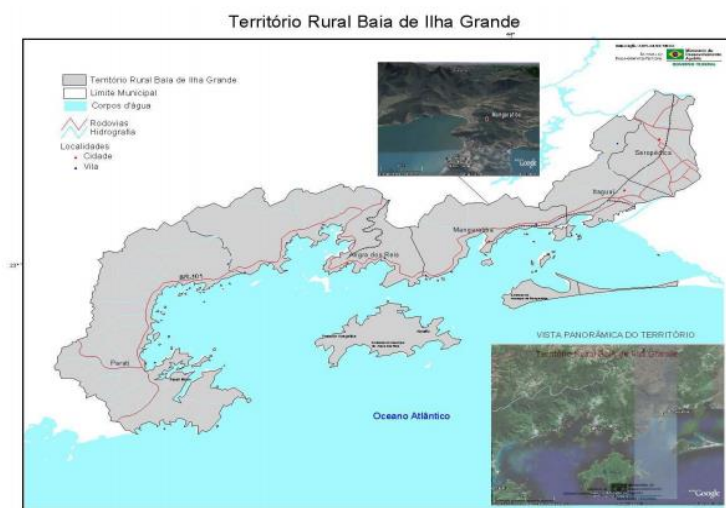


Figura 13: Mapa do Território Baía de Ilha Grande

Fonte: Google Earth

No quesito econômico diz respeito a uma análise econômica de todos os municípios acima citados, com exceção de Seropédica, apresentam um PIB per capita mensal maior do que a média do Estado do Rio de Janeiro. Pode-se destacar que, em relação ao rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes no ano de 2010, todos os domicílios rurais dos municípios apresentam rendimentos menores que os domicílios urbanos. Com exceção de Seropédica, as diferenças são bem acentuadas, sendo que o município de Mangaratiba é o local com maior diferença, mais que o dobro. Quando comparados com o Estado do Rio de Janeiro, os rendimentos dos domicílios urbanos ficam abaixo do Estado. No entanto, os rendimentos dos municípios rurais são maiores que a média do Estado do Rio de Janeiro, com exceção de Mangaratiba. (IBGE 2010)

Crescendo praticamente às margens dos movimentos econômicos que ocorreram na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, o território da Baía de Ilha Grande manteve-se bem preservado com as suas comunidades tradicionais, compostas por pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas e pequenos produtores rurais e índios.

Foi a partir da construção da Rodovia Rio-Santos, na década de 70, que se verificou a expansão de ocupação acelerada, sendo esta impulsionada por dois fatores determinantes: o turismo e a indústria pesada ou de transformação. Ressalta-se o município de Itaguaí que fora estes fatores apresentados, tem sua proximidade com a Metrópole do Rio de Janeiro influenciando seu crescimento, e (que hoje o tem associado à sua proximidade ao mar representado) pela expansão do Porto de Sepetiba e a inúmeros projetos a ele associados.

O território da Baía da Ilha Grande vem passando por um processo de crescimento devido aos interesses voltados para a região e à presença de inúmeros megaempreendimentos que estão se instalando no território e alterando toda a sua estrutura econômica e social, bem como suas relações e o modo de viver da população.

Ressalta-se que tais atividades estão a gerar significativas mudanças socioeconômicas e ambientais em toda a Baía da Ilha Grande situada na Costa Verde (UNACOOOP, 2007). O crescimento econômico desta região foi forte, colocou e continua a colocar em risco as atividades e o modo de vida das comunidades tradicionais.

Os empreendimentos licenciados no Território da Baía da Ilha Grande podem ser classificados em 11 grupos. A classe “obras e construções” abarca mais de 50% das licenças emitidas, seguida pelos grupos “energia e telecomunicações” (11,5%), “estrutura de apoio as embarcações” (9,4%), “agropecuária” (7,3%), “indústria de transformação e serviços de natureza industrial” (7,3%), “saneamento” (5,2%), “serviços” (4,2%), “transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário” (1,9%), “extração mineral” (1,4%) “agrotóxico” (0,9%) e, por fim, “petróleo e gás” (0,7). (INEA, 2013)

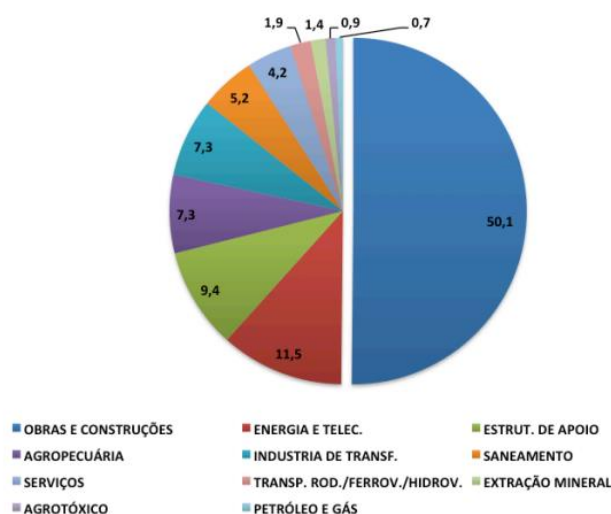


Figura 14: Percentual das atividades e empreendimentos licenciados na Baía da Ilha Grande, de acordo com Resolução INEA N° 52/2012.

Fonte: INEA (2013)

Como pode-se ver na tabela abaixo, os municípios de Angra dos Reis e Itaguaí representam os que receberam empreendimentos mais expressivos nos setores de energia nuclear, siderurgia, transporte e logística naval associados ao Pré-Sal. Os empreendimentos mais importantes existentes nesta porção do território da Baía da Ilha Grande são: Terminal da Baía da Ilha Grande – TEBIG e oleodutos da Petrobrás, o Estaleiro de Brasfels e a Central Nuclear de Angra dos Reis (Usinas Termonucleares de Angra I e II. A Usina Nuclear III teve início de sua construção em 2010, prevendo-se que o seu funcionamento se dê num prazo de cinco anos (UNACOOOP, 2007).

Quadro04: Principais Projetos no Território da Baía da Ilha Grande

PROJETOS	SETOR	MUNICÍPIO	OBJETIVO	R\$ bilhões 2011-2013
Usina Termonuclear Angra 3	energético	Angra dos reis	Implantação	8,0
Estaleiro da Marinha / Prosub	Indústria naval	Itaguaí	embarcações	3,8
Brasfêls	Indústria naval	Angra dos Reis	embarcações	1,9
Porto do Sudeste	transporte / logística	Itaguaí	Implantação	1,2
Coquepar	Petroquímico	Seropédica	Implantação	1,2
Technip	Transporte/ logística	Angra dos Reis	Expansão/modernização	0,3

Fonte: FIRJAN, Decisão Rio 2011/2013.

Ao se falar em mudanças na vida cotidiana, a presença dos megaempreendimentos de alto risco ressalta a atenção, destacando em as usinas nucleares, as quais impactam fortemente a região e seu entorno carecendo a elaboração de planos emergenciais de evacuação. Grandes desastres ambientais devem ser evitados, porém são acarretados pelos megaempreendimentos e afetam a toda uma ecologia do espaço. A exemplo disto, verificou-se na Baía da Ilha Grande vazamento de óleo combustível do navio plataforma Cidade de São Paulo, da empresa Modec - Serviços de Petróleo do Brasil. Foram lançados no mar da Baía, segundo a Secretaria Estadual do Ambiente, 10.000 litros de óleo. Os prejuízos para a biodiversidade são apontados como sendo muito elevados (O GLOBO, 2003).

É importante ressaltar a construção do Arco Metropolitano como uma das soluções de logística que viabilizaram os megaempreendimentos sua instalação no Território da Baía da Ilha Grande, onde podem escoar seus recursos via marítima e pelas vias terrestres. Projeto este que objetivou a redução dos custos e a integração do Porto de Sepetiba as demais empresas residentes na área.

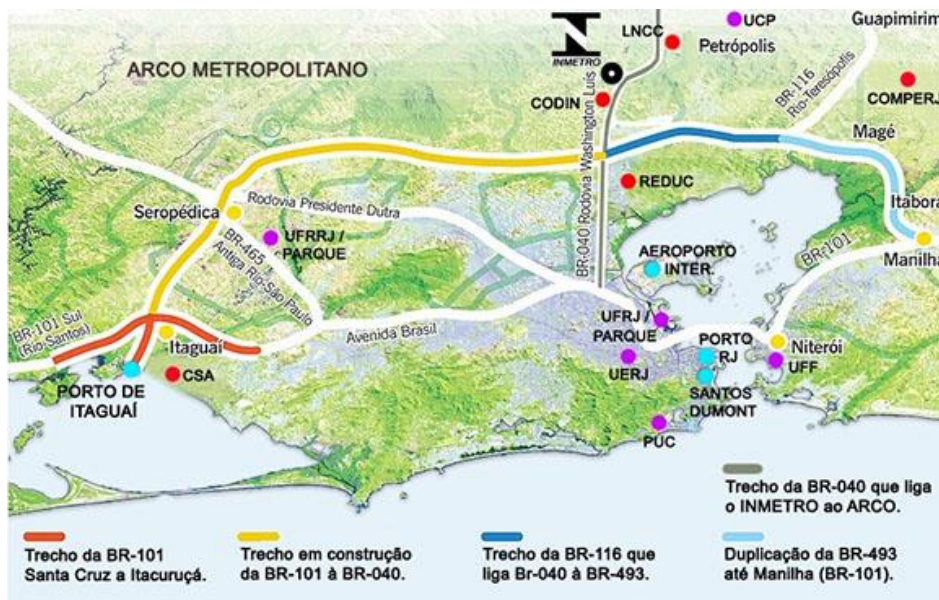


Figura 15: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

Fonte: www.inmetro.gov.br

Paralelo a estes grandes investimentos supracitados considera-se a relevância do crescimento econômico que ocorreu no setor de turismo dentro do Território da Baía da Ilha Grande. Onde os Resorts e os hotéis de luxo têm atraído ainda mais um fluxo grande

de turistas de várias partes do Brasil e do exterior para a região. Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba são municípios que despontam e experimentam este crescimento em suas atividades turísticas, experimentando uma taxa de crescimento e expansão nas atividades de lazer e turismo, ampliando os serviços nas áreas de hotelaria e gastronomia.

Entretanto, junto ao crescimento e avanço do turismo nestas áreas, onde em sua maioria os patrimônios culturais são a maior demanda e um forte eixo de turismo, a degradação do meio ambiente por meio do turismo de massa passa a afetar a região (OMT, 2003), ou também conhecido como turismo predatório. Desta forma, uma degradação ambiental relacionada às pressões especulativas, ocupação desordenada do espaço, a poluição dos corpos d'água, desmatamento de áreas da mata e aterros em manguezais, práticas incompatíveis com a utilização do solo. E os problemas socioeconômicos tais como: conflitos com valores tradicionais consolidados e estandardização dos padrões de consumo, desagregação social, perda de identidade cultural das comunidades autóctones, prostituição, além das alterações no equilíbrio dos ecossistemas.

Tais impactos devem-se ao ritmo acelerado da implantação dos megaempreendimentos e a ocupação de forma desordenada, seja por empresas de construção que desmatam para construir residenciais, a exemplo do Condomínio Laranjeiras, onde um exército de seguranças guarda um campo de golfe, quadras de tênis, heliportos e, sobretudo, as quatro praias ali, que, de tão associadas ao conjunto de mais de 150 mansões, são consideradas na região como “privadas”.



Figura 16: No condomínio, forte vigilância e área limitada por correntes  
Foto: Júlio César Guimarães/Agência Pública

O principal acesso a estes municípios se dá por meio da rodovia BR 101, a qual corta toda região no sentido norte e sul, passando por todos os municípios, garantindo via de acesso para a ocupação da região. Seropédica, entretanto, é o único município que não é cortado pela BR 101, porém, pode ser acessado pela BR 465, antiga Rio-São Paulo, que tem ligação à BR 101. O Território conta ainda com a RJ 149 que sai de Mangaratiba e alcança Rio Claro, encontrando com a RJ 155. Pela RJ 155 a população do Território da Baía da Ilha Grande, na altura de Angra dos Reis, se desloca em direção à Lídice, no município de Rio Claro, alcançando as cidades de Pirai e Barra Mansa, os polos do eixo Rio-São Paulo e a RJ 165, a qual corta o município de Paraty no sentido Leste-Oeste, chegando à cidade de Cunha, pertencente ao Estado de São Paulo (UNACOO, 2007).

O Porto de Itaguaí destaca-se como um dos mais importantes polos econômicos do Brasil, sendo considerado um dos maiores e mais modernos portos da América Latina e o primeiro Hub Port, ou seja, Porto Concentrador de Cargas do Atlântico Sul (PDZ DO PORTO DE ITAGUAÍ, 2007). A importância do Porto pode ser percebida na economia

ao gerar mais empregos de forma direta e indireta, tanto a mão de obra contratada para trabalhar em suas instalações, quanto as demais empresas que serão atraídas ofertando os serviços de transporte de cargas. Estimulando a economia local a um determinado nível.

Porém riscos ambientais, incluindo os riscos hídricos resultantes do vazamento de óleo e produtos químicos na enseada, se fazem presentes tornando a área vulnerável. As comunidades pesqueiras tradicionais vêm sofrendo diante da implementação de grandes empreendimentos em seu território com a injustiça ambiental e a vulnerabilidade de suas atividades de pesca (como a pesca artesanal praticada na Ilha da Madeira/Baía de Sepetiba em Itaguaí (Lopes, 2013).

Segundo o IBGE, em 2006, no Território da Baía da Ilha Grande existiam 1.833 agricultores familiares. Sendo Itaguaí o município que apresenta o maior número de agricultores familiares, 751, seguido de Paraty com 384 e Seropédica com 318. A área total abrangida pela agricultura familiar corresponde à 16.217 ha. Dados estes que apresentam uma polêmica, pois segundo representantes de comunidades tradicionais estes números de agricultores familiares na realidade correspondem a um número muito maior do que o apresentado pelas estatísticas oficiais.

A produção agrícola do território tem como principal produto a banana, sendo cultivada por todos os municípios, e, junto a esta, as produções de mandioca, de cana de açúcar, de batata doce e de frutas (acerola, goiaba, manga, coco, maracujá) segundo Censo Agropecuário do IBGE (2006). A produção agrícola é praticamente cultivada sem agrotóxicos e adubos químicos, pode se beneficiar por ser uma agricultura saudável, obtendo destaque das demais produções no cenário fluminense.

	Angra dos Reis	Mangaratiba	Paraty
Lavoura temporária	67	15	112
Horticultura e floricultura	10	2	11
Lavoura permanente	117	170	265
Sementes, mudas e similares	1	0	3
Pecuária e criação de outros animais	106	41	89
Produção florestal - florestas plantadas	1	0	4
Produção florestal - florestas nativas	12	1	4

Quadro05: Grupos de atividades econômicas e respectivos números de estabelecimentos agropecuários - Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

Fonte: IBGE (2006)

## 4.2 Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio De Janeiro

O curso Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio De Janeiro se apresenta sob a proposta

“ De levar às regiões estratégicas do Estado, ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, e seguir a metodologia “*jovem educa jovem*”, utilizando-se da pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “*do aprender a fazer fazendo*” não se perca. ” (SEAD, 2017)

Sob a ótica de um enfoque multidisciplinar e visando a sua importância, este projeto busca inspirar e consolidar nos jovens agricultores sua consciência como atores

sociais do território ao qual pertencem, instigando aos mesmos o senso de autonomia, bem como o compromisso socioambiental, respeitando as tradições e as particularidades culturais de cada região. Entretanto, sem perder também o enfoque no mercado de trabalho, da oferta de trabalho e mão de obra referentes aos produtos e serviços oriundos das diversas competências das comunidades onde estão inseridos os jovens.

O projeto, dentro de seus objetivos, busca a promoção de 60 jovens de comunidades das regiões Serrana e Baixada Fluminense, e dos territórios da Baía da Ilha Grande e Norte/Noroeste Fluminense. Capacitando-os para produção e gestão de atividades agrícolas e não agrícolas, promovendo desta forma as multiatividades dentro de uma perspectiva da diversificação e da construção de conhecimentos agroecológicos.

Promover a melhoria e diversificação da produção na perspectiva agroecológica, organização da produção e acesso aos mercados institucionais e privados. Incentivar a permanência do jovem no seu território/região, promovendo acesso às políticas públicas, motivando-o a conhecer e a gostar do seu meio, utilizando processos educativos dialógicos que remetam a reflexão e a atitudes propositivas sobre o trabalho, a cidadania, a organização social, visando reforçar identidades múltiplas de pertencimento. (SEAD, 2017)

Com o intuito de formar jovens lideranças e representações locais dentro de organizações sociais e econômicas da agricultura familiar, estima-se que estes jovens se tornem protagonistas em suas regiões. O curso mobilizou esforços institucionais e do conjunto dos movimentos sociais e ambientais, para que dê aporte teórico e prático a estes jovens formadores, a fim de experimentar e vivenciar a realidade de forma integral durante e após o período do curso. E para isto, a pedagogia da alternância (FREIRE, 2003) deve ser empregada em sua formação integral, a fim de ampliar os saberes de um universo científico e se apropriar em sua forma profissional e tecnológica, estabelecida na realidade do campo, numa base humana e ambientalmente articulada e articuladora.

As ações dialógicas, ou comunicativas, congregam os jovens numa busca de consolidá-los sob uma interface escola/universidade/realidade social, focando em suas experiências pessoais, as quais o jovem é portador, estimulando-o a uma inserção na vida profissional e cidadã. E por outra via, focalizando nas metodologias e nas práticas inerentes a este conhecimento, apropriando-os de saberes culturais, tecnológicos e científicos plurais. De certa maneira, é mostrar ao jovem o potencial de produção de viabilidade econômica existente na agricultura familiar e ou agricultura urbana a partir das experiências de suas localidades, valorizando a atividade e os conhecimentos do espaço rural/urbano.

Ante a isto, o curso fundamenta-se no processo formativo dos jovens rurais e urbanos amparados pelas:

“correntes clássicas da pedagogia - o construtivismo de Jean Piaget e o sociointeracionismo de Lev Vygotsky; a concepção da Educação Popular emancipadora de Paulo Freire, a teoria da constituição do sujeito de CorneliusCastoriadis; os princípios da Educação do Campo; a Pedagogia da Alternância; os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Por pressuposto, o curso deverá basear-se na lógica do aprender a fazer fazendo, valorizando sempre os conhecimentos dos (as) jovens e os saberes adquiridos ao longo da vida pelas suas famílias e comunidades”. (SEAD, 2017)

Para o bom andamento do projeto e seus trabalhos, uma rede de colaboradores foi formada, contando com a participação de grupos consolidados dentro e fora da UFRRJ, são grupos menores que dão suporte teórico e prático às atividades realizadas pelos

jovens, a saber: o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande (NEDET-BIG), Centro Vocacional e Tecnológico em Agroecologia (CVT), Departamento em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade (DECAMPD) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-RJ).

O Projeto de Viabilidade Econômica Sustentável apresentado pelo curso seguiu como o eixo central dentro deste processo de formação aos jovens. Focando em atividades agrícolas ou não agrícolas, a melhoria de renda segue como um fio condutor ao projeto, incentivando a permanência do jovem no campo, fortalecendo seus laços com a sucessão familiar, sua autonomia e seu protagonismo. Esta ação é a representação de um dos produtos materializados, concretos da ação educativa e como síntese do processo de construção de conhecimentos ofertados pelo curso.

#### 4.2.1 Estrutura dos Tempos de Formação

**“Tempo Escola”:** Neste período foram desenvolvidos os Módulos Temáticos com atividades teóricas e práticas: socialização de pesquisas realizadas no Tempo-Comunidade, do processo da elaboração do Projeto de Viabilidade Econômica Sustentável entre os jovens cursistas, realização de aulas, seminários, visitas de estudo ou intercâmbios, conforme previsto na proposta pedagógica apresentada pela instituição executora.

**“Tempo Comunidade”:** Foi o período entre os módulos temáticos, em que foram realizadas as atividades de estudo, de pesquisas, diagnósticos, elaboração do Projeto de Viabilidade Econômica Sustentável para a sucessão familiar, práticas nas unidades de produção e vida familiares e nas entidades sociais, econômicas e sindicais da agricultura familiar. Além disso, os jovens receberam visitas *in loco* do jovem formador, do tutor e do Coordenador/orientador de campo.

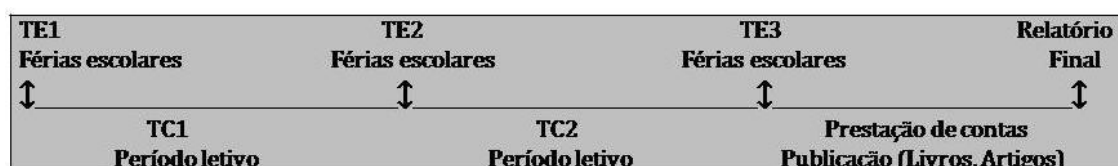


Figura17: Distribuição dos tempos de formação

Fonte: SEAD, 2017

<b>Quadro06: Estrutura Proposta Para os Tempos de Formação</b>
<p><b>TEMPO ESCOLA 1.</b> Todos (as) os (as) jovens e os docentes formadores se reuniram em Seropédica num encontro a ser realizado no Centro de Formação em Agroecologia e Agricultura Orgânica – CEFAAO, localizado na Fazendinha Agroecológica. Neste encontro foi trabalhado o Módulo 01, o qual abordou temas sobre organização social, cooperativismo, certificações, sistemas participativos de garantia, agroecologia, meio ambiente, além de temas transversais como sexualidade e gênero, identidade, entre outros. Esperou-se, nessa fase, que o (a) estudante (a) conhecesse como acessar políticas públicas existentes; (b). Soubesse elaborar e implantar projetos produtivos agrícolas ou não agrícolas na perspectiva da melhoria de renda. O encontro serviu, ainda, para iniciar a instrução dos (as) estudantes na elaboração do Projeto individual</p>

de Viabilidade Econômica Sustentável, o qual foi elaborado durante a formação, tanto na escola como na comunidade.
<b>Duração:</b> 40 horas
<b>TEMPO COMUNIDADE 1:</b> A definição do TC1 foi delineada durante o TE1. Durante este TC, os (as) jovens, juntamente com os tutores e coordenadores regionais, selecionaram os (as) jovens e base da sua comunidade, fizeram um levantamento sobre as potencialidades de sua comunidade e, ainda, definiram o tema e iniciaram a elaboração do projeto de viabilidade econômica sustentável. Este foi o momento para se tratar em cada localidade dos aspectos técnicos inerentes e mais relevantes a cada realidade: ex. produção olerícola, processamento de frutas, pecuária, etc.
<b>Duração:</b> 60 horas
<b>TEMPO ESCOLA 2:</b> Foram abordados como temas, os passos metodológicos necessários para um processo de diversificação e transição agroecológica; o processo de construção de conhecimentos agroecológicos; visão crítica e reflexiva do mundo rural atual e dos modelos de desenvolvimento em disputa no campo e na sociedade brasileira; temas do interesse ou expressivos para aquela localidade. Visita ao Sistema Integrado de produção Agroecológica (Fazendinha). Além de aprofundarmos nos temas transversais iniciados no TE1. Outra atividade foi a assistência dos docentes aos Projetos de Viabilidade Econômica Sustentável, agrícola ou não agrícola, implantados pelos jovens formadores no TC.
<b>Duração:</b> 50 horas
<b>TEMPO COMUNIDADE 2:</b> Os (as) jovens formadores fizeram a capacitação dos jovens de base sob orientação dos professores e dos tutores do curso e, também sob orientação dos professores e tutores, aprofundaram na elaboração do Projeto de Viabilidade Econômica.
<b>Duração:</b> 60 horas
<b>TEMPO ESCOLA 3:</b> Viagem de vivência com apresentação dos projetos de viabilidade econômica sustentável. Durante a viagem houve uma integração entre componentes das 4 regiões/territórios por meio de vivências e trocas de experiências. A ênfase foi na troca de experiências e aprendizados entre os grupos. Foram exploradas as habilidades para lideranças de organizações sociais e econômicas da agricultura familiar; saber comunicar-se e liderar grupos; Sensibilidade para o trabalho coletivo, seja para a organização produtiva, acesso a mercados e a produção cultural no campo. O fechamento do tempo-escola deu-se em Seropédica, novamente no CEFAAO onde foi realizado o primeiro encontro. Seminário com apresentação dos projetos de viabilidade econômica sustentável.
<b>Duração:</b> 30 horas

Fonte: elaborado pelo autor baseado em SEAD, 2017



## 4.2.2 Temáticas

Os temas discutidos ao decorrer do projeto tiveram como pano de fundo a Agroecologia e seus saberes, o Trabalho e o Consumo, Agricultura familiar/Organização social e Associativismo. Temas estes inter-relacionados e que se traduzem em um conhecimento do campo ressaltando sua historicidade, suas tradições e conhecimentos, as quais buscam compreender as relações entre Estado-Sociedade-Reforma Agrária; Estado-Educação; Sociedade e Conhecimento; Relações entre o público-privado na administração; Consumo familiar e da Sociedade; Bens e Serviços; Planejamento do orçamento familiar e Educação para o consumo; Relações de trabalho e produção no campo; Técnicas e práticas agroecológicas; Políticas Participativas de organização social e de produção no campo. O que se pretendeu na verdade foi uma ampliação dos conhecimentos e a qualificação destes jovens como indivíduos autônomos em condições de intervenção técnica e política, atuando nos sistemas e processos familiares sob o conhecimento da agroecologia. Para isto, apresentou-se a tabela de conhecimentos que se pretendeu passar ao longo do projeto aos jovens:

<b>Quadro07: Temáticas abordadas no curso</b>
<b>Dinâmica política dos atores sociais:</b> Importância dos movimentos sociais nas mudanças socioeconômicas.
<b>Associativismo, cooperativismo e gestão social.</b> Abordagem sobre associativismo, cooperativismo e gestão social e suas dificuldades de gestão e relacionamento entre governo e sociedade civil, tratando sobre temas de marketing e gestão.
<b>A Política de Assistência Social como garantia de direitos:</b> Discussão acerca dos programas governamentais no meio rural, aposentado rural e política de assistência social, como garantias dos direitos.
<b>Controle social e participação nos conselhos municipais - meios e instrumentos:</b> Discussão sobre os significados de controle social, de conselhos gestores de PP.
<b>Sustentabilidade ambiental e saneamento:</b> Discussões sobre agregação de valor e alternativas para plantio, propostas de sustentabilidade ambiental e a questão e impactos do saneamento básico.
<b>Mobilização e Articulação da sociedade Civil Organizada:</b> A proposta vem na medida de ressaltar a importância da organização.
<b>Território, Políticas Públicas e comunidades tradicionais:</b> Apresentação sobre as relações e dificuldades no que se refere ao território, as comunidades tradicionais, suas atuais dificuldades de implementação e relação entre estas questões com a políticas públicas vigentes.
<b>A questão fundiária, plano diretor, orçamento participativo e PPA:</b> Assistência jurídica gratuita sobre documentação e trâmites para regularização das propriedades na região da Baía da Ilha Grande, Exposição sobre o Plano Diretor Participativo.
<b>Indicadores Sociais e Desenvolvimento Local:</b> Tratar sobre o que são os indicadores; A relevância dos indicadores no local e os Indicadores Econômicos x Indicadores de Qualidade de Vida; abordagem sobre Indicadores de Sustentabilidade (EMBRAPA) e o Crédito Rural na perspectiva atual do PRONAF.

<p><b>Iniciação ao Planejamento e Orçamento Financeiro em Planilhas Eletrônicas:</b> Capacitar os jovens a elaborarem suas próprias planilhas de orçamento financeiro no EXCEL em função de suas atividades econômicas na agricultura.</p>
<p><b>Produção intensiva de hortaliças sob manejo orgânico:</b> Um módulo de cultivo orgânico de hortaliças, com base agroecológica, é conduzido na Fazendinha Agroecológica Km 47, para agricultores que não têm acesso ao emprego de esterco para fertilização das culturas. O sistema baseia-se no cultivo de espécies destinadas à produção de biomassa – tanto para obtenção de material vegetal como para formação de cobertura morta de solo quanto para à adubação verde. O sistema de produção é diversificado, com cerca de 20 espécies de hortaliças ao longo do ano.</p>
<p><b>Produção de mudas de hortaliças:</b> Serão utilizadas tecnologias para a produção de mudas de hortaliças, sob manejo orgânico. A estufa baseia-se num modelo simples e eficiente, adaptado para agricultores familiares.</p>
<p><b>Produção de frutas:</b> Serão avaliados genótipos promissores de bananeira e maracujazeiro quanto à produtividade e tolerância à pragas.</p>
<p><b>Bovinocultura leiteira orgânica:</b> Um módulo de bovinocultura, para a produção de leite orgânico, é conduzido na Fazendinha Agroecológica Km 47. O manejo sanitário desenvolvido é baseado no bem-estar animal, no controle estratégico de parasitas e na terapêutica homeopática.</p>
<p><b>Práticas conservacionistas de manejo do solo:</b> Práticas relacionadas à adubação verde e ao plantio direto de hortaliças serão conduzidas na Fazendinha Agroecológica Km 47. Serão empregadas, preferencialmente, espécies de leguminosas como adubos verdes e plantas de cobertura do solo, em sucessões com hortaliças.</p>
<p><b>Boas práticas de fabricação:</b> boas práticas nos processos desde a colheita até a chegada à prateleira, bem como o consumo consciente.</p>
<p><b>Processamento e beneficiamento de alimentos:</b> processamento de compotas, geleias, doces cristalizados, pães, biscoitos, picles, licores, queijo minas, doce de leite, iogurte, banana passa e demais produtos que podem ser minimamente processados. As aulas práticas sobre processamento e beneficiamento ocorrerão no Laboratório de Alimentos do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH/UFRRJ).</p>
<p><b>Rotulagem de alimentos:</b> capacitar os (as) jovens acerca das normas para rotulagem de alimentos de acordo com a legislação vigente, além de elaborar e confeccionar rótulos.</p>
<p><b>Certificação de produtos agrícolas:</b> Certificação por auditoria; Sistema Participativo de Garantia (SPG); Controle Social na venda direta, etc.</p>
<p><b>Comercialização:</b> venda direta, indireta ou mista; circuito de feiras orgânicas do Rio de Janeiro, etc.</p>

Fonte: elaborado pelo autor baseado em SEAD, 2017

### **4.2.3 Projeto de Viabilidade Econômica Sustentável**

Ao decorrer do 1º Tempo Escola os jovens foram orientados a realizar um levantamento sobre as potencialidades existentes em suas comunidades, o que os guiou e ajudou na criação e elaboração de um projeto de viabilidade econômica sustentável. Isto é, um projeto que foi desenvolvido dentro de sua comunidade e, de maneira sustentável e integradora utilizando-se dos conhecimentos ministrados, o jovem conhecedor dos aspectos técnicos inerentes e relevantes dentro de sua comunidade desenvolveu algum tipo atividade que gerou melhorias e/ou mudanças locais e renda.

E para a construção deste projeto esperou-se que o jovem, durante o processo de elaboração, estivesse fundamentado em discussões recorrentes durante o curso, a saber: a permanência e a sucessão da agricultura familiar, a capacidade de geração de inovação tecnológica a partir das perspectivas da qualidade de vida das famílias, especialmente no que se refere à renda, à sustentabilidade econômica, social e ambiental de cada unidade e do conjunto da agricultura familiar, a gestão das Unidades de Produção Familiares e a redução da penosidade do trabalho a partir da adoção de tecnologias adequadas às características da agricultura familiar, em especial a policultura, a pluriatividade e a produção de alimentos, dentro da perspectiva da agroecologia.

### **4.2.4 Habilidades a serem desenvolvidas pelos jovens através do curso**

Junto ao escopo de conhecimentos técnicos ministrados aos jovens, bem como os temas transversais discutidos no decorrer do curso e do anseio de uma educação escolar e científica voltadas e adaptadas às suas necessidades no seu tempo, deve –se levar em conta ideais de transformação social e de práticas cidadãs, de democracia participativa, de controle social e de governança participativa. Gerando aos jovens, competências referentes a desenvolver habilidades para lideranças de organizações sociais e econômicas da agricultura familiar, trazendo ao seu conhecimento como acessar políticas públicas existentes e os conduzindo na elaboração e implantação de projetos produtivos agrícolas ou não agrícolas na perspectiva da melhoria de renda.

No que se refere aos conhecimentos e habilidades propostas no campo da agroecologia, o jovem deve compreender os passos metodológicos necessários para um processo de diversificação e transição agroecológica, isto dentro de um processo de construção de conhecimentos agroecológicos, alçando como habilidade a visão crítica e reflexiva do mundo rural atual e dos modelos de desenvolvimento em disputa no campo e na sociedade brasileira.

E tudo isto dentro de um trabalho interligado, demonstrando aos jovens o processo de formação de redes e como se dá o trabalho em cooperação e associação, onde alcançará a habilidade de saber comunicar-se e liderar grupos de trabalho, uma vez gerada a sensibilidade para o trabalho coletivo, seja para a organização produtiva, acesso a mercados e a produção cultural no campo.

Desta forma, espera-se que o conjunto de habilidades iniciais para um jovem em formação pelo projeto esteja completo, sabendo que a partir do proposto e junto aos conhecimentos e vivências pessoais e de comunidade, o jovem passará a desenvolver por si novas habilidades, agregando as que foram passadas pelo curso e criando novos saberes a partir do que lhe fora ministrado.

### 4.3 A Agroecologia e a Permanência do Jovem no Campo

Para que se possa compreender o motivo da saída do jovem do campo para os centros urbanos, deve-se buscar compreender o que há de pano de fundo para este movimento. A primeira observação a ser realizada diz respeito acerca do pacote tecnológico o qual o mercado disponibiliza às famílias dos jovens agricultores. Com a promessa de otimizar a produção, tornando-a especializada e melhorando o seu acesso ao mercado, traz-se a impressão de lucratividade, porém, os custos deste modelo de produção também aumentam em proporções equivalentes não sendo acompanhado pelos preços de venda da produção.

Com a renda líquida da família não acompanhando os custos, conseqüentemente sua renda efetiva também decresce, e as demandas materiais dos jovens (roupas e calçados novos, celular, internet, transporte, bebidas) são as primeiras a serem postergadas nos gastos familiares.

A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças. Os rapazes recebem, às vezes, recompensas pelo empenho nas atividades de ciclo mais longo, ou afixam o cuidado de uma parte da lavoura, “um canto”, “um eito”. Essa recompensa tem caráter compensatório e de incentivo a permanência. Todavia elas precisam ser negociadas entre os rapazes e o pai (CARNEIRO, 2007).

A Agroecologia, enquanto um sistema de produção e vida pode ser uma alternativa pois leva em conta conhecimentos locais e sabedoria ancestral inserida em um contexto histórico de lutas e resistência de classe, a qual permanece no meio rural trabalhando, cultivando e plantando em prol da sustentabilidade de suas famílias (CHESNAIS & SERFATI, 2003) busca alternativas para a permanência do jovem no campo.

Devido a diversos fatores limitantes, tais como a falta de consultoria e assistência técnica e ao acesso restrito a políticas públicas adequadas, frente a um mercado exigente, os agricultores e agricultoras familiares acabam por enfrentar dificuldades para sua sobrevivência e a garantia de permanência em suas propriedades. Estes fatores acabam por desestimular o interesse dos jovens na possibilidade de se manter no campo e gerar renda em suas atividades por meio das atividades agrícolas.

Outro fator determinante para o êxodo do jovem rural em direção aos centros urbanos está relacionado à diminuição do uso de sua força de trabalho no campo e em determinadas propriedades rurais, a saber: as de maior porte. Com a implantação de sistemas de plantio e de criação animal baseados em tecnologias, a demanda da força de trabalho familiar se reduz drasticamente. O jovem rural passa a ter uma maior reserva de tempo, passa então a ser reserva de trabalho, o qual é utilizado esporadicamente apenas quando se há maior necessidade. Sempre tem o que fazer a questão é por que fazer se não um retorno digno para minha reprodução social, incluindo lazer e acesso a TIC's.

Se hoje, para o jovem que tem a disponibilidade financeira de produzir com mecanização e tecnologia, o trabalho é mais facilitado, menos pesado e requer menos tempo, assim como no industrial, o tempo disponível é subsumido pelo capital. “Sobra tempo” para os jovens, mas esses “não têm o que fazer” (JANATA, 2012, p.228)

O acesso ao lazer e as tecnologias impulsionam o movimento migratório dos jovens aos centros urbanos. A falta de cobertura wi-fi em suas localidades e cobertura de sinal das operadoras de celular. A falta de aparelhos de lazer como praças, eventos

comunitários, encontros e outros meios de socialização. Observa-se que geralmente este lazer está restrito a reuniões pautadas pelas igrejas de diversas denominações religiosas e que normalmente todas as famílias participam, ou o lazer fica destinado ao campo de futebol masculino.

Como afirma Dotto (2011), o meio rural enfrenta na atualidade o desinteresse cada vez mais crescente dos jovens em permanecerem e se manterem através na agricultura familiar, a falta de oportunidade para eles contribui para o êxodo rural, por acreditarem que centros urbanos são o melhor meio para obtenção de renda adequada.

Junto a isso, Lourenzani (2006) observa que, uma vez fortalecida a agricultura familiar, causará efeitos diretos e iminentes na redução do êxodo rural, por apresentar grande potencial de criação em condições e oportunidades de trabalho através de diversificados sistemas de produção. O autor afirma que, em vias gerais, o objetivo da maioria dos empreendimentos familiares no campo é crescer de forma sustentável, a aumentar sua viabilidade e preparando sua transição para a geração jovem. Dado isto, é nítida a necessidade de desenvolver uma visão empreendedora a partir da juventude rural, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida.

Vale ressaltar que na atualidade o que vivenciamos em algumas localidades não se trata muitas vezes de um êxodo rural, mas sim de um êxodo agrícola, pois como observam Wedig e Menasche (2009) confirmam essa afirmação, escrevendo que o campo para os jovens de hoje está se tornando cada vez mais o lugar ideal para moradia, e sua preferência quanto a trabalho e lazer está toda na cidade, o que reforça a observação de Abramovay et al. (1998) sobre o rural como lugar apenas de moradia. Assim, vemos uma dualidade levantada por Wedig e Menasche (2009) que nos mostram que o desejo dos jovens na atualidade está em “[...] desfrutar o que o campo e a cidade têm de melhor para oferecer [...]”.

Devemos buscar compreender o motivo pelo qual o jovem muitas vezes busca os centros urbanos optando por migrar para estes espaços. E o que se percebe como fator motriz desta migração está relacionado à necessidade do jovem de possuir sua renda própria, buscando junto a isto condições de educação e lazer superiores aos encontrados no campo.

Vemos em Abramovay et al. (1998), que não existem mais as fronteiras, que outrora eram visíveis, entre o rural e o urbano, isso dado uma série de fatores, uma vez que as distâncias físicas entre esses espaços ficaram diluídas, devido ao avanço e a disseminação das tecnologias de telecomunicações, a energia elétrica, a água tratada e ao acesso mais fácil aos meios de transportes em várias comunidades rurais. Logo, a permanência do jovem deve ser analisada pelo prisma a

“considerar problemas estruturais, como a concentração de terras, principalmente as agricultáveis, que compromete a sucessão geracional de forma digna, bem como a desvalorização social da agricultura familiar, especialmente a tradicional, mais presente no Nordeste do país. Isso se deve ao modo como nosso processo de modernização e industrialização foi sendo construído. (PIACENTINI, 2015).

Vemos que se faz necessário uma reorganização acerca da produção agrícola. Um olhar sobre o qual possa e deva ser pensado, a partir das unidades de produção camponesa, com planejamento de tecnologias orientadas pelo enfoque agroecológico, com programas de formação em agroecologia em todos os níveis, que possa atender todas as famílias camponesas do país. Uma construção de saberes agroecológicos, que, na visão de Schmitt (2009), busque integrar diferentes campos do conhecimento científico no estudo dos sistemas de produção agrícola e extrativista com base em uma perspectiva de

sustentabilidade e na aplicação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas em contextos socioambientais específicos.

Para construção social deste sujeito e dos saberes agroecológicos, surge uma demanda advinda do campo através de organizações e movimentos sociais, isto junto a professores e pesquisadores de universidades que buscavam a consolidação de uma nova concepção de educação para o campo. Movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e professores das universidades realizaram uma proposta para estabelecer o que foi denominado de paradigma da “Educação do Campo” (ARROYO et al., 2004; MOLINA, 2006; CALDART, 2002; 2004).

Junto à Educação do Campo, Lourenzani (2006) observa que, uma vez fortalecida a agricultura familiar, isto causará efeitos diretos e iminentes na redução do êxodo rural, por apresentar grande potencial de criação em condições e oportunidades de trabalho através de diversificados sistemas de produção. O autor afirma que, em vias gerais, o objetivo da maioria dos empreendimentos familiares no campo é crescer de forma sustentável, a aumentar sua viabilidade e preparando sua transição para a geração jovem. Dado isto, é nítida a necessidade de desenvolver uma visão empreendedora a partir da juventude rural, como forma de garantir sua permanência no campo com dignidade e qualidade de vida.

Preconiza-se a Agroecologia sendo capaz de englobar a juventude rural, mostrando-lhe uma perspectiva de vida rural, oferecendo ao jovem a oportunidade de construir novas alternativas e de se tornarem o personagem principal no campo. Nas palavras de Hillesheim, Neves e Silva (2009):

Penso que [os jovens] farão agroecologia se for fruto de sua participação, de seus anseios, de seus debates, ou será que farão agroecologia se obtiverem renda num primeiro momento talvez? Diremos que sim, mas ao remetermos os princípios e fundamentos das ciências que envolvem e caracterizam a agroecologia logo percebemos que somente será possível desenvolvê-la se a sociedade respeitar o direito à vida, a sucessão da vida, aí será notória a perspectiva dos jovens agricultores familiares realizarem agroecologia” (HILLESHEIM, NEVES e SILVA, 2009, p.102).

Trazendo a juventude rural ao protagonismo de suas ações, lhes mostrando o espaço que ocupam e trabalhando suas potencialidades e desenvolvendo suas habilidades, os autores supracitados acreditam que

“precisamos valorizar e ver o capital social vindo do rural como elemento indispensável nos processos de desenvolvimento rural sustentável, e o jovem tem esse potencial, tem esse papel, mas para isso ele precisa permanecer ou mesmo voltar ao campo e desvincular-se do padrão difusionista e trabalhar para e pela DIVERSIDADE, com compromisso social e ‘olhar’ para a terra, para o campo, como um todo, um sistema integrado da maneira mais harmoniosa possível”. (HILLESHEIM, NEVES e SILVA, 2009, p.105).

E para que este protagonismo seja de fato exercido pelos jovens rurais, é necessário trazê-los ao centro do debate político, fortalecendo suas pautas de reivindicação, fortalecendo o debate, inserindo-os nas demandas da agenda governamental e ampliando os canais de comunicação e participação. Desta maneira, é colocar a juventude em contato com as políticas públicas, não apenas como meros observantes, mas como coparticipantes do processo democrática. Uma vez que:

Nesse sentido, a participação da juventude passa a ser considerada um eixo estruturante no desenho das políticas sociais, reposicionando o jovem como sujeito de direito. Agora, não mais objeto de tutela ou beneficiário das ações

do Estado, mas sim parceiro na formulação e na implementação das políticas públicas. (CASTRO, 2017)

Pautas como a ausência de políticas públicas direcionadas e que atendam às necessidades urgentes da juventude, sendo capaz de estabelecer mudanças significativas à sua realidade de campo, bem como o reconhecimento desta juventude como sujeito de direito alcançados por um projeto de desenvolvimento e que lhes garanta o acesso à terra, geração de renda e o desenvolvimento sustentável a partir de uma ótica agroecológica, estão em evidência e cada vez mais eminentes quando entramos com afinco no debate sobre juventude rural e suas necessidades.

Com base nestas pautas erguidas acima, junto às necessidades emergentes, tendo a Agroecologia como ponto específico central, que a Pastoral da Juventude Rural elabora sua pauta, em 2016, e a entrega às mãos do então ministro do desenvolvimento agrário Patrus Ananias (GOVERNO FEDERAL, 2018):

- Criar áreas livres de transgênicos e agrotóxicos;
- Fomento a processos de transição para a agroecologia;
- Distribuição de sementes crioulas (fundo rotativo);
- Apoio aos bancos de semente; e
- Liberação de agentes de desenvolvimento sustentável local com formação agroecológica.

Ao passo que:

Patrus Ananias informou que o incentivo à agroecologia é uma das metas do governo federal, assim como transformar os assentamentos da reforma agrária em unidades sustentáveis unindo produtividade e produção ecológica. Ponto central da pauta da juventude rural, a produção ecológica e sustentável é, de acordo com Marilene Faustino, jovem liderança de Minas Gerais, garantia de futuro e meta da juventude rural. A conquista da soberania alimentar é outra meta, já que a agricultura familiar garante 70% dos alimentos na mesa dos brasileiros. “E precisa ser incentivada”, concluiu (GOVERNO FEDERAL 2015).

Resultante de um sistema pautado na agroecologia, a satisfação econômica, social, política e ambiental, busca contemplar as necessidades e desejos dos jovens rurais, pois estes desempenham um papel fundamental no processo sucessório para o futuro agrícola. E, para além do futuro agrícola, de acordo com Abramovay et al. (1998), os jovens representam, muitas vezes, importante papel na possibilidade de continuidade histórica de algumas regiões que passam por grandes processos de êxodo rural em seus territórios. Logo, fornecer aporte à permanência da juventude rural no campo com qualidade de vida e renda é, de certa forma, também garantir a preservação e a continuidade histórica das regiões aos quais estão inseridos.

E para que de fato haja esta qualidade de vida no campo, pressupõe-se, baseado no referencial teórico acerca da Agroecologia, que a valorização de atividades não-agrícolas pode oferecer aporte ao desejo de permanência do jovem no campo por meio de estratégias de extensão rural agroecológica, a educação não formal e o apoio aos empreendimentos de economia solidária.

Estes empreendimentos de economia solidária que primam em desenvolver a localidade devem estar pautados em objetivos que valorizem potencialidades e saberes da região, harmonizando os interesses e criando condições de sobrevivência de um modelo de desenvolvimento sustentável (ALBAGLI, 2003).

A concepção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e solidário se funde no entendimento de Bruno Jean (2010). Então o desenvolvimento de territórios

rurais passa a ser abordado através de uma reconfiguração de paradigma. Por meio de uma noção de desenvolvimento territorial solidário, incluindo ao debate a sustentabilidade, ainda agrega os demais fatores de análise, no qual suporta uma nova categoria de governança, funções e capacidades gestonárias. Com isto, pode-se dizer que o autor sugere um modelo de desenvolvimento que vá para além de uma singela execução de um projeto, mas sim que exista um processo de capacitação e que os indivíduos, no caso desta análise os jovens se reconheçam como seres pensantes e mobilizados por uma determinada causa.

#### **4.4 Análise de Resultados pela Entrevista**

##### **4.4.1 Contexto da Pesquisa**

Foram entrevistados oito jovens participantes do Curso de Formação Agroecológica no Rio de Janeiro. A escolha foi baseada na localidade na qual os jovens residem, por apresentar área de interesse para esta pesquisa, a região delimitada foi o Território Rural da Baía da Ilha Grande, sendo dividido em sete municípios aos quais os jovens representavam.

A pesquisa semi-estrutura possibilitou a oportunidade de um canal amplo de diálogo com os jovens, podendo por determinados momentos voltar a pontos de questionamento ou dúvidas. A entrevista se deu de maneira mais natural possível através de uma conversa curiosa acerca da agroecologia, o envolvimento com a políticas públicas, as atividades realizadas em suas localidades e seus anseios e desejos sob a ótica agroecológico.

Para que houvesse maior veracidade nos respostas apresentadas pelos jovens, as entrevistas ocorreram durante os períodos de intervalo do Curso, o que ajudou ao jovem não enxergar a entrevista como uma atividade do Curso ou paralela. Mas ao início de cada conversa, todos os jovens foram explicitados do motivo da entrevista, criando um vínculo de confiança com o entrevistador, onde puderam falar abertamente sobre suas questões.

Estava claro aos jovens que participar da entrevista não era uma obrigatoriedade do Curso, mas sim um processo para elaboração desta pesquisa para esta dissertação, e que poderiam por livre escolha e sem nenhuma penalidade não realizarem a entrevista. Ao passo, que se sentiram a vontade para serem entrevistados quando (aos intervalos das atividades do Curso) e onde (dentro dos limites da escola, local de ministração do curso) se sentissem mais confortáveis. Criados estes laços de confiança entre pesquisado e pesquisador, estabelecido um local de segurança onde se sentiam mais a vontade para falar e gerado a autonomia de realizar ou não as entrevistas, é que se deu todo o processo de coleta de dados.

##### **4.4.2 Procedimentos de Transcrição e Análise dos Dados**

A análise das informações coletadas em entrevista foi realizada de acordo com o dado gerado pelo instrumento da pesquisa, desta forma todo conteúdo que fora obtido pelas gravações, inicialmente foram transcritos em sua íntegra.

A seguir, com a leitura minuciosa e cuidadosa do material recolhido, destaca-se a partir disto os conteúdos evocados que iam ao encontro de forma mais direta às perguntas iniciais da pesquisa. Dado este passo, avançou-se à organização do material identificando por categorias, o que colabora na construção mental de ideias ao leitor, direcionando-o para o objetivo central da pesquisa. Ainda que nenhum conteúdo fora desprezado (mesmo



aparecendo apenas na fala de um ator), procurou-se destacar os conteúdos observados de forma mais recorrente, tendo em vista que os mesmos representam certo consenso entre os jovens agricultores.

Em virtude do volume de dados obtidos, procurou-se desenvolver uma análise voltada a compreender o problema abordado no início desta pesquisa, estabelecendo relações entre o referencial teórico e o material empírico coletado junto aos jovens, objetivando interpretá-lo com maior consistência. Dada esta interpretação, toma-se como referência a investigação de conteúdo onde:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção (recepção/variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42)

O manuseio dos dados, bem como seu tratamento e sua interpretação, seguirá paralelamente a proposta de referencial teórico abordado anteriormente. Desta forma, permeando triangular as informações entre a teoria proposta, os relatos apresentados pelos jovens e a observação realizada durante o curso e as visitas às localidades dos jovens. Buscando esclarecer opiniões e comportamentos dos sujeitos entrevistados (BARDIN, 1977).

Espera-se que a interpretação dos dados coletados junto ao referencial teórico dê aporte de embasamento para que sejam evidenciadas as hipóteses erguidas ao início da dissertação, e que, através dos discursos dos jovens, sejam perceptíveis suas concepções, suas crenças na agroecologia e significações sobre sua realidade de vida no campo.

#### 4.4.3 Agroecologia e Juventude Rural

A Agroecologia, para além de ser uma ciência acerca do manejo de maneira ecológica e responsáveis recursos naturais, é abordada junto aos jovens como um campo do conhecimento científico sob uma perspectiva de um enfoque holístico<sup>8</sup>. A integração e a articulação de áreas do conhecimento e diferentes disciplinas de distintas ciências parece ter mostrado aos jovens a abrangência do estudo da Agroecologia, os quais passam a compreender a magnitude e extensão do campo de conhecimento da agroecologia. O que fica evidenciado pela fala do jovem 6:

“Posso dizer que eu tinha uma visão que eu achava que eram só as pessoas que comiam orgânico, que cuidava da terra por movimento, mas vi que a definição é muito maior, ela é muito mais que eu achava pois mistura muitas coisas como agricultura, união, como entender as pessoas, costumes. Não tem uma só definição, é uma junção de muitas coisas”. Jovem6

A Agroecologia integra um gama de diferentes conhecimentos, tanto o científico quanto o conhecimento popular tradicional, e isto permite uma compreensão e uma análise crítica acerca do cenário atual de desenvolvimento e de agricultura industrial. Este desenho de estratégias hegemônicas para o desenvolvimento rural proposto pelo

---

<sup>8</sup> Etimologicamente, a palavra “holístico” deriva do grego *holos* (todo, completo, visão do conjunto). Na abordagem holística o todo não significa a soma das partes, mas é maior do que esta.

agronegócio é debatido à luz da nova proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável. Transcendendo apenas os modelos agrários, e passando a exercer mudanças no cotidiano das pessoas, em seu estilo de vida, modo de consumo, maneira de se alimentar e modos de vida. E isso fica evidenciado pela visão do jovem 1 quando diz acerca da agroecologia:

“É um conceito e um modo de vida, uma mescla entre isso, é a maneira de se portar no campo e se estende além do campo. É um estilo de vida, um modo sustentável de se viver do campo. Para um resumo de agroecologia”. Jovem 1

No que diz Morin (1999, p. 33) a Agroecologia se identifica como o “pensar complexo”, no que “*complexus* significa o que é tecido junto”. “O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações”. Com isso, a Agroecologia não se enquadra em paradigmas convencionais e reducionistas, pois as relações a qual se propõe avaliar se dão no campo social, político e ambiental, havendo nisso a complexidade.

Desta forma uma nova abordagem paradigmática é necessária ao trabalhar o tema junto aos jovens, uma abordagem que englobe conhecimentos de diferentes disciplinas e que una os saberes populares e a cultura de cada um, de forma a enxergar a Agroecologia como transversal, acessível e democrática. E a visão agroecológica seja unânime ao reconhecer que ela,

“é a junção de conhecimentos e técnicas no qual o grande e o pequeno são repassados de forma mais ampla, muita teoria e técnica que tem que chegar no pequeno, e são coisas boas. Ela é o que move os sistemas e plantios, conexão, forma de plantio em geral” Jovem 4.

E, após serem abordados acerca da agroecologia em seus conceitos e concepções, busca-se junto ao jovem perceber o grau de envolvimento que ele junto aos demais jovens tem com os agricultores e produtores locais, bem como o interesse pela agricultura familiar. E o que se evidencia através da pesquisa é o mesmo obtido pelas bibliografias acerca do êxodo rural, onde

“são poucos os jovens que são interessados na parte de ajudar os pais e assumir os sítios, são poucos ou quase nada, nem terminam os estudos e já procuram emprego nas áreas urbanas e se submetem a pequenos salários”. Jovem6.

Evidenciando a questão sucessória no campo por meio desta fala apontada, pois o jovem, ao migrar para os centros urbanos, deixa uma lacuna no campo e, desta forma, não há renovação da força de trabalho e junto a isto os costumes e tradições do campo tendem a se enfraquecer.

E a pesquisa aponta que o problema se torna ainda mais complexo, ao passo que as famílias de muitos jovens fazem parte do processo migratório, e desta forma a lacuna é ainda maior. E muito recorrente no território rural da Baía da Ilha Grande é a ocupação destes espaços para a construção de casas de veraneio e condomínios por conta da proximidade com a natureza e dos recursos naturais. O que, por diversas vezes, desconfigura aspectos tradicionais do local, o reconfigurando a fim de servir a interesses de imobiliárias.

“As famílias que estão lá há algum tempo já migraram todas ou quase todas para a cidade, então as famílias que estão lá chegaram recentemente e

não conhecem da história do assentamento, ou nem reconhecem lá como tal, então os jovens que estão lá não participam da associação. Os agricultores que ainda mantêm as suas terras para produção local ainda têm essa troca, pois às vezes, um trabalha na terra do outro, tem muito mutirão, feira, troca de produtos. Os que não produzem, são como se fosse outra comunidade, pois veem lá apenas como lugar para fim de semana com uma cachoeira”. Jovem5

A pesquisa aponta que há dificuldades também no entrosamento entre os moradores, agricultores e os atores sociais das localidades, criando entraves para a comunicação. Pois com a precariedade da mesma, não há diálogo, não havendo diálogo, é nítida a carência de informações, e desta forma acabam por agir de maneira individualizada, o que remete ao individualismo metodológico<sup>9</sup>, o que fica evidenciado pela fala do jovem6:

“Na parte da união na localidade, não tem uma união das pessoas em um ajudar o outro, querem crescer sozinhos, não tem um pensamento de unir forças. E a partir desse problema, dá origem a outros, como agrotóxicos que podem gerar problemas para o vizinho, e foge da agricultura familiar”. Jovem6

E esse individualismo ainda pode acarretar maiores problemas aos agricultores, pois a agricultura familiar trata-se de um processo em unidade com o bioma ali presente, é um sistema de interação entre os seres vivos, seja de origem vegetal, seja de origem animal. Caso um agricultor que tenha todo um sistema agroecológico em sua propriedade, tenha como vizinho outro agricultor que opte pelo sistema convencional agrícola, sua plantação estará comprometida, pois o agrotóxico e venenos usados na propriedade de seu vizinho podem passar à sua propriedade também. Desta forma, constitui-se preocupação ao jovem a conscientização de sua localidade, ao passo que “mostrar para os outros que isso é uma forma viável, é uma forma possível, muito mais demorada que a forma convencional, porém, dá resultado”. Jovem5

#### **4.4.4 Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável**

A base do desenvolvimento ministrada e conversada com os jovens durante o período do curso tem suas preposições e características endógenas, que é definido como um desenvolvimento de baixo para cima. Ou seja, ela estabelece e prioriza as potencialidades locais, fazendo emergir o crescimento da comunidade/sociedade no qual os membros desta são que promovem a evolução e as ações.

O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação continuada da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da absorção da região em cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes gerados em outras regiões. (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

“O desejo de desenvolver é que estou aprendendo, estou estudando. Passar a mensagem é desenvolver, mostrar aos jovens que

---

9 O individualismo metodológico é uma reivindicação sobre o caráter da explicação. Afirma que todos os fenômenos sociais são mais bem explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou, de outra maneira, que toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades.

dá para crescer aqui dentro da terra. É desenvolvimento com ligações, passando conhecimento e gerando crescimento. Mostrar o conhecimento que gera crescimento”. Jovem6.

Com isto pode-se notar que os jovens passam a enxergar o desenvolvimento como um fator de possibilidades internas, algo inerente à sua realidade ao seu alcance, no qual pelo conhecimento se chegará ao crescimento.

O que nos fica mais evidente pela fala do jovem1:

“Para mim é melhorar, é sinônimo de crescimento, a cada dia a gente poder aprender e botar em prática o que aprendemos de maneira positiva, pois quando colocamos de maneira negativa, estamos retrocedendo ao invés de desenvolver. A gente trabalha isso de maneira informal, em rodas de conversa e em saraus. O sarau é muito gostoso, pois é uma maneira de reviver a cultura e trabalhar com ela”. Jovem1

Ao aplicar a concepção de produção e consumo regionalizados, a população eleva a sua renda fazendo com que consumam mais, estruturando o ciclo da produção e vendas concentrados. Dado isto pela visão de Montibeller (2001, p. 60) onde “maior a quantidade de trabalhadores com rendimentos, ampliam a demanda”. E uma localidade desenvolvida a este ponto, pode-se aferir que o ritmo de seu consumo aumenta, e por consequência o seu crescimento de maneira estruturada evolui. Uma vez que “o desenvolvimento endógeno é a retenção do excedente econômico gerado na economia local” (Oliveira,2007), a sociedade fica menos dependente de recursos externos, gerando sua própria riqueza, valorizando sua cultura, suas tradições e reproduzindo seus valores.

“Para desenvolver, você precisa entender o que está acontecendo, então precisa reconhecer tudo o que faz parte ali, parte de um todo. No quesito desenvolvimento, precisamos dar um passo atrás, ver o que significa a parte e o todo, e reconhecer quais os pontos que precisam ser melhorados. No caso o primordial é reconhecer tudo o que faz parte da cultura, de onde começou, o que significa essa terra, pois tem gente que vive disso ali, a gente precisa reconhecer”. Jovem5

Para o desenvolvimento territorial rural sustentável o modo de produção dos bens a serem comercializados no mercado local é fundamental para se observar a cultura, tradição e atividade produtiva local. Ou seja, em que consiste a economia desta região, assim, como será possível determinar a principal forma de produzir os bens para o mercado. E para que de fato seja sustentável as esferas econômica, ambiental, social e cultural devem ser respeitadas, observa-se isso segundo Assis:

“[...] o mau uso dos recursos naturais ao longo do processo produtivo não representa somente uma externalidade decorrente da degradação dos recursos ambientais, mas também um aumento nos custos de produção em função de uma maior demanda por insumos que esta degradação provoca”. (ASSIS, 2002, p. 2)

Posto isto, observa-se que a agressão a um destes quatro pilares ocasiona o desordenamento social, o prejuízo ambiental e o aumento dos custos de produção, pelo fato destes quatro elementos estarem interligados por muitos fatores.

“É um desenvolvimento de modo de manejar a terra, pois geralmente são pessoas mais antigas que trabalham no meio rural lá, e como eu te falei, os jovens não estão interessados, então, se o senhorzinho que sobe e desce serra pegando banana, vai chegar uma hora que ele não vai aguentar mais e isso vai

acabar, porque os jovens não estão interessados nisso, porque acham que não tem forma viável e não podem se manter, e a gente levando formas novas, talvez eles se interessem mais, então o desenvolvimento pode ser um debate, uma roda de conversa com os mais antigos, que eles vão ter práticas para ensinar pra gente e a gente vai ter novas tecnologias para ensinar para eles”. Jovem2

#### 4.4.5 Participação, Informação e Política

Como (se buscou reforçar) enaltecido durante o período do curso de formação, a participação representativa fornece aos jovens uma experiência de vivenciar os processos de construção de projetos, de pautas e ações com o coletivo. Essa experiência permite ao jovem vivenciar e construir determinados valores tais como a solidariedade, o engajamento em causas locais e a alteridade, isto é, respeitar e aprender, perceber e reconhecer o outro, bem como suas diferenças. Percebe-se isto não apenas na vida política, mas em cunho social, cultural e religioso.

“Apesar de eu trabalhar com ecumenismo, estou inserido na igreja católica, então participo dos debates ali, desenvolvo atividades dentro da igreja católica também com os jovens, então consigo pegar um pouquinho de cada coisa”. Jovem1

Logo, a participação política não se constrói em um vácuo cultural ou histórico, os jovens carregam características, costumes e histórias que lhes são próprias da idade e de seu cotidiano, enriquecendo e ampliando o debate político, tão logo essa experimentação de convívio com as diferenças (Castro, 2008; Mouffe, 2003; 2005), seu engajamento na defesa de pautas coletivas, abandonando o individualismo metodológico em direção ao bem comum (Castro & Menezes, 2002), caminham para a construção de uma identidade coletiva (Prado, 2001). E essa flexibilidade e abertura a novas ideias pertinentes a juventude é que cria parâmetros a esse desenvolvimento.

“Porque os conhecimentos que eu adquiri me proporcionam mudar o jeito como eu me relaciono com as pessoas, porque a gente encontra culturas novas, novos modos de agir que a gente pode adquirir para nossa vida, nosso modo de falar, no modo de agir, no modo de trabalhar com a terra, e isso me ajuda bastante” Jovem2

Porém, infelizmente, há uma desconfiança e descontentamento por parte da juventude acerca da política institucional e seus aparelhos. Isso se dá pelo fato de ainda haver um afastamento entre a juventude e o poder público, ou essa relação se basear em preâmbulos do clientelismo e relações de troca, onde pela fala do Jovem2 se reforça ainda mais essa afirmação demonstrando uma menor governança:

“O poder público nem chega lá. Pois quando queremos alguma coisa, temos que dar alguma coisa para eles, para quem eles possam ajudar a gente, é tudo por interesse. A prefeitura age por interesse. Para montar um projeto pela prefeitura, se eles não verem que vai ter um retorno para eles, eles não vão te ajudar. Só se você tiver um conhecimento alto lá dentro, aí você até consegue”. Jovem2

Havendo dificuldade na comunicação e sem o repasse de informações, os jovens agricultores relatam a dificuldade na tomada de decisões e na construção de ações

coletivas, pois uma vez que o poder público reflete no modo de agir da população, estes não se comunicam e não interagem, e dificultam a participação e o controle social.

“Particularmente eu sempre tento saber mais do que estão dizendo, por exemplo “ vou fazer tal obra, vai ter a reforma do colégio”, então eu busco saber, o preço que saiu o edital, quem ganhou o edital, saber essas informações para saber se o dinheiro que está sendo depositado naquilo, está indo para esse rumo, tendo a destinação correta do recurso. Nem todos fazem isso, mas um fazendo, ou meu amigo fazendo um pouco e eu fazendo um pouco, a gente acaba levando para o pessoal e assim vai espalhando”. Jovem1

“Há falta de interesse do poder público em passar as informações e o interesse da sociedade em querer aprender a informação a qual é nova para ele. Porque tem vários sistemas e métodos e para a sociedade aprender”. Jovem4

“Há desafios, de um modo geral minha comunidade é muito desestruturada e falta, apesar do canal de comunicação ser amplo, chegar informação para as pessoas, o que acaba dificultando. É difícil pois não sabem dos direitos deles, e quando queremos lutar pelos nossos direitos, não sabemos deles. As pessoas que lutam pelo território têm medo, pois a informação não chega de uma forma correta e pensam que podem ser presos ou mortos, e isso atrapalha muita coisa”. Jovem8

Visto a dificuldade de comunicação e interação entre o poder público e os agricultores das localidades estudadas, percebe-se que esta relação é deveras conflituosa, e quando, de alguma maneira, ela existe de maneira turva, pouco transparente. O agricultor não tem conhecimento dos atos do poder público e as informações não chegam em sua totalidade ou com clareza.

“É bastante conflituoso, e nada que seja de forma eficaz, as coisas, mesmo tendo bastante interesse, acabam que não acontecem por falta de querer, pois envolve uma política sem ordenamento, e se fosse tudo transparente, andaria bem melhor”. Jovem1

Outro ponto constatado é a precariedade na forma como se comunicam poder público e jovens agricultores, de um lado pela dialogicidade não apresentada por parte do poder público e, de outro lado, a falta de interesse de uma parcela da juventude rural em não buscar conhecimentos acerca da vida rural, se informar sobre inovações ou até mesmo seus direitos e acesso a políticas públicas. Quando perguntado ao Jovem2 acerca da comunicação que melhor atenderia a sua localidade, ele diz: “Seria bom a televisão, porque quando a gente tem internet, a gente não pesquisa essa informação, só ficando mandando mensagem para os outros, seria bom televisão”.

Entretanto, apesar da televisão ser apontada como meio de comunicação em massa com maior alcance, outra frente que tem sido explorada nos últimos anos é o uso de mídias digitais, com destaque para a internet, a qual se torna meio e espaço para a participação política, participação online ou até *e-participação* (GIBSON e CANTIJOCH, 2013; NORRIS, 2001).

É inegável que o uso de mídias sociais é uma forte característica entre os jovens, e neste ponto não há distinção entre urbano ou rural, as redes se estendem por toda cidade e campo, e a pesquisa aponta que todos os entrevistados estão conectados diariamente, trocando e recebendo mensagens em seus *smartphones*. Os meios de comunicação facilitam o processo comunicativo, uma vez que as “tecnologias expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade” (HJAVARD, 2012, p. 66).

Logo, as mídias sociais são lugares com linguagens próprias, onde os indivíduos desenvolvem decodificação, interpretação e interação com o mundo, e, por consequência, tornam-se espaços de ação política (MEYROWITZ, 1993; MARTINO, 2015). O modo de falar e comunicar as informações nas mídias sociais se configuram de uma maneira mais acessível e de acesso mais generalizado, onde supõe-se que o canal de diálogo possa ser estabelecido com mais fluidez e de maneira mais clara.

“A forma como ela é passada, como exemplo, são poucas pessoas que vão a uma sessão na câmara, pois ninguém explica de uma forma correta o que vai acontecer, o que vai ser debatido; e quando a pessoa vai, ela não está preparada. Uma coisa que pode ser uma benção ou uma desgraça, são os grupos do WhatsApp, que é a forma como nos comunicamos com todos do assentamento. Se você coloca de uma forma muito maçante ou não explica com as suas palavras claramente o que você vai acontecer, seja uma reunião ou uma sessão, um protesto ou algo do tipo, ninguém vai aparecer. Em relação a informação, não falta, falta uma linguagem para informar aquilo”. Jovem5

Junto à forma como a informação é passada para os jovens agricultores, procurou-se saber qual o grau de confiabilidade que os mesmos têm acerca destas informações. Uma vez que estamos cercados por *fakenews*<sup>10</sup> que atrapalham o processo de comunicação, causam ruídos e tiram a credibilidade dos atores envolvidos. Os jovens agricultores não sabem ou estão inseguros em quais informações podem ou não tomar como verdade.

“Sobre essa informação que está chegando na aldeia, eu só confio no cacique, pois a gente não confia no pessoal de fora, não confiamos nos brancos, pois eles sabem enganar a gente”. Jovem3

“De um lado são concretas, a gente quem são os governantes e de que família são, mas claro que nem tudo passado é verdadeiro, mas ameniza um pouco pelo lado social, pois você sabe se poderá fazer algo que pode ou não prejudicar alguém. Você fica com essa viabilidade aberta para apresentar os projetos, que é o que ocorre. Levam muito para o lado político, mas isso já é dever deles”. Jovem4

“As informações não passam por um filtro de confiança, as vezes temos problemas com isso, pois são informações falsas que são replicadas a todos, as vezes nos desesperamos por notícias e as vezes nem era atual ou verdade”. Jovem5

Contudo, mesmo ante a este cenário, os jovens que participaram do curso demonstraram que o seu interesse e a sua participação na vida política tem aumentando, e eles estão começando a ocupar espaços cada vez mais de destaque e protagonismo. Ainda há os que, mais tímidos, participam com sua presença, se inteiram do assunto e mostram que estão presentes, o que é muito importante, visto que cada jovem tem um processo diferente de participação. Há os que são mais engajados na participação no primeiro momento e há os que necessitam reconhecer o espaço para se sentirem seguros e assim participarem.

---

<sup>10</sup>Fake News são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais. Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção.

“Tomo muitas decisões dentro do sítio, meu avô quer que eu assumo para ele, então muita coisa que acontece no assentamento eu mostro as minhas ideias e digo a eles, não tem errado e certo, mas tem minhas ideias. Na parte do turismo, desde o início dei muitas ideias e conselhos, sou o segundo secretário da comissão. Faço a comunicação com as propriedades vizinhas, passo propostas boas e pego as ideias deles”. Jovem6

“Eu percebo que cada um que está ali é importante. A vida é um grande quebra cabeça, então cada pecinha é importante, e quando falta um a gente não consegue completar o quebra cabeça que poderia ajudar num todo, então fica faltando um elo. É como um tripé, se ele apoia algo e você tira um pé, ele não consegue se manter em pé. Na junção de um todo eu sou importante, não sou sozinho, mas no todo. Numa entrevista de Madre Teresa de Calcutá perguntaram para ela que diferença ela fazia no mundo, ela disse que o mundo era o mar e ela era uma gota, e sem ela no mar, o mar seria uma gota menor, e o mar é formado de gotas em gotas assim como nossa sociedade. Então eu acredito que cada um tem a sua finalidade e a sua importância crucial para o desenvolvimento de onde está inserido”. Jovem2

“Porque eu sou um morador de lá e mesmo que não fale nada, você vai estar aprendendo e sabendo do que está acontecendo em volta de você, na sua comunidade”. Jovem3

“Todos têm o mesmo peso, não existe uma hierarquia, desde o mais novo ao mais velho, todos podem falar. Já falei coisas que vi que não uma necessidade só minha e que outras famílias também tinham e foi resolvido”. Jovem5

Dentro desta participação e organização, os jovens tiveram como lição os fundamentos de cooperativismo e associativismo, que de acordo com Santos e Rodriguez (2005, p. 32-33) é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas e de formas democráticas e que dizem respeito às formas de organização compatíveis com o sistema de economia de mercado. E como resultado disto, percebe-se que os jovens estão se movimentando em relação a uma organização social cooperativa e estão compreendendo o conceito de trabalho solidário almejando melhorias gerais para suas localidades.

“Lá é todos juntos, a gente se ajuda em sociedade, a cacique comunica com a gente o que comunica com outras aldeias, dizendo o que está acontecendo”. Jovem3

“Nesses últimos anos conseguimos muita coisa para o assentamento, começando pelo asfalto, luz, reforma da escola, várias coisas que não dava para fazer pelo assentamento, o poder público fez. E geralmente tem uma ata, um registro, tudo direitinho, que quando é passado para câmara de vereadores para votação, é feito por uma pessoa que é o presidente da associação, que é responsável por levar a nossa voz para lá. E é feito de uma forma muito clara, seja pelo sim ou pelo não, temos uma facilidade muito grande de conversar com os vereadores”. Jovem5

“Não temos uma associação estruturada, temos um presidente, mas nada estruturado. Quando você tem alguma estrutura e precisa de algo que seja ambiental, saúde ou local, aí é bom ter uma associação estruturada. Mas se você não vai lá e corre atrás e cobra todo mês, eles não estão nem aí para comunidade, se não tem cobrança, eles acham que não está acontecendo nada. Mas se não for do interesse político deles, você pode esperar por anos. E eu como moradora posso cobrar isso, mas eles dizem que a associação não a procura. Mas tudo é movido por interesse, por visibilidade para votos. Precisamos de apoios para tudo”. Jovem8



Junto aos conceitos de cooperativismo e associativismo, fez-se necessário apresentar os conceitos de sociedade em rede e trabalho em estruturas de rede, mais uma vez atentando para o fim do individualismo e para o fortalecimento do trabalho coletivo. Desta maneira, os jovens passam a enxergar as redes e sua formação, observando que estas são importantes não apenas para sua forma de trabalhar, mas que as redes estão presentes em tudo o que fazem em sua vida cotidiana.

“Estou fazendo alguns trabalhos e quero desenvolver, então eu preciso de ajuda, pois estou fazendo sozinho e quero ajuda para desenvolver. Eu acho que pode, mas tem uns que só pensam no dinheiro, então fica difícil, mas eu quero ajudar”. Jovem3

“Existem redes, mas de forma errada, pois o interesse é sempre maior, pois as redes são criadas por pessoas já por pessoas com potenciais, que ela enxerga na forma de trabalho do pequeno, uma fonte de renda. Então não é passado tudo o que a rede em si teria que ter passado. Acredito que na minha cidade existem poucas, mas existem de forma errada, se fossem certas, avançaria no sistema agroecológico na região”. Jovem4

“Não há uma rede, mas através do curso estamos montando uma rede, não apenas na minha localidade, mas entre outros jovens. Estamos dando passos importantes através do turismo, estamos fazendo uma ponte com Paraty e com Lídice, com turismo e feiras. Já lançamos uma demanda ao colegiado, e vemos como passo inicial”. Jovem6

Por meio das redes estabelecidas o jovem tem a possibilidade de realizar outras tarefas não agrícolas no campo, aumentando a gama de possibilidades tanto comerciais quanto para diversão e lazer. Fora mostrado aos jovens conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, que foram entendidos como a interação das diversas atividades agrícolas e não-agrícolas. Eles entenderam que podem exercer dentro de suas propriedades bem como fora da propriedade. Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade pode ser entendida como a combinação de atividades, por indivíduos ou núcleos familiares, em diferentes setores, conseqüentemente em diferentes mercados.

“A gente tem grupo de jovens da igreja católica e evangélica, tem campeonatos de futebol, tinha o de vôlei, mas acabou, e tem uma parte que gosto muito de trabalhar que é o ecumenismo e tolerância religiosa, que é novo na cidade, ainda tem um preconceito e as pessoas não conseguem entender muito bem o que é isso, mas aos poucos estamos trazendo e enraizando isso, essa cultura. E que vire cultura na cidade saber respeitar a diversidade e liberdade de escolhas”. Jovem1

“Palestra sobre o desenvolvimento de turismo, onde falta muito investimento em nosso município e nesse setor. Estamos provando que a sociedade pode participar desse avanço. Fora as feiras que estamos realizando, pois agora a sociedade vê quem é o agricultor que faz que é o mesmo que está lá na bancada. A criação de um interposto de ovos caipiras, que até gente de classe alta está querendo criar galinha em casa e vender ovo”. Jovem4

“Lá no assentamento, não é mais só área rural, então a participação do jovem lá é muito pequena, a única coisa que o jovem se importa em permanecer lá, é pela cachoeira, de resto, ele vai ser o primeiro a desmatar, a vender e a fazer a terra se tornar dinheiro de outra forma. No quesito de redes sociais, os jovens não participam de nenhum movimento que seja para permanência na área rural, ou defesa de terra ou algo do tipo. No quesito do assentamento, todas as parcerias fortes, ou todas as pessoas que tem alguma

participação, são as que já estão com 65 ou mais anos, são pessoas que estão desde o início do assentamento”. Jovem5

Quando questionados acerca do papel do poder público dentro desta rede, o qual seria de relevante importância, uma vez que os jovens agricultores necessitam de incentivos e políticas públicas específicas para atuarem dentro e fora desta rede com maior amparo e autonomia, os jovens explanaram sobre as suas distintas realidades:

“Ao longo do tempo essa interação vem se fortificando. Tivemos quedas por troca de governo, troca de secretário ligados a isso. Mas tem se fortificando pela patrulha agrícola que vai nas terras aradas, através do suporte da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura que ajuda os agricultores, então é uma coisa que vem aumentando. Através do poder público tem as assembleias da câmara de vereadores uma vez por semana, o prefeito se coloca de portas abertas para atender os moradores e as secretarias sempre estão abertas a receber quem precisa de alguma coisa e tentar dentro da legalidade ajudar nos problemas delas”. Jovem2

“O poder público nem chega lá. Pois quando queremos alguma coisa, temos que dar alguma coisa para eles, para quem eles possam ajudar a gente, é tudo por interesse. A prefeitura age por interesse. Para montar um projeto pela prefeitura, se eles não verem que vai ter um retorno para eles, eles não vão te ajudar. Só se você tiver um conhecimento alto lá dentro, aí você até consegue”. Jovem3

“Onde moro é dividido em três municípios, Itaguaí, Piraí e Rio Claro, o centro mais próximo é de Itaguaí. Em questão de transporte, não podemos reclamar, é muito bom, mas relação à estrada, como são três municípios é muito dividido, pois falta comunicação entre eles. Em questão de saúde, por Piraí é muito bom, os médicos vão, tem ambulância. E educação, Piraí busca as crianças, leva na escola, é muito bom. Em relação a rio claro, é bem distante, mas está começando agora, em relação a localidade, endereço, eles estão ajudando nisso agora. Mas ainda um faz uma coisa, outro não faz outra, falta o diálogo de poder entre eles mesmos”. Jovem6

“Sabem explorar a gente, querem tirar foto para mostrar que é bonito e é isso, tem uma grande ausência do estado lá e da prefeitura”. Jovem7

Visto isto, pergunta-se ao jovem acerca de perspectivas, o que ele acredita ser possível para realizar, a fim de melhorias nessa relação com o poder público e de acesso à informação.

“Por um lado, ela pode ajudar trazendo mais recursos e palestras, e a única forma de atrapalhar e a não organização do investimento, pois se fizer de uma forma mais justa, o trabalho anda de uma maneira mais bonita, então é pensar de modo geral, são decisões produtivas e concretas, é tomar decisão e fazer e não parar, senão fica feia”. Jovem4

“Uma questão é o endereço, eu precisava de um para provar que tenho um registro, então corremos atrás dessa necessidade de registro das ruas e influenciou o poder público. Até mesmo de capacitação dos jovens, então o poder público precisa apoiar”. Jovem6

#### **4.4.6 Permanência do Jovem Rural no Campo**

A representatividade e importância que a agricultura familiar exerce para o desenvolvimento rural brasileiro diz respeito não somente a responsabilidade de produzir

parte dos alimentos de subsistência, mas também pela geração de empregos, preservação do meio ambiente e relações sociais (Abramovay, 2003). Pautado nesta afirmação, procurou-se saber do jovem o que garantirá a sua permanência no campo com qualidade de vida e bem-estar.

“Eu acredito que com mais repasse de informação, o morador ficaria no campo, para o plantio, pois são muitas terras que não são aproveitadas e são terras boas, e o interesse da cidade grande é maior, então falta muita coisa a ser passada para ele”. Jovem4

“Temos qualidade de vida, pois acordamos temos o sol maravilhoso, uma cachoeira maravilhosa, podemos ir à praia, que não é poluída, tudo o que precisamos nós conseguimos. O que dificulta a nossa qualidade de vida são órgãos públicos que dificultam o nosso acesso e a ter como nosso tudo isso”. Jovem8

É importante sublinhar que o futuro das propriedades e estabelecimentos rurais familiares dependem do interesse dos jovens, os quais são os sucessores que permanecerão na unidade produtiva (Carneiro, 2001). Logo, a participação e o envolvimento dos jovens que dizem respeito à propriedade e à localidade podem se tornar um condicionante para seu interesse e permanência no campo, bem como o conhecimento dos símbolos e valores de sua localidade. O jovem rural tem sido visto como uma categoria responsável pela reprodução social na agricultura familiar (Silva, 2012),

“O conhecimento foi algo que me fez querer ficar no campo, pois eu sei quais frutos eu posso pegar, o que eu posso fazer, pois a área rural é melhor que a urbana. O conhecimento da minha área, das ruínas, da senzala, tenho mais visibilidade e quero saber qual a história daquele lugar, alguns lugares que era só pedra, já vejo história e estrutura e quero ter mais conhecimento para passar para os jovens da região”. Jovem6

Buscando uma compreensão mais específica, os jovens foram questionados acerca de problemas e questões pontuais a serem resolvidas, que lhes ajudaria a ter melhores condições em estar no campo e em trabalhar no campo. O que se observou na fala dos jovens são: a falta de transporte para os centros urbanos, segurança no campo, existência de milícias que atuam nas regiões de praias, capatazes que andam armados no campo, crime organizado e tráfico de drogas existente nessas localidades.

“Primeiro a segurança, a facilidade para me deslocar do campo para cidade e o que eu conseguir tirar da terra, se aquilo me der lucro ou um feedback positivo”. Jovem1

“Mais meio de transporte porque é muito precário. Se você não tem um carro você fica horas esperando Kombi, pois só de hora em hora e é muito difícil, esse é até um desafio de viver em área de agricultura”. Jovem2

Outro ponto importante que foi questionado é sobre após o curso, quais motivos eles enxergam que o jovem opta por deixar o campo e não assumir as propriedades ou o trabalho na agricultura. E obteve-se como resposta:

“Os desafios que tive foram de juntar a galera, porque é muito desinteresse por essa área de agricultura. Como o caso de Itaguaí que é a minha região, tem muitas indústrias em volta e chama muita atenção dos jovens não para área agrícola, que é onde eu moro e eles moram, então eu acho que isso é um dos maiores desafios, de juntar a galera de interesse. A galera lá não quer saber de nada, só jogar bola. Dizia que eles podem ter uma condição de vida

bem melhor trabalhando onde você mora, no lugar que você vive, porque as vezes você trabalha perto de uma cachoeira e você pode dar um mergulho e voltar para o trabalho, trabalhar a hora que quiser. E eles não se interessam, preferem ser mandados como peão mesmo. Eles não querem ser eles mesmos, os patrões deles mesmos, eles querem ser mandados”. Jovem2

“A união, a comunicação pode falhar se não houver união, pois um pode desistir, outro achar que não vai dar certo. Então temos que saber passar a mensagem correta. Preciso saber como passar a informação e ir até eles”. Jovem6

“Os jovens não querem trabalhar na roça, pois é trabalho pesado e eles fogem, não querem trabalhar nisso”. Jovem7

Avançando na pesquisa, o curso, de alguma maneira, impactou a vida destes jovens participantes, trazendo-lhes informações, novos conhecimentos, talvez um modo alternativo para enxergar a realidade na qual estão inseridos e como interagir com esta realidade. Buscando evidenciar tais afirmações, questionou-se aos jovens acerca da **importância do curso em suas vidas**, sobre o conteúdo que fora discutido durante as aulas e palestras, o conhecimento prático que lhes foi passado e como isso lhes afetava:

“Os conhecimentos que eu adquiri me proporcionam mudar o jeito como eu me relaciono com as pessoas, porque a gente encontra culturas novas, novos modos de agir que a gente pode adquirir para nossa vida, nosso de falar, no modo de agir, no modo de trabalhar com a terra, e isso me ajuda bastante”. Jovem2

“Me ajuda muito, porque antes de participar no curso, eu fazia nada na aldeia, e depois de participar aqui eu voltei para aldeia e fiz o que aprendi, plantei umas mudas que aprendi, e os mais velhos estão falando para eu fazer o que eu quiser para melhorar a nossa aldeia. Altera para melhor, nessas publicações que estamos vendo, faz a gente pensar mais e agir para o futuro”. Jovem3

“Primeiro que você passa a valorizar o que tem, você deixa de buscar fora, e vê que você tem coisas e muita riqueza no que já existe em sua comunidade em relação a tudo. Uma coisa simples é de um adubo, você deixa de querer criar algo novo, comprar algo, sendo que dentro ali você pode substituir ali pelo o que você já tem. O fato de saber um pouquinho não significa que todos os outros se tornam ignorantes, significa que me torno responsável para passar tudo aquilo que eu aprendi. Então o fato de aprender muitas coisas nesse último ano, eu entendo que preciso me organizar de uma forma para que todos os outros jovens possam ter muitas oportunidades, pelo governo ou pela comunidade e permanecer ali”. Jovem5

“Sou juventude, tenho uma característica de recriar, quando vem com novos pensamentos e mudanças, com a mesma linguagem dos jovens, podemos coisas melhores, e lógico, não menosprezando os outros que não são jovens. Eu me vejo como uma chave ou uma porta pela qual quero que as pessoas passem e vejam isso também. Se eu trago curso, futebol, xadrez, vôlei, eu vejo como bom, pois pode mostrar ao jovem que ele tem um mundo para ser explorado”. Jovem8

Por meio destas respostas, pôde-se notar uma evolução na percepção dos jovens participantes do curso, pois, quando chegaram para o 1º Tempo Escola, era notável a insegurança acerca do falar, de se posicionar, bem como o individualismo nas ações e falas. E ao fim do 3º Tempo Escola, por meio de observação e das entrevistas, notou-se

um ímpeto de desejar ser mudança em suas localidades, de assumirem o papel de protagonistas e lideranças locais.

Durante o período de observação e acompanhamento dos jovens nos Tempos Comunitários, era perceptível que a cada semana os jovens iam se envolvendo mais nas questões de participação cidadã, no mercado local e na produção de suas famílias. Alguns se despontaram como lideranças locais e estão realizando com empenho atividades junto à secretaria de turismo de seus municípios, outros assumiram a propriedade familiar e se tornaram corresponsáveis pela produção e comercialização, assumindo também propriedade em chácara e sítio empenhados pela pluriatividade. O projeto de viabilidade econômica mostrou aos jovens novas perspectivas, sendo que alguns não se restringiram apenas ao período do curso, dando continuidade ao projeto nas escolas por meio de canteiros comunitários e plantações agroecológicas comunitárias em suas localidades.

Diante de todo este avanço obtido por meio das ações do curso e das iniciativas dos jovens participantes, ao finalizar a entrevista, fez-se um resumo de todos os assuntos abordados ao longo da conversa e procurou-se saber do jovem se ele conseguia enxergar que a Agroecologia estava presente em todas as dimensões e pautas conversadas. O resultado nas respostas a seguir:

“Claro que sim, pois a agroecologia além de ser prática, ela é um conceito, então conceitua a interação da comunidade, a interação homem-campo, a interação homem com o próximo, homem animal, ela busca esse conceito, essa sinergia, num resumo, agroecologia é um círculo, onde meu começo é também o meu final. Para mim ela engloba tudo isso”. Jovem1

“Sim, porque a agroecologia envolve vários conceitos e falamos vários aqui, desenvolvimento, políticas públicas, agricultura, e tudo isso é agroecologia. Como a gente sendo a geração a geração futura, então aprendendo práticas novas, conhecimentos novos, vai ser muito importante, porque a gente pode passar de geração a geração, e se interessar mais pela área da agricultura”. Jovem2

“Eu percebo sim, pois a agroecologia é o nosso modo de viver, eu acho que isso faz parte da nossa vida”. Jovem3

“Sim, da forma que aprendi dá para provar que tudo envolve agroecologia, no envolvimento de conexões, se tiver a participação, a política, (pois fazer política é uma coisa e ser política é outra), tudo envolve o modo geral de sociedade. Trocas de cultura, de informação, isso tudo que vivemos na vida é agroecologia, e quando você se aprofunda, você descobre, e quando o povo despertar, ele vai descobrir agroecologia”. Jovem4

“Sim, pois agroecologia não é só uma forma de você plantar ou colher, é uma forma de vida onde você entende que a participação do outro é tão importante quanto a sua, é uma construção da sociedade, e quando digo sociedade não apenas no quesito Brasil, mas sociedade um grupo de pessoas, então debaixo da agroecologia também está incluso não apenas a participação do coletivo, sua importância e alternativas, mas as resoluções para um problema. A agroecologia tem muito mais caminhos e vieses que acabamos não considerando as vezes, mas tudo faz parte e é agroecologia, está tudo juntinho”. Jovem5

“Sim, pois não tem como definir com uma palavra agroecologia, pois ela está e é a nossa vida, para todo lado que a gente olha, a gente vê a agroecologia”. Jovem6

“Sim, é um jeito de plantar, manejar a terra de forma que não agrida o meio ambiente e viver em harmonia com o meio ambiente”. Jovem7

“Com certeza, tenho como experiência o ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), que reuniu o Brasil todo, e vi várias culturas e realidades diferentes das que eu vivo. Se não tivesse comunicação não teria agroecologia, se não tivesse o agricultor, um monte de coisas, tudo é agroecologia. Ela é política, são políticas públicas no nosso município, temos que ter esse canal. Em resumo, tudo o que faço, a semente, o amor, a informação que eu passo, a criança que eu abraço, o que eu passo para mãe, para um pai, para um tio, tudo isso faz parte da agroecologia”. Jovem8

## 5. CAPÍTULO 6: Considerações Finais

Pode-se observar a formação de jovens agricultores como um meio para alcançar o desenvolvimento, e não como um fim em si, para a re-territorialização dos espaços rurais. Raffestin (1993) se refere ao território como relação de poder, e dentro desta relação encontram-se oportunidades e conflitos, os quais estão presentes de maneira permanente em seu cotidiano.



Figura 19: Tempo Escola 1 com aulas e conhecimentos acerca da teoria  
Fonte: Elaborado pelo autor



Figura 20: Tempo Escola 2 com aulas práticas e ao ar-livre  
Fonte: Elaborado pelo autor

As iniciativas em Agroecologia são intensivas em conhecimento e em trabalho, entretanto, não necessariamente intensivas em capital. As atividades realizadas através da Agroecologia não demandam um intenso aporte tecnológico e de capital, porém, um aporte extensivo em redes de trabalhos e cooperativas e os conhecimentos que circulam dentro destas redes. Contando com solidariedade e trabalho não pago por grupos sensibilizados com a causa.

Disto isto, o desafio para a formação dos jovens está em desenvolver o pensamento e o entendimento de trabalho em redes e cooperativas junto aos jovens levando-os a aprender a lidar com as formas de aproveitar oportunidades, e minimizar os efeitos negativos causados por conflitos, provocando verdadeira alteração na relação de força dentro de sua localidade entre diferentes atores sociais, resultando em melhores condições de vida.



Figura21: Logotipo desenvolvida junto a iniciativa local de duas jovens do projeto através de redes internacionais para o intercâmbio em Agroecologia entre Brasil/França

Fonte: Elaborado pelo autor

Por meio do curso alguns jovens entenderam que podem se tornar protagonistas de sua própria história e de seus territórios. E pontaram para a necessidade do desenvolvimento de mais atividades e habilidades junto aos seus territórios, uma vez que os demais jovens ali presentes demandam por conhecimentos e habilidades, tais como as de empreendedorismo e liderança. E, com a falta de iniciativas públicas para geração deste aporte de conhecimentos, os jovens que apresentam perfil para liderança, acabam sendo cooptados para trabalhar e fazer frente em iniciativas privadas, uma vez que este setor requer pessoas com estas características, isto dado que o jovem melhor informado e já formado nos conhecimentos em agroecologia desenvolve um perfil que é demandado pelo mercado.





Figura 24: Iniciativa de uma jovem do projeto em dialogar com os atores sociais de sua localidade

Fonte: Elaborado pelo autor

Os estudos acerca de Agroecologia e juventude rural nos dirige a um fascinante e grandioso campo de análises, estudos e debates. O que fora abordado ao decorrer desta dissertação tratou acerca das informações transmitidas aos jovens afim de lhes fornecer aporte de conhecimentos necessários para sua permanência no campo com qualidade de vida, com geração de renda e desenvolvimento de seu território. Tamanha a complexidade e o campo a serem explorados acerca da Agroecologia, onde acredita-se haver nela a possibilidade de permanência da juventude no campo, onde haja de fato a possibilidade de re-territorialização e permanência do jovem nos espaços rurais.



Figura 25: Formatura dos jovens do curso de formação agroecológica

Fonte: Elaborado pelo autor

Por meio da Agroecologia, a juventude rural pode enxergar novos horizontes para sua permanência no campo, e de maneira mais palpável, consegue discernir entre as diferentes esferas de sua vida: econômica, política, social, ambiental e cultural; e trabalhar de forma dinamizadora junto a toda comunidade para o desenvolvimento sustentável em cada dimensão.

Vê-se que, por meio das informações disponibilizadas, os jovens rurais tornaram-se agentes atuantes no processo de mudança social, passando a interagir com diferentes atores sociais e entre grupos sociais, e através de uma abordagem holística da realidade e pelo exercício da iniciativa e da criatividade, passam a transformar a realidade na qual estão inseridos.



Figura 22: Debate do turismo rural na BIG com a participação dos jovens  
Fonte: Elaborado pelo autor

Através deste avanço, os jovens têm o potencial de ampliar a capacidade de se organizarem e desenvolverem habilidades sociais e de trabalho que são indispensáveis para garantir a sua permanência no campo com qualidade de vida.

Para isto espera-se que a juventude rural desenvolva uma visão biossistêmica de sua realidade e considerando, dentro de suas atividades e ações, as necessidades e os interesses de todos os atores, e, em mesma medida, os impactos refletidos no meio ambiente e na sociedade.



Figura 23: Visita organizado por jovens a um sistema agroflorestal em Paraty  
Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, a questão agroecológica nos põe frente a uma série de novos e desafiadores cenários, este de inter-comunicação, relação e de dialogicidade não apenas entre a natureza e o homem, mas entre o indivíduo e seus semelhantes, o indivíduo e seus espaços, enfim, entre todas as coisas existentes. Desta maneira, isto significa que não prevalecerá em direitos o mais forte, o mais produtivo ou com maiores recursos. Até que o homem enxergue a natureza como parte de si e se enxergue como parte integrante da natureza os ganhos sob o olhar agroecológico são para todos e de todos. UBUNTU<sup>11</sup>!

---

<sup>11</sup> A palavra Ubuntu, não traduzível diretamente, noção existente nas línguas Zulu e Xhosa - línguas Bantu do grupo ngúni. No entanto nessa tentativa seria **“eu sou porque nós somos”**. Exprime a consciência da relação entre o indivíduo e a comunidade

## 6. Referências Bibliográficas

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2004.
- ABRAMOVAY, R. A dualização como caminho para a sustentabilidade. Estudos Econômicos, v. 24, número especial, p. 157-182, 1994
- ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada - Vol. 4, n 2: 379-397, abril/junho, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. Estudos Econômicos, v. 24, n. especial, p.157-182, 1994.
- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: Cassiolato, J. E.; Lastres, H. M. M. Globalização & inovação localizada. Brasília: IBICT/MCT, 1999, p.181-198.
- ALBUQUERQUE, Francisco (2004) – “Desarrollo económico local y descentralización en América Latina” – Revista de la CEPAL, abril, nº82:157-171
- ALMEIDA, J. “Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável”. In: Almeida, J. e Navarro, Z. (orgs.): Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, p.33-55.
- ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social? In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.).
- ALMEIDA, M. E. B. de. Gestão de tecnologias, mídias e recursos na escola: o Compartilhar de significados. Em aberto, Brasília, c. 22, n. 79, p. 75-89, jan. 2009.
- ALMEIDA, Silvio Gomes de. Construção e Desafios do campo agroecológico brasileiro. In. PETERSEN, Paulo (org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. Biodiversidad, agroecología y manejo de plagas. Valparaiso, Chile:CETAL, 1992.
- ALTIERI, M. Diversification of agricultural landscapes: a vital element for pest control in sustainable agriculture. In: EDENS, T. C.; FRIDGEN, C.; BATTENFIELD, S. L. (Ed.). Sustainable Agriculture & Integrated Farming Systems. East Lansing, Michigan: Michigan State University Press, 1985. p. 166-184.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3º edição. Rev. Ampl. São Paulo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ANDREWS, S. S. et al. Growers' perceptions and acceptance of soil quality indices. Geoderma, v. 114, n. 3, p. 187–213, Jun. 2003.
- ARENDDT, H. Elemente und UrsprüngetotalerHerrschaft. 9. ed. Munique: Piper, 2003.
- ARENDDT, H. Sobre a violência. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

- ARROYO, M.G.; Caldart, R.S.; MOLINA, M.C. (Orgs.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. Por Uma Educação Do Campo – 4ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.
- ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura e desenvolvimento sustentável. Cadernos de Ciência e Tecnologia – Brasília, 2002. Acesso em: abril de 2019.
- ASSIS, Renato. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Economia Aplicada, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.
- ASSIS, Renato. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Economia Aplicada, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.
- AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado-mercado: Habermas, Coehn e Arato. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, no 36, p. 213-222, 1993.
- AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. A 'antropologia do guerreiro': a história do conceito de homem parentético. Cadernos EBAPE.BR, v. 4, n.3, out. 2006, pp. 1-19
- AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. O. A antropologia do Guerreiro: a história do conceito de Homem Parentético. Cad. EBAPE.BR, v. 4, n. 3, p. 1-19, 2006b. AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. O. A redução sociológica em status nascendi: os estudos literários de Guerreiro Ramos publicados na revista Cultura Política. Organizações & Sociedade, v. 17, n. 52, p. 47-68, jan./mar. 2010. AZEVEDO, A.
- AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. O. Guerreiro Ramos's anthropological approach to the social sciences: the parenthetical man. Administrative Theory & Praxis, v. 28, n. 4, p. 501-521, 2006a.
- AZEVEDO, Paulo Furquim de; BIALOSKORSKY NETO, Sigismundo. Direitos de propriedade e conflitos fundiários: implicações sobre o uso da terra. Anais do I Encontro Nacional da Nova Economia Institucional. São Paulo, FEA-USP, v. 1, p.1-15, 1997.
- BANCO MUNDIAL. BRASIL Avaliação da Assistência do Banco Mundial ao País. Departamento de Avaliações de Operações. 2003.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENAVIDES, Maria Victoria de Mesquita. 'A cidadania Activa – Referendo, Plebiscito e iniciativa popular'. São Paulo. Ed. Ática, 1991, p.129
- BOBBIO, N. et al. Dicionário de política. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995. 2 v
- Bobbio, Norberto, 1909- A era dos direitos / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª Reimpressão.
- BOBBIO, Norberto. 'Estado, governo, sociedade'. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 459.
- BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.
- BOISER, Sergio. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. Planejamento e políticas públicas, nº 19, p. 307-343, jun 1999.

- BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, P. G. de; PEREIRA, J. R. Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil. In Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 4, 2010, Lavras. Anais..., Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD ROM.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 11 - 28, jul./dez. 2002.
- BRAVO, M.I.S. O Trabalho do Assistente Social nas Instancias Públicas de Controle Democrático. In: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.
- CALDART, R. S. Concepção de Educação do Campo. In: Projeto Educação do Campo: novas práticas. Lages: Grafine, 2010.
- CALDART, R.S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009
- CALVI, K. U. O Controle Social nos Conselhos de Políticas e de direitos. In: Revista Emancipação, Ponta grossa, v.8, n.1, 09-20, jan/jun, 2008.
- CANSADO, A; TENÓRIO, F; PEREIRA, J. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2011
- CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Orgs.) Princípios e perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Paraná. 2011.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 1, n. 1, p. 87-90, 2006.
- Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, No. 1, 22-55.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução Roneide Venancio Majer. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, V.1.
- CASTRO, C. M. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, vol. 7, n. 1, p. 179-208, enero-junio, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- Castro, L. R. (2008). Participação política e juventude: do malestar à responsabilização frente ao destino comum. Revista Sociologia & Política, 16(30), 253-258.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHESNAIS, F; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Revista Crítica Marxista. São Paulo, n.16, p.39-75, 2003.

- CONWAY, G. R. Agroecosystemsanalysis. *AgriculturalAdministration*, Essex, v. 20, n. 1, p. 31-55, 1985.
- COSTA, Sérgio. Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, no 38, p. 38-52, 1994.
- CREMONINI, LadimirJosé , OLIVEIRA , Odete Maria de. Reflexões sobre a teoria da sociedade em rede de castells e a teoria da rede de ação comunicativa de habermas, IX SPI, UNISUL, Santa Catarina, 2017
- DAGNINO, Evelina, 2002. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, *Tecnologia social*. Contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- DAHL, R. A. Sobre a democracia. Brasília: EdUnB, 2001.
- DAROLT, Moacir Roberto. Desenvolvimento rural e consumo de produtos orgânicos. In: ARAÚJO, João B. S.; FONSECA, Maria Fernanda. (Orgs.). *Agroecologia e agricultura orgânica*. Campinas: CONSEPA, 2005. p. 11-30.
- DELGADO, Ana; STRAND, Roger. Looking north and south: ideals and realities of inclusive environmental governance. *Geoforum*, n. 41, p. 144–153, 2010.
- DEMO, Pedro. *Participação é uma conquista: noções da política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1993, 2a .ed.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- DIAGNÓSTICO DO SETOR COSTEIRO DA BAÍA DA ILHA GRANDE. Subsídios à Elaboração no Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Volume I. INEA, RIO DE JANEIRO, 2015
- DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.
- DOTTO, F. Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011
- DUARTE,R. PESQUISA QUALITATIVA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, março/ 2002 *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, março/ 2002
- DURANTE, D. G., TEIXEIRA, E. B. Os limites e possibilidades de desenvolvimento humano nas teorias organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 6, n. 11, Ijuí, 2008
- EDENS, T. C., FRIDGEN, C., BATTENFIELD, S. L. (Ed.). *Sustainable Agriculture & Integrated Farming Systems*. East Lansing, Michigan: Michigan State University
- FEATHER, F. *Through the '80S, Thinking Globally, Acting Locally*. World Future Society. June, 1980.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). *Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para a internet. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p.
- FRANCIS, C. et al. Agroecology: the ecology of food systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural para Liberdade: e outros escritos – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. BETTO, Frei. Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: 2003.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade - 23ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira – Prefácio de Jacques Chonchol. 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIXO, Manuel João Vaz. - 2ª ed. rev. e aument. - Lisboa : Instituto Piaget, 2011.
- GARELLI, Franco. Controle Social. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfresco (orgs.). *Dicionário de Política*. UNB, 12 a edição, 1999
- GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and Measuring Participation in the Age of the Internet: Is Online Political Engagement Really Different to Offline? *The Journal of Politics*, v. 75, n. 3, 2013. p. 701–716.
- GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. 177p.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- Glaser BG, Strauss AL. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter; 1967.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2000. 654 p.
- GLIESSMAN, S. R.. (Ed.). Agroecosistemas con énfasis en el estudio de tecnología agrícola tradicional. Cardenas, México: Colegio Superior de Agricultural Tropical, 1978.
- GLIESSMAN, S. R.. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 653 p.
- GLIESSMAN, S. R.. Economic and ecological factors in designing and managing sustainable agroecosystems. In: EDENS, T. C.; FRIDGEN, C.; BATTENFIELD, S. L. (Ed.).
- GLIESSMAN, Stephen. Agroecology: ecological process in sustainable agriculture. Ann Arbor: Ann Arbor Press, 1998.
- Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future International Labour Office – Geneva: ILO, 2017
- GOVERNO FEDERAL - PORTAL BRASIL. Entenda como funciona a estrutura do estado brasileiro. Disponível em: Acesso em: 07 de junho de 2018



- GUERREIRO RAMOS, A. A nova ciência das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- GUERREIRO RAMOS, A. A Redução Sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de homem e teoria administrativa. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, v. 3, FACAPE, 2001. Disponível em: [http://www.facape.br/controladoria/1/Modelo\\_de\\_homem\\_e\\_de\\_administracao.doc](http://www.facape.br/controladoria/1/Modelo_de_homem_e_de_administracao.doc). Acesso em: 03 de Dezembro de 2018.
- HABERMAS, J. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. Fundamentação linguística da Sociologia. Obras escolhidas – volume 1. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.
- HABERMAS, J. Teoria da Racionalidade e Teoria da Linguagem. Obras escolhidas – volume 2. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo / SP, Marthins Fontes. 1º Ed. 2000.
- HABERMAS, Jürgen. Racionalidade e comunicação. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social. Tradução Manuel Jiménez Redondo. Madrid. Taurus, 1987. V.1.
- HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo. Sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo. Martins Fontes, 2012.
- HAESBAERT, Rogério (2004): O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade. Bertrand Brasil.
- HECHT, S. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable. La Habana, Cuba: Asociación Cubana de Agricultura Orgánica, 1997.
- HJAVARD, Stig. Mídia e cultura: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. Matrizes. v. 5, n. 2, p. 53-91. 2012.
- Hunt, Elle - 2016. What is fake news? How to spot it and what you can do to stop it. The Guardian. Acesso em: abril de 2019.
- HUSSERL, E. The thesis of natural standpoint and its suspension. In: KOCKELMANS, J. J. (Ed.). Phenomenology, the philosophy of Edmund Husserl and its interpretation. Garden City, NY: Doubleday and Co. Inc., 1967.
- IBGE. CENSO AGRO 2017 Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/produtores.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html) Acesso em: 06 de novembro de 2018
- IBGE. Censo Agropecuário 2006 Agricultura familiar: Primeiros resultados. Censo agropec. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados e Estatísticas da internet no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

IPEA, Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- v.1, n.0, (mar.1996) - Brasília: Ipea: MTE, 2014

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Economia Aplicada. v. 2 n.3, p.515-551, 1998.

KELSEN, Hans. Fundamentos da democracia. A Democracia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 137-294

KOSIK, Karel. A Dialética do Concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio – 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LACEY, Hugh. A controvérsia sobre os transgênicos: questões científicas e éticas. Pablo Mariconda (Trad.). 1ed. Aparecida: Letras, 2006. 239 p.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)

LASSWELL, H. The structure and function of communication in society. In: BRYSON, L. (Org.). The Communication of Ideas. New York: The Institute for Religious and Social Studies, 1948.

Lesley Williams Reid and Robert M. Adelman, Georgia State University (abril de 2003). «The Double-edged Sword of Gentrification in Atlanta». American Sociological Association

LOPES, V. M. Era uma vez uma Ilha de Pescadores Artesanais: impactos socioambientais dos grandes complexos industriais, conflitos e resistência (Ilha da Madeira/Itaguaí/RJ). 2013. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 199 f.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. Revista de Administração da UFLA, Lavras, v. 8, n. 3, set.-dez. 2006

Ludwig von Mises. The Principle of Methodological Individualism. HumanAction. Ludwig von Mises Institute. Acessado: abril de 2019

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

MARX e ENGELS, Obras Escolhidas, Lisboa 1982

MARX, Karl, O Capital, Lisboa 1990

MAYORGA, C.; CASTRO, L. R.; PRADO, M. A. M. Juventude e a experiência da política no contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.

MCQUAIL, D. & WINDAHL, S. Communication models for the study of mass communication. 2. Ed. Londres: Longman, 1993, pp. 12-22.

- MEDAUAR, Odete. Controle da administração pública. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012
- MELO, J.M. Comunicação: direito à informação. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- MEYROWITZ, Joshua. Images of media: hidden ferment – and harmony – in the field. *Journal of Communication*, v. 43, n. 3, p. 55-66. 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOLINA, M.C. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Educação do campo e pesquisa. Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MONTIBELLER – FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável – Florianópolis: UFSC, 2001.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. O Mito do Desenvolvimento Sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis. Ed. da UFSC. 2001.
- MORAES, Dênis de. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- Moreno, J. L. S. Principios filosóficos de la gestión ambiental. In: Ballesteros, J.; Adán, J. P. (eds.), *Sociedad y medio ambiente*. Madrid: Editorial Trota, 1997. p. 323-336.
- MORIN, E. O método. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2006
- MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo [org.]. Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa).
- MOTTA, Cláudio. Vazamento de óleo atinge mar de Ilha Grande. Rio de Janeiro. *Jornal O Globo*, Caderno Economia, 18 dez 2011.
- NORRIS, Pippa. Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NOVAES, Regina. Políticas públicas, direito e participação. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 99-107.
- OLIVEIRA, Mauri Aparecido de. A importância estratégica e econômica da instalação de uma fábrica de Circuitos Integrados no Brasil. Biblioteca pública virtual de Belo Horizonte, 2003. Disponível em: Acesso em abril de 2019.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. (Org). *Relações internacionais: a questão de gênero*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. O protagonismo dos atores não estatais pacíficos e violentos: a revolução da rede de redes. In: OLIVEIRA, Odete Maria de *Relações internacionais, direito e poder: atores não estatais na era da rede*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016, p. 39-86, V. III.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias globais: elementos e estruturas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. V.1.
- PECQUER, Bernard. *Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud*. Université Joseph Fourier, Grenoble. 23 août 2004.

- PENEIREIRO, Fabiana Mongeli. Sistemas agrofloreais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.
- PEREIRA, D. R. dos R. Educação e Família: uma relação associativa na formação do jovem da escola da Pedagogia da Alternância. In.: QUEIROZ, J. B. P.; COSTA E SILVA, V.; PACHECO, Z. Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo. Goiânia: Ed. Da UCG; Brasília: Ed. Universa, 2006. p. 93-104.
- PIANCENTINI, P. Juventude e trabalho no campo: permanência dos jovens no meio rural depende da geração de oportunidades além do trabalho na terra. Revista PréUnivesp. n. 61. dez. 2016. jan.2017. 2015.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO DE ITAGUAÍ. COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO. Aprovado pela Deliberação CAP/Itaguaí nº 004/2007  
Press, 1985.
- PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV. 1996.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 127 p.
- RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989
- RAMOS, A. G. Modelos de Homem e Teoria Administrativa: ascensão do homem parentético. [1972, 1984]. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, PUC-PR, n. 3, p. 1-16, dez. 2001.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro/RJ. Fundação Getulio Vargas, 1989.
- Rattner, H. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 30-33, 1992.
- REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, no 29, p. 35-48, 1995.
- RIECHMANN, J. Agricultura, ganadería y seguridad alimentaria: lanecesidad de un giro hacia sistemas alimentarios sustentables. In: FÒRUM PER A LA SOSTENIBILITAT DE LES ILLES BALEARS - QUARTA JORNADA: SEGURETAT HUMANA, ALIMENTÀRIA Y ECOLÒGICA, 1., 2002. [Anais...]. Conselleria de Medi AmbientdelGovern de lesIllesBalears, 2002. 1
- SACHS, Ignacy. "Caminhos para o desenvolvimento sustentável", Rio de Janeiro, Garamond, 2002
- SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Tradução de Vítor Ferreira. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). LasConfiguraciones de losTerritoriosRuralesenelSiglo XXI. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia UniversidadJaveriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação & Realidade. V. 20, N. 2. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, jul/dez, 1995. pp.71-99.
- SEKIGUCHI, C. PIREZ, E. L. S. Agenda para uma Política da Sustentabilidade: Potencialidades e Limites para o seu Desenvolvimento no Brasil. In CAVALCANTI, C. (Org.) Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. 4º ed. São Paulo: Cortês, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios)
- SHANNON, C; WEAVER, W. The mathematical theory of communication. Urbana: University of Illinois Press, 1962.
- SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Dinah de Abreu Azevedo (Trad.). São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.
- Silva, E. J. (2012). Jovens Agricultores: Entre a reprodução e a ressignificação da vida no campo. En V Simpósio sobre Juventude Brasileira. Vol. 1, Recife/PE.
- Sustainable Agriculture & Integrated Farming Systems. East Lansing, Michigan: Michigan State University Press, 1985. p. 56-63.
- Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 88-101, 2004.
- TENÓRIO, F. (Re) visitando o conceito da gestão social, Editora Unijuí, 2005.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). Cidadania e desenvolvimento local: Critérios e análises. Rio de Janeiro / RJ : FGV. 1º Ed. 2012.
- TOURAINÉ, A. O que é a democracia? Petrópolis: Vozes, 1996
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: \_\_\_\_\_. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987
- TRUYOL y SERRA, Antonio. La sociedad internacional. 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- UNACOOOP, Diagnóstico Territorial Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro; Convênio SDT- MDA – UNACOOOP Contrato Repasse 0240547-67/2007
- VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.
- VERGARA, Sylvania C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- VIANA FILHO, A. et al. Escola família agrícola de Goiás e Universidade Católica de Goiás: Uma parceria em construção. In.: QUEIROZ, J. B. P.; COSTA E SILVA, V.; PACHECO, Z. Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo. Goiânia: Ed. Da UCG; Brasília: Ed. Universa, 2006. p. 34-48.
- Vile, M. J. C. Constitutionalism and the Separation of Powers .LibertyFund Inc. 1998

VILLELA, L. E. Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí– RJ. Cad. EBAPE.BR vol.9 no.3 Rio de Janeiro Setembro de 2011. Disponível em Acessado em 08/10/2012

WEDIG, Josiane Carine. Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WERSIG, Gernot. Museums for far away publics: Frameworks for a new situation. Workshop MuseumsbesuchimMultimedia-Zeitalter, Berlim, mai 1997.

WILLIAMS, PHIL. Redes transnacionales de delincuencia. In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David. Redes y guerras enred: el futuro del terrorismo, el crimen organizado y activismo político. Madrid: Alianza Editorial, 2003, p. 88-123.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. Administração: Ensino e Pesquisa, v. 16, n. 2, p. 246-247, 2015